

Departamento De Ciência Política e Políticas Públicas

**Pobreza e Exclusão Social – Contributos para a
intervenção dos assistentes sociais em bairros de
construção clandestina**

Patrícia Rodrigues Lourenço

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2015

AGRADECIMENTOS

- Á minha Família pelo apoio incondicional e pela credibilidade e confiança que depositaram e continuam a depositar em mim;
- Á Professora Doutora Maria João Pena pela sua excelente orientação, disponibilidade, transmissão de saberes e troca de conhecimentos que me proporcionou.

RESUMO

A presente investigação tem como objetivo desenvolver uma reflexão em torno da integração social em bairros clandestinos no sentido de repercussão de futuras intervenções no âmbito do Serviço Social neste contexto.

Neste sentido, como grande premissa do presente trabalho, pretendeu-se aprofundar as áreas/domínios em que os residentes do núcleo 900, bairro clandestino territorialmente situado no Talude Militar da freguesia de Unhos e concelho de Loures, se encontram atualmente excluídos a fim de compreender a integração social do universo em estudo, assim como refletir sobre práticas profissionais no âmbito do Serviço Social com vista ao desenvolvimento local, intervenção na comunidade e ação social.

Assim sendo, a fim de compreender a integração social das famílias do núcleo 900; compreender e analisar as trajetórias e projetos de vida dos agregados familiares inquiridos; e, contribuir para o debate teórico-metodológico do Serviço Social neste contexto, foi realizado um estudo quantitativo, utilizando como instrumentos de recolha de dados um inquérito por questionário incluindo algumas questões abertas, tendo como categorias de análise os sistemas básicos definidos por Costa (2007), nomeadamente os domínios social, económico, institucional, territorial e referências simbólicas.

Palavras-Chave:

Serviço Social no contexto da Integração Social, Pobreza, Exclusão Social, Bairros Clandestinos.

SUMMARY

The current study aims to provoke reflection regarding social integration in clandestine housing projects and its future repercussions regarding the intervention of social services.

In this context, the prime objective of the research is to better understand the different areas that the residents of nucleus 900, a clandestine neighbourhood situated in 'Talude Militar' in the parish of 'Unhas' in the council of 'Loures', are currently excluded from, with the aim to comprehend the social integration of the universe, as well as reflect on the current practices of the social services on the ground, intervention in the community and social action.

Therefore, in order to understand the social integration of the families from nucleus 900; understand and analyze the history and lifetime projects of the families questioned; and, contribute to the theoretical-methodical debate of the social services in this situation, a quantitative study was carried out using a questionnaire to record the data that included some open questions, whilst using the basic systems as defined by Costa (2007) for categorical analysis, namely the social, economic, institutional and territorial areas, as well as some symbolic references.

Key Words:

Social Services in the context of Social Integration, Poverty, Social Exclusion, Clandestine Housing.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1. Direito a uma Habitação Condigna	3
2. Carência Habitacional e Deficit Habitacional	4
3. O fenómeno da Construção Clandestina	5
4. Pobreza e Exclusão Social	8
5. Políticas Sociais de Habitação	12
6. Políticas de Combate à Pobreza e à Exclusão Social	18
7. Debate teórico-metodológico do Serviço Social em contexto da Integração Social	21
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	31
1. Processo de Investigação e suas etapas	31
2. Universo investigação	33
3. Enquadramento territorial do estudo	34
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E CONCLUSÕES	37
1. Caracterização Sociodemográfica	37
2. Caracterização Socioprofissional	40
3. Mobilidade Geográfica e Percursos Residenciais	44
4. Situação Habitacional	46
5. Redes e Apoios Formais e Informais	48
6. Problemas e Vulnerabilidades	52
7. Competências e Potencialidades	54
8. Análises ao passado e Projetos para o futuro	55
9. Considerações Finais	59
BIBLIOGRAFIA	69
ANEXOS	I
ANEXO A – Inquérito por questionário aplicado	II
ANEXO B – Grelha Analítica: Dimensões e Indicadores	IX
ANEXO C – Grelha de Análise de Conteúdo	XI
ANEXO D – Dados Estatísticos da Investigação	XVII
ANEXO E – CURRICULUM VITAE	XXVIII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Taxas de desemprego por região referente a Portugal	11
Quadro 2 – População empregada e desempregada em Portugal	11
Quadro 3 – População no concelho de Loures	17

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Representação Gráfica da Mobilidade Habitacional	44
Figura 2 – Mobilidade Geográfica e Percursos Residenciais	45

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráficos 2 e 4 – População residente segundo faixa etária e segundo o sexo	38
Gráfico 10 – Permanência em Portugal	39
Gráfico 11 e 12 – Condição perante o trabalho em 2013 e 2015	40
Gráfico 16 – Carga Horária dos Ativos	41
Gráficos 18 e 19 – Rendimento PER CAPITA do Agregado Familiar	43
Gráfico 25 – Definição do Bairro segundo os residentes	46
Gráfico 26 – Motivo da mudança para o bairro	47
Gráfico 31 – Apoios Sociais dos quais os residentes são beneficiários	49
Gráfico 41 – Maiores preocupações dos(as) entrevistados(as)	52

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

APSS – Associação dos Profissionais de Serviço Social

CML – Câmara Municipal de Loures

CSI – Complemento Solidário para Idosos

E – Entrevistado(a)

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza

FEAC – Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados

FIAS – Federação Internacional dos Assistentes Sociais

HIV – Human Immunodeficiency Virus (Imunodeficiência Humana)

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

INE - Instituto Nacional de Estatística

LNES – Linha Nacional de Emergência

NRAU – Novo Regime de Arrendamento Urbano

ONU – Organização das Nações Unidas

PAII – Programa de Apoio Integrado a Idosos

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCAAC – Programa Comunitário e Ajuda Alimentar a Carenciados

PCHI – Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas

PEH – Plano Estratégico de Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

PER CAPITA – Rendimento por Indivíduo

PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão

PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo

RAU – Regime de Arrendamento Urbano

RECRUA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis

RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas

RSI – Rendimento Social de Inserção

SIDA - Síndrome de ImunoDeficiência Adquirida

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento acelerado e, por vezes, descoordenado a que temos vindo a assistir nos últimos anos, tem tido repercussões nas sociedades e no seu modo de viver, fazendo emergir novas formas de exclusão e de riscos sociais (Bulhões, 2009:5). A autora salienta que, reduzir a intervenção do serviço social a meros apoios pecuniários de carácter pontual, já há muito que deixou de ser garante da qualidade de vida (idem), pois essa garantia passa essencialmente por processos de integração social, desenvolvimento local e ação social.

A presente dissertação emerge no âmbito do Mestrado em Serviço Social do ISCTE- IUL, integrado no Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, da Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

Neste sentido, a premissa do presente trabalho centra-se na área da pobreza e exclusão social, com vista a aprofundar o debate teórico-metodológico do Serviço Social no contexto da integração social a fim de refletir sobre possíveis e futuras intervenções sociais nos bairros clandestinos. Assim sendo, importa referir que o interesse pela área teve início no âmbito da Licenciatura em Serviço Social em 2013 com a realização de um estágio curricular na Câmara Municipal de Loures (CML) com a população residente no bairro naquela data. Contudo, dois anos depois e com outra perspetiva, pretendeu-se aprofundar as trajetórias de vida e projetos de vida das famílias do núcleo 900 com vista à sua integração social. Desta forma, a pergunta de partida consiste em responder à seguinte questão: «quais os domínios em que os residentes do núcleo 900 se encontram excluídos, e, quais as suas trajetórias de vida?» Com o objetivo de responder à questão anteriormente exposta, foi realizado um estudo quantitativo, tendo sido aplicado como instrumento de recolha de dados um inquérito por questionário, incluindo algumas questões abertas, que teve como categorias de análise os sistemas básicos definidos por Costa (2007), nomeadamente os domínios social, económico, institucional, territorial e referências simbólicas.

Desta forma, a presente investigação encontra-se dividida em três capítulos: 1) enquadramento teórico, 2) metodologia de investigação, e 3) resultados e conclusões.

No primeiro capítulo pretende-se apresentar alguns conceitos chave para uma melhor compreensão e abordagem aos resultados obtidos no instrumento de recolha de dados que será mencionado no capítulo 3 do presente trabalho. Posto isto, no enquadramento teórico aborda-se-á nove temas, sendo eles: 1) o direito a uma habitação condigna, sendo este um direito instituído pela legislação portuguesa como um direito fundamental e imprescindível a qualquer ser humano; 2) carência habitacional e deficit habitacional, a fim de melhor perceber se esta carência habitacional deriva da ausência de habitações edificadas em Portugal, ou, se uma das grandes razões deste fenómeno passa pela privação ao mercado

imobiliário devido aos baixos rendimentos da população portuguesa; 3) o fenómeno da construção clandestina, uma vez que a totalidade dos inquiridos no estudo residem em habitações sem licença camarária exigida pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) no concelho de Loures e distrito de Lisboa, sendo por este motivo, segundo os autores, denominadas como «construções clandestinas/ilegais»; 4) pobreza e exclusão social, sendo estas as possíveis causas e/ou consequências da atual situação dos residentes inquiridos; 5) conceptualização das políticas sociais de habitação, articulando com o ponto 2 na medida em que se pretende refletir a cerca dos elevados preços que são praticados no mercado imobiliário; 6) políticas sociais de combate à pobreza/exclusão social, a fim de refletir e perceber quais as respostas sociais existentes em Portugal perante os fenómenos mencionados, e, até que ponto estas vão ao encontro das necessidades reais dos indivíduos face à conjuntura atual; e por fim, 7) debate teórico-metodológico do Serviço Social em contexto da integração social, na medida em que se pretende refletir o papel do assistente social neste campo de intervenção, assim como salientar e reforçar a missão do Serviço Social como um sistema articulado de valores, teoria e prática.

No segundo capítulo abordar-se-á a metodologia utilizada no processo de investigação sendo este um ponto crucial para a implementação e para o sucesso de todo o presente trabalho. Desta forma, neste capítulo aprofundar-se-á três assuntos: 1) o processo de investigação e suas etapas adjacentes; 2) a delimitação quantitativa do universo; e por fim, 3) um enquadramento territorial do núcleo em estudo a fim de melhor perceber em que contexto espacial este se formou (biografia da sua génese) e a evolução histórica do mesmo.

No terceiro capítulo apresentar-se-á os resultados e as conclusões da investigação. Desta forma, o último capítulo divide-se em 9 temas: 1) caracterização sociodemográfica; 2) caracterização socioprofissional e económica; 3) mobilidade geográfica e percursos residenciais; 4) situação habitacional; 5) redes e apoios formais e informais; 6) problemas e vulnerabilidades; 7) competências e potencialidades; 8) análises ao passado e projetos para ao futuro; e 9) considerações finais em termo de conclusão face aos resultados obtidos.

Deste modo, a presente investigação será por certo um contributo para o aprofundamento dos profissionais nesta área temática, tendo como objetivo fomentar a reflexão, discussão e debate dos assistentes sociais sobre novas respostas e intervenções no âmbito do Serviço Social de combate à pobreza e exclusão social com vista a promover o desenvolvimento local, intervenção na comunidade e ação social.

Por último, a presente dissertação de mestrado obedece às normas e regras do novo acordo ortográfico.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. DIREITO A UMA HABITAÇÃO CONDIGNA

O direito a uma habitação condigna, tendo em conta todas as condições de habitabilidade e correspondentes necessidades básicas e humanas, é um direito instituído no nosso país. Consagrado no artigo 65º (ponto 1) da Constituição da República Portuguesa, legitima que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Internacionalmente, o direito a uma habitação também é um direito reconhecido a fim de assegurar a residência aos seus cidadãos. Como prova do anteriormente referido, afirma-se na Ficha Informativa Sobre Direitos Humanos nº 21 (ACNUDH, 1995/2004:24-26) que são necessários 7 elementos concretos, no seu conjunto, onde estes constituem as garantias fundamentais no direito internacional a uma habitação condigna, sendo que todas as pessoas podem juridicamente invocar, sendo eles: 1) Segurança Legal da Ocupação; 2) Disponibilidade de serviços, materiais e infraestruturas; 3) Acessibilidade; 4) Habitabilidade; 5) Facilidade de acesso; 6) Localização e 7) Respeito do Ambiente Cultural. Todos estes elementos são “elementos constitutivos do direito a uma habitação condigna” que demonstra “as várias áreas a considerar pelos Estados que estão juridicamente obrigados a assegurar a realização dos direitos à habitação por parte da sua população” (ACNUDH, 1995/2004:26).

A nível Europeu, a Organização das Nações Unidas (idem) identificou alguns fatores que devem ser tidos em consideração, no sentido de determinar o que é uma habitação condigna, dado que este conceito engloba também aspetos sociais, económicos, climáticos, ecológicos e outros: 1) as pessoas e os agregados familiares devem ocupar casas com segurança legal, ou seja, todos devem estar protegidos do risco de expulsão, agressão ou outras ameaças; 2) uma habitação condigna implica o acesso contínuo aos recursos naturais, como a “água potável, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, instalações sanitárias e de limpeza, meios de conservação dos alimentos, sistema de recolha e tratamento de lixo, esgotos e serviços de emergência”; 3) os custos que cada família suporta para aceder a uma habitação deverão ser adequados aos rendimentos auferidos e não poderão impedir o acesso a outros bens de primeira necessidade, implicando que sejam tomadas medidas no sentido de não permitir rendas abusivas, ou de desenvolver sistemas de subsídios para todos os que não dispõem de capacidade financeira para tal; 4) a habitabilidade é outra das características que deverá ter uma habitação condigna, pois deve proporcionar aos seus ocupantes proteção do frio, calor, chuva e dos perigos para a saúde; 5) o acesso a uma habitação condigna deve ser especialmente acautelado quando se trata de “pessoas idosas, crianças, portadores de deficiências,

doentes terminais, seropositivos, doentes crónicos, doentes mentais, vítimas de catástrofes naturais, pessoas que vivem em zonas sujeitas a catástrofes naturais e outros grupos”; 6) as habitações devem estar localizadas em zonas que permitam o acesso ao emprego, a escolas e restantes estruturas sociais, assim como não devem também ser construídas em locais poluídos e que ameacem a saúde das populações; e por último, 7) a arquitetura e materiais de construção dos edifícios deverão respeitar a diversidade cultural e as identidades (ONU, 1976 *apud* Romeiras, 2010:51).

Em suma, pode considerar-se que a habitação condigna é um direito fundamental, que influencia o acesso a outros direitos fundamentais e o facto de os indivíduos terem ou não uma vida digna, constituindo-se essencial para requerer documentos de identificação, para procurar um emprego e para fluir de uma vida familiar dita norma (Romeiras, 2009:190). A autora salienta ainda que são múltiplos os diplomas nacionais e internacionais que refletem e reconhecem o direito a uma habitação, na medida em que, o acesso a esta deve compreender não só um domínio físico (espaço adequado às necessidades das famílias) mas também um domínio social, que permita a privacidade e o desenvolvimento das relações sociais, e ainda um domínio legal, que proporcione a posse exclusiva e legal da habitação, através de uma ocupação segura (*idem*).

Tendo em conta que o direito a uma habitação engloba todas as condições básicas do ser humano, segue-se o conceito de carência habitacional e deficit habitacional, uma vez que esta é uma das problemáticas centrais e predominantes do universo da presente investigação.

2. CARÊNCIA HABITACIONAL E DEFICIT HABITACIONAL

A carência habitacional é problemática central das famílias inquiridas no estudo na medida em que a sua totalidade reside num núcleo de barracas degradadas e clandestinas devido ao insucesso de garantir uma habitação digna e com condições de habitabilidade. O fenómeno em questão pode ser explicado através da divisão de duas palavras, «carência» e «habitação». A primeira, segundo o dicionário nacional de Língua Portuguesa, define-se por ausência do extremamente necessário, que possui necessidade ou privação de algo. E a segunda caracteriza-se, segundo a fonte anterior, como uma casa e/ou lugar de residência de um determinado indivíduo e/ou família. Desta forma, aglutinando ambas as palavras, estas originam a expressão «carência habitacional», que segundo as ideias anteriormente referidas pode definir-se como falta/necessidade/privação de um bem essencial à vida humana que é a habitação e/ou lugar de residência. A situação regular seria o normal funcionamento do mercado, permitindo a todas as famílias encontrar um alojamento que, quer em termos económicos, quer em termos de qualidade e localização satisfizesse as

suas necessidades. No entanto, a relação entre rendimentos das famílias e custos de habitação no mercado privado tem-se revelado desajustado para um número significativo de agregados de baixo rendimento (PEH, 2008/2013).

Também se utiliza o conceito de deficit habitacional interligado ao fenómeno da carência habitacional. Este refere-se à deficiência da reserva de habitações, por não dispor de condições de habitabilidade, pela sua precariedade construtiva ou por desgaste na sua estrutura física, e, ainda, por apresentar coabitação familiar (Lins, 2002:3). No cálculo do deficit por reposição de stock habitacional enquadram-se tanto o potencial dos domicílios que poderiam ser restaurados como aqueles que necessitariam ser substituídos ou repostos, por se encontrarem fortemente deteriorados, tanto os muito antigos como os que apresentam estrutura física danificada (Lins, 2002:3). Por outras palavras, define-se então o fenómeno como a existência de habitações para dar resposta à carência habitacional. O IHRU (2012a) defende que em Portugal esta realidade não se aplica. Realça que o nosso país não «sofre» de défice de habitação na medida em que existem cerca de 700 mil fogos devolutos dispersos por todo o país, apesar de danificados, se fossem reabilitados e reconstruídos seria possível responder a algumas (senão todas) as necessidades e carências habitacionais existentes pelas famílias portuguesas. A resposta à carência habitacional passa pela reabilitação dos fogos devolutos e não pela construção de casa novas. A reabilitação envolve elevados custos, nomeadamente por parte do IHRU, e este encontra-se numa situação económica “gravíssima”, justificando assim a falta de recursos para a execução da reabilitação das casas danificadas e devolutas (idem).

Assim sendo, uma vez que as habitações das famílias inquiridas no estudo são consideradas pelos diversos autores(as) como construções clandestinas, parece-nos importante e pertinente clarificar este conceito no próximo ponto.

3. O FENÓMENO DA CONSTRUÇÃO CLANDESTINA

No estudo de Antunes (2011:16), o autor destaca duas definições para este tipo de construções utilizando as ideias de dois autores, Salgueiro (1977) e Soares (1984). O primeiro defende que é considerado «clandestina» toda a construção edificada sem a licença camarária exigida pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU). Já o segundo menciona que são construções feitas às escondidas e existem sem que se saiba ou sem a autorização das entidades competentes.

Neste sentido, Antunes (2011:15-16) completa que este processo teve início com a compra dos grandes terrenos expectantes aos proprietários tradicionais, na medida em que, aliada à necessidade rápida de um lugar para dormir, as classes inferiores e bastante relegadas das regalias dos centros, criaram soluções próprias e bastante aproveitadas por

futuros pequenos loteadores, através dos loteamentos e construções clandestinas. O autor acrescenta ainda que algumas das causas que originaram o aparecimento deste tipo de construções clandestinas são (Ferreira, 1984:36, *apud* Antunes, 2011:15): 1) baixos rendimentos da população portuguesa; 2) escassez da oferta de habitação; 3) a grande especulação imobiliária e fundiária sobre os processos legais; 4) crédito à habitação inacessível; 5) marginalização das pequenas empresas no mercado imobiliária formal; 6) abandonos das explorações agrícolas, florestais e pecuárias; 7) rigidez e morosidade dos processos de loteamento e construção; 8) centralização e burocratização da Administração Urbanística; 9) legislações e planeamentos que privilegiavam os grandes promotores; 10) hábitos da população dando preferência à habitação isolada com quintal; 11) modificações nas exigências da população na habitação procurando lugares na periferia pelo meio rural, que permite a moradia; e, 12) forte tradição rural e peso ideológico da casa própria (Ferreira, 1984:36, *apud* Antunes, 2011:15).

Tendo em conta o pensamento de Matos (1989:61), através da sua breve análise da construção clandestina, a autora salienta que a urbanização clandestina é normalmente como: (1) uma resposta às necessidades de alojamento de uma parte importante da população, que não encontra no mercado legal solução compatível com as suas capacidades económicas ou com as suas aspirações; (2) responsáveis pela destruição da paisagem e/ou terrenos de melhor aptidão agrícola; (3) produtores de construções de má qualidade; (4) causa dos elevados investimentos necessários à construção de infra-estruturas e equipamentos, associados aos custos com a sua recuperação; (5) exemplo de uma forma de poupança que outros campos de investimento são incapazes de captar; e por último, (6) suporte de pequenas empresas locais de construção e captação de mão de obra dispensada pelo setor legal.

Ao nível do edificado podem-se verificar várias tipologias, nomeadamente 4 (Araújo, 2011, *apud* Antunes, 2011:19). A primeira diz respeito à «habitação própria», essencialmente moradias de 1 a 2 pisos para uso próprio, depois complementadas por anexos, garagens que podem ser do próprio ou arrendadas. Num segundo plano, o autor remete-nos para as «habitações coletivas», na medida em que a tipologia dominante na Área Metropolitana de Lisboa (AML), em regimes de arrendamento aproveitando-se o solo existente e albergando o maior número de pessoas (3 a 5 pisos). A terceira tipologia consiste em edifícios de habitação secundária, moradias unifamiliares construídas inicialmente para segundas residências, sendo que estas se localizam numa zona mais afastada do centro, em zonas mais abrigadas e que futuramente foram perdendo a sua função inicial para aproveitamento dos filhos e outros familiares. Por fim, a última diz respeito a pequenas indústrias sem licença para tal.

No entanto, Antunes (2011:20) afirma que não se verificam muitos bairros deste tipo dentro dos atuais limites da cidade (excetuando-se como maior caso o das Galinheiras), existindo predominantemente nos concelhos imediatamente ao lado, nomeadamente o de Loures. Acrescenta que, segundo o estudo (antes da delimitação do concelho de Odivelas anteriormente a ele pertencente), este possui o maior número de indivíduos que habitam sob estas condições, sendo que os bairros ultrapassavam os 100 000 habitantes. Desta forma, salientam-se as questões relativas às próprias redes de vizinhança e sociabilidades que se criam nestes bairros de construções ilegais e precárias que se perdem após eventuais realojamentos sociais (idem:20).

Esta cintura saliente e a localização dos bairros na sua generalidade, incluindo os da margem sul, podem ser sintetizadas em 3 fatores (Salgueiro, 1977:30 *apud* idem): 1) a proximidade aos locais de trabalho, sendo que esta teoria procura explicar o forte êxodo rural que Lisboa foi alvo no século XX, uma vez que grande parte trabalharia no centro da capital daí a procura de maior proximidade, embora não a desejada devido às condições mais restritivas mais dispendiosas do centro (junto às linhas ferroviárias ou nas indústrias municipais; 2) proximidade de limites do concelho, pois segundo a autora esta é das mais importantes e salientes razões, uma vez que é notório um menor controlo por parte das entidades municipais naqueles locais, muito pela distância do centro, de maior controlo e rigidez, afirmando que nas margens, às vezes até áreas de dúvidas sobre o concelho a que pertencem, o que favorece algum conforto aos construtores clandestinos; e por fim, 3) preço de terreno, na medida em que, terrenos livres, acessíveis e de baixos custos são obviamente fatores de localização (Salgueiro, 1977:30 *apud* idem).

Tendo em conta tudo o que foi referido anteriormente face a este processo de construção clandestina, é necessário pensar num plano de intervenção que englobe um conjunto de soluções eficientes que procure essencialmente responder às necessidades próprias de cada bairro, não privilegiando certas classes e procurando colmatar as suas carências. Só uma futura monitorização dará uma certeza quanto ao seu sucesso, sendo que estas intervenções baseiam-se e podem ser bases para outros projetos do mesmo tipo como (Araújo, 2011 *apud* idem:23): 1) Identidade, através da criação de pequenas centralidades através de equipamentos e requalificação do espaço público; 2) Acessibilidade e Mobilidade, com controlo sobre os caminhos rodoviários e pedonais, transporte coletivo e estruturação da sua rede viária; 3) Segurança e Conforto, com a requalificação do espaço público, mobiliário urbano e equipamentos, melhoria da sua paisagem em espaços verdes; 4) Diversidade e Adaptabilidade, com uma multifuncionalidade dos novos e atuais espaços urbanos, diversidade de equipamentos; 5) Continuidade e Permeabilidade, no melhoramento da rede viária e acessos suprimindo antigas barreiras físicas naturais (topografia) e artificiais (CRIL); e 6) Sustentabilidade Social e Cultural, na inclusão social e

dinamização cultural de atividades próprias e provisão de ações para valorização profissional (Antunes, 2011:23).

Em suma, consolidando os aspetos anteriormente mencionados, conclui-se que a população inquirida no estudo reside em construções clandestinas, podendo assim considerar o núcleo 900 um bairro clandestino. Neste ponto foram referidas algumas causas para o aparecimento destas construções, e, neste sentido, no próximo ponto pretende-se aprofundar os conceitos subjacentes e essas mesmas causas, sendo eles a pobreza e a exclusão social.

4. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Neste ponto serão abordadas algumas problemáticas, como possíveis causas e/ou consequências da situação atual dos inquiridos em estudo, sendo elas a pobreza e a exclusão social.

Entende-se por carência económica as situações onde os indivíduos ou agregados familiares, embora tenham acesso a um fogo de habitação, os rendimentos auferidos não lhes permitem satisfazer as necessidades humanas básicas (Carreiras, 2011:7), sendo caracterizada não só pela rutura com o mercado de trabalho, como também por ruturas familiares, afetivas e de amizade (Costa, 2007:10-11). Considera-se assim que este fenómeno se caracteriza pela ausência de receitas suficientes consideradas necessárias para satisfazer as necessidades básicas de uma família. Estas receitas, quando insuficientes, dificultam a satisfação das necessidades humanas como suportar uma renda de casa assim como a alimentação para todo o agregado familiar, ou quando satisfeitas são asseguradas de forma deficitária. Muitas famílias portuguesas encontram-se nesta situação, assim como em situações mais graves de pobreza que originam exclusão social numa sociedade denominada como tecnológica e mutante onde vivemos atualmente.

Presentemente, com a crise que o país atravessa, existem muitas famílias a viver em situações precárias, sem quaisquer condições de humanidade, contrariando o que está instituído na constituição portuguesa onde está previsto que todo o cidadão tem direito ao saneamento básico e à satisfação das suas necessidades básicas e humanas. Este fenómeno origina vários dilemas familiares, pois se os seus rendimentos são insuficientes ao ponto de não assegurar a alimentação, como é que os agregados familiares têm condições de manter uma habitação condigna ao preço do mercado livre? Reconhece-se que a pobreza e a exclusão social atingem vários domínios da vida social e que têm também uma raiz estrutural, mas são, sobretudo, encaradas como problemas ligados ao trabalho (Rodrigues, 2003:35). Seguindo ainda o pensamento da autora anterior, define-se que a pobreza é a ausência e privação de recursos e como forma de exclusão dos padrões de

vida aceitáveis por relação a uma determinada sociedade (Rodrigues, 2003:35). Apesar de ambos os conceitos estarem interligados, apresenta-se uma distinção entre pobreza e exclusão social, ou seja, defende-se que a exclusão social é um processo mais vasto que engloba questões da pobreza, quer isto dizer que pode contemplar ou não situações de privação material, mas que pressupõe sempre o não acesso a um ou mais sistemas sociais fornecedores de bens e serviços (idem:36).

A exclusão social é um problema que a sociedade acarreta na sua profundidade na medida em que “os excluídos estão perfeitamente incluídos, a sociedade é que é perversa” (Netto, 2012), sendo este um processo de «marginalização» e não de uma fase «terminal» de um processo (Costa, 2007:10-11). Desta forma, deixam de circunscrever a clássica distinção entre pobres e não pobres exigindo assim que se considerem as novas configurações que assumem a pobreza e a exclusão social. A par dos pobres tradicionais emergem os denominados “novos pobres” que necessitam de novas respostas. É importante considerar ainda que a pobreza é uma forma de exclusão social, mas a exclusão social pode não implicar necessariamente formas de pobreza (Costa, 2008). Por exemplo, idosos excluídos da sociedade e problemas de preconceito contra minorias, nestes casos específicos de exclusão social não se verifica formas de pobreza, comprovando a afirmação anterior.

Costa (2007:14-17) define sistemas sociais básicos nos cinco seguintes domínios: 1) o social, 2) o económico, 3) o institucional, 4) o territorial e 5) o das referências simbólicas. O domínio social é caracterizado pelo conjunto de sistemas (grupos, comunidades e redes sociais) em que uma pessoa se encontra inserida, desde os mais imediatos e restritos - família e vizinhança - passando pelos intermédios - associação desportiva e cultural, o grupo de amigos ou a comunidade cultural -, até aos mais amplos - comunidade local, mercado de trabalho ou comunidade política (idem:14). Relativamente ao domínio económico, o autor defende três principais tipos de sistemas, sendo eles: os mecanismos geradores de recursos – mercado de trabalho/salários -, o mercado de bens e serviços - acesso ao mercado, incluindo os financeiros, como os respeitantes ao crédito -, e o sistema de poupanças que contempla o grau de segurança face ao futuro para se poder fazer face a eventualidades imprevisíveis ou excecionais e não cobertas pelo sistema de segurança ou proteção social (idem:15). O domínio institucional abrange dois tipos de sistemas: 1) sistemas prestadores de serviços, como os sistemas educativos, de saúde, de justiça, e em alguns casos, de habitação; e 2) instituições mais diretamente relacionadas com direitos cívicos e políticos, nomeadamente sistema burocrático e participação política (idem). Referente ao domínio territorial, este tem a ver com o facto de existirem certas situações em que a exclusão social diz respeito, não apenas às pessoas e famílias, mas a todo um território. Este é o caso dos «bairros de latas» e outros tipos de bairros degradados, e de

certas freguesias ou concelhos rurais, em que as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não se tomarem medidas que promovam o progresso de todo o espaço, tanto nos domínios de habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades e até de atividades económicas (Costa, 2007:16). Por fim, o último domínio, o das referências simbólicas, tem a ver fundamentalmente com uma dimensão subjetiva da exclusão na medida em que respeita a todo um conjunto de «perdas» que o excluído sofre, e que se agravam com a permanência de situação de exclusão. Ainda acerca deste assunto, o autor ilustra este domínio com exemplos como a perda de identidade social, de autoestima, de confiança, de perspetivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de presença à sociedade, entre outros (idem:17).

Em Portugal, de acordo com o Plano Estratégico de Habitação (PEH, 2008/2013), cerca de 20% da população residente no país (800 mil famílias que se situam abaixo do limiar de pobreza) não têm condições de acesso à habitação sem apoio público. Quer isto dizer que, Portugal, segundo a fonte anterior, representa 2 Milhões de pobres; 800.000 Famílias, com rendimentos inferiores a 60% do rendimento nacional médio; 200.000 Famílias em situação de forte privação; estima-se a existência de aproximadamente 5000 indivíduos em situação de sem abrigo, concentrados sobretudo nas maiores cidades do país; só nos municípios de Lisboa e Porto há cerca 16 000 famílias inscritas nas câmaras municipais para habitação social e estima-se que, no conjunto dos municípios do país, estejam inscritas em listas de espera para as habitações sociais mais de 40000 famílias; 250 mil pessoas com deficiência vivem em habitações consideradas não adequadas; e mais de 11 000 imigrantes vivem em habitações não clássicas.

Quanto aos dados disponibilizados pela Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN, 2014:2), em 2012 aproximadamente 124,5 milhões de pessoas na União Europeia era considerada como estando em risco de pobreza ou exclusão social. Concretamente em Portugal no ano 2012, 25,3% da população encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que em março de 2014 os dados provisórios apontam para 27,4% referente ao ano de 2013 (idem:20). Referente à privação material, a EAPN (idem:21) destaca que em 2013 cerca de 25,5% da população encontrava-se nesta situação, na qual se verifica um aumento significativo face a 2012 (21,8%).

Um grave problema subjacente a todas as problemáticas referidas anteriormente é o desemprego, perante a conjuntura económica do país assim como a discriminação sentida pela população devido ao seu país de origem e também pelas baixas qualificações. Nesta situação não se encontram todas as famílias, mas a grande maioria dos agregados familiares em estudo possuem graves dificuldades em se inserirem no mercado de trabalho. Considera-se «desempregado» (IEFP, 2010), o indivíduo que “se encontra inscrito no Centro de Emprego à procura de trabalho, não tem trabalho, está imediatamente disponível

para trabalhar e tem capacidade para o trabalho” (IEFP, 2010). O desemprego é um fenómeno bastante atual no nosso país devido à dificuldade do mercado livre de trabalho responder às necessidades dos indivíduos nesta situação, com ou sem qualificação, devido à ausência de emprego. Deste modo, torna-se bastante complicado a sustentabilidade e suporte das famílias portuguesas face às suas despesas diárias, dificultando a satisfação das necessidades básicas das famílias portuguesas. Este facto origina o endividamento das famílias quando os rendimentos são insuficientes para assegurar alimentação e habitação condignas ao ser humano.

Diversos autores ilustram outra visão do fenómeno defendendo que os indivíduos não trabalham apenas para poderem assegurar a sua sustentabilidade, mas também para criar e estabelecer laços sociais, com o objetivo de desenvolver vínculos com as pessoas que os rodeiam (Centeno, 2000:39).

Quadro 1. Taxas de desemprego por região referente a Portugal

Quadro 1: Taxas de desemprego por região NUTS II (NUTS-2002)					
	4ºT-2013	3ºT-2014	4ºT-2014	2013	2014
Unidade: %					
Portugal	15,3	13,1	13,5	16,2	13,9
Norte	16,4	14,3	14,2	17,1	14,8
Centro	10,5	10,5	10,7	11,4	10,6
Lisboa	17,2	14,0	14,0	18,5	14,9
Alentejo	15,6	12,6	14,5	16,9	14,3
Algarve	17,0	11,2	14,9	16,9	14,5
R. A. Açores	17,3	15,7	15,5	17,0	16,3
R. A. Madeira	17,0	13,0	15,1	18,1	15,0

Fonte: INE (2014). Inquérito ao Emprego – 4º Trimestre de 2014.

Atualmente, o fenómeno do desemprego em Portugal apresenta-se aproximadamente no limiar dos 14% (INE, 2014), representando ainda uma grave preocupação para as famílias portuguesas. No entanto, como se pode verificar na tabela 1, a taxa de desemprego no nosso país tem diminuído, pois em 2013 atingia um valor de 16,2% e presentemente, em 2014, este valor desceu significativamente para 13,9%.

Quadro 2. População empregada e desempregada em Portugal

POPULAÇÃO EMPREGADA E DESEMPREGADA	VALOR ANUAL	
	2013	2014
	Milhares de Indivíduos	
POPULAÇÃO EMPREGADA	4 429,4	4 499,5
POPULAÇÃO DESEMPREGADA	855,2	726,0

Fonte: INE (2014). Estatísticas do emprego – 4º Trimestre de 2014. Quadro elaborado pela aluna.

Em 2014, como se pode verificar na tabela 2, encontra-se mais população empregada (4499,5 milhares de indivíduos) do que população desempregada (726,0 milhares de pessoas). Contudo, o número de portugueses desempregados, de acordo com os dados do

INE (2014), considera-se uma situação preocupante, pois trata-se de uma elevada fração da população em situação de desemprego, tendo em conta que as famílias portuguesas acarretam diversas despesas diárias para assegurarem as suas condições básicas. Desta forma, o emprego pode ser considerado como um espaço de «sustentabilidade», uma vez que se trata de um emprego assalariado a fim de assegurar o sustento do indivíduo e/ou família, assim como um espaço de «criação de laços pessoais e sociais», uma vez que está em jogo todo o campo da relação e interação com os outros.

Uma vez que neste ponto foram abordadas as causas face ao aparecimento de construções clandestinas, no ponto seguinte parece-nos pertinente aprofundar o conceito de política social tendo em conta as suas particularidades e funcionamento enquanto caráter público, a fim de conhecer e perceber possíveis soluções habitacionais para os inquiridos no estudo.

5. POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO

A política social de habitação é um conjunto de medidas adotadas e postas em prática pelo Estado no sentido de alcançar ou garantir o equilíbrio global entre a procura e a oferta da habitação no mercado (Dias, 1994:91), sendo por certo “uma peça importante no processo de construção das cidades”, pois expressam o reconhecimento de um direito fundamental, o direito a uma habitação, “mas que ainda não é para todos” (Romeiras, 2010:49). Trata-se de um problema atual, pois os elevados preços que são praticados no mercado imobiliário da cidade “empurram” os mais vulneráveis para territórios de habitação social, geralmente construídos em zonas desvalorizadas comercialmente (idem:52). Assim sendo, conclui-se que as políticas sociais de habitação consistem em medidas que pretendem auxiliar famílias que não possuem autonomia financeira para concorrer ao mercado de habitação livre, tratando-se assim de políticas, programas e respostas sociais de renda apoiada. Seguidamente pretende-se aprofundar o conceito de política social na Europa a fim de perceber o seu funcionamento assim como os seus procedimentos na comunidade europeia.

Segundo Dias (1994:91), nos países europeus, a dimensão da «política social de habitação» muitas vezes desenvolve-se segundo três políticas: 1) uma política de assistência social em que o estado atribui subsídios de habitação às populações insolventes onde as quais não têm condições para arrendar ou adquirir uma casa própria ao preço do mercado; 2) uma política de redistribuição do rendimento, que facilita o acesso à habitação através de benefício financeiros, prémios de investimentos, incentivos fiscais, subsídios de renda, entre outros; direcionadas às populações trabalhadoras, incluindo as camadas médias, as quais sentem dificuldades cada vez maiores para fazer face à carência dos

preços imobiliários; e por fim, 3) uma política de integração social que é destinada a combater a formação de “ghettos”, na periferia das grandes cidades com respetivas consequências ao nível da criminalidade e da degradação social sobretudo do leste que tem vindo a aumentar na Europa nos últimos anos (Dias, 1994:91).

Em todos os países da Europa, assiste-se a uma discussão acerca das privatizações e das possibilidades de outros financiamentos para além do Estado. Tal facto comporta o perigo de que o poder volte para as elites e que os especialistas se afastem do controlo da comunidade, apesar do Estado continuar com um principal papel de sócio capitalista e de regulador (Mouro, 2001:308). Estes modelos e estas reflexões permitem uma meditação acerca dos pontos de referência e das comparações que podem esclarecer as nossas escolhas acerca da sociedade e como viver nela. Em todos os países que o Estado não desempenha o seu papel, “constatamos um maior desmoronamento e empobrecimento, até mesmo da classe média”, sendo o Estado um utensílio poderoso muito útil quando acompanhado por uma cidadania ativa que o controla (idem).

Após alguns anos, as competências da UE neste domínio não registam grandes alterações. O Tratado de Lisboa procede a algumas inovações, mas a elaboração e a execução das políticas sociais continuam a ser da competência dos Estados-Membros (UE, 2010). A fonte anterior salienta ainda que, o pleno reconhecimento dos objetivos sociais nos tratados fundadores não possui apenas um carácter simbólico, na medida em que implica também uma melhor integração dos objetivos sociais ao nível da elaboração e da execução das políticas europeias em geral.

O Tratado de Lisboa reconhece o valor jurídico da «Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia» (idem) na medida em que esta dispõe de força vinculativa e pode ser invocada em justiça. Este reconhecimento constitui um progresso em matéria social, uma vez que a Carta garante direitos sociais às pessoas que residem no território da UE como: 1) o direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa (artigo 27.º); 2) o direito de negociação e o direito à greve (artigo 28.º); 3) o direito de acesso aos serviços de emprego (artigo 29.º); 4) a proteção, em caso de despedimento sem justa causa (artigo 30.º); 5) o direito a condições de trabalho justas e equitativas (artigo 31.º); 6) a proibição do trabalho infantil e proteção dos jovens no trabalho (artigo 32.º); 7) a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional (artigo 33.º); 8) a segurança social (artigo 34.º); e por fim, 9) a proteção da saúde (artigo 35.º) (UE, 2010).

Relativamente às funções do Estado face ao cumprimento dos direitos anteriormente mencionados, é considerado de maneira insistente que estas funções perante a sociedade atual devem sofrer alterações uma vez que se assiste ao surgimento de problemas e expectativas que não encontram solução positiva (Mozzicafreddo, 2000:1). O autor acrescenta ainda que, nas «sociedades europeias» persistem fenómenos como o

desemprego e exclusão social, apresentando assim dificuldades em assegurar o crescimento económico regular, o desenvolvimento integrado e o constrangimento fiscal dos cidadãos. Neste sentido, é possível afirmar que as tendências para a redefinição do papel do Estado inscrevem-se na discussão sobre a adequação das funções sociais e económicas do modelo político atual à realidade contemporânea da sociedade, tendo em conta a complexa evolução e transformação nos últimos tempos (Mozzicafreddo, 2000:1). Assim sendo, afigura-se que esta reflexão é tanto mais pertinente quando atualmente se considera necessária uma transformação do papel do Estado em razão, nomeadamente dos seus altos custos fiscais e orçamentais, do comportamento seletivo relativamente ao cumprimento dos direitos sociais e, ainda, da tendência para a degradação de algumas políticas sociais e económicas que integram o sistema de regulação e intervenção do Estado Social (idem:2).

Posto isto, é difícil imaginar a dimensão total do papel do Estado numa sociedade e parece essencial iniciar uma reestruturação que proteja o modelo de cidadania social. Assim, é necessário que a política social seja coerente, elaborada de acordo com as necessidades da população atingida, nas condições materiais da sua vida quotidiana e da sua lógica social. É neste contexto que o papel do Serviço Social vigora face às políticas sociais, pois são os assistentes sociais que partilham o quotidiano das populações desfavorecidas e carenciadas, assim como são eles que, muitas vezes, se encontram no centro das contradições e das mudanças da sociedade contemporânea, sendo assim este profissional um elemento fundamental para a elaboração e implementação de futuras respostas sociais mais justas e direcionadas aos problemas atuais dos portugueses.

Após uma abordagem das políticas sociais de habitação ao nível europeu, sucede-se uma análise das políticas sociais de habitação em Portugal, remetendo agora a reflexão para o nosso país, de modo a perceber as «linhas» orientadoras e operativas das respostas sociais referente à concretização e operacionalização das mesmas.

A questão da Habitação, é atualmente muito afetada em Portugal devido a existirem muitos agregados familiares sobre endividados pelo facto de terem adquirido habitação própria (Romeiras, 2010:49), pois o “forte acréscimo da habitação em regime de propriedade fez aumentar o endividamento das famílias” (Guerra, 2011:54). Tendo em conta os problemas económicos que atualmente o país enfrenta, as famílias portuguesas dependem fundamentalmente do salário mensal para sobreviverem. Devido a este fator “crise” torna-se difícil os agregados familiares assegurarem os créditos contraídos anteriormente, originando assim o incumprimento e posterior endividamento das famílias quanto à Habitação, assim como origina presentemente uma maior procura dos serviços e das políticas sociais a fim de solucionar a carência habitacional sentida pelas famílias.

Dias (1994:91), afirma ser dever do Estado Português, definir os padrões mínimos que integram o conceito de uma habitação condigna, e a exigência de uma política social capaz

de facilitar o acesso à habitação de todos os cidadãos que não possuam autonomia e meios económicos para adquirir ou arrendar uma habitação aos preços do mercado livre.

Em Portugal, no início dos anos 70, a questão habitacional já era alvo de preocupações por parte do Estado, sendo notório pela criação de organismos públicos da Administração Habitacional, embora não tivesse sofrido alterações significativas em relação à promoção pública de habitação. A sua expressão teve início entre 1974 e 1976, período pelo qual começou a haver uma promoção destinada às classes mais desfavorecidas (Menezes, 2002:42).

A situação de carência habitacional exige o desenvolvimento de políticas e ações integradas a médio e longo prazo. Desta forma, a intervenção social deve centrar-se no próprio sujeito que se encontra em situação de vulnerabilidade, devendo para isso incidir prioritariamente sobre os fatores que se encontram na origem dos problemas da exclusão social e sobre os sistemas que se revelam inadequadas à solução (Paixão, 2004).

Em Portugal os objetivos da política social de habitação integrada deverão obrigatoriamente incidir em quatro aspetos: 1) na promoção do desenvolvimento social e urbano; 2) na promoção de qualidade, por oposição à viabilização de situações de deterioração e estigmatização social e urbana; 3) na adoção de lógicas de planeamento estratégicos, por oposição a visões de curto prazo; e por fim, 4) na aposta da sustentabilidade, por oposição a medidas imediatistas (idem).

Segundo os dados do site oficial do IHRU (2010), a partir de 1996 a questão da habitação foi encarada como crítica para o desenvolvimento do país. Assim sendo, este tem dado maior ênfase à concretização dos programas de realojamento, em particular ao Programa Especial de Realojamento (PER) segundo o Decreto-Lei nº 163/93, para terminar com as condições indignas em que viviam (em fogos degradados, em fogos sobrelotados e em construções abarracadas) populações de baixos recursos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (IHRU, 2010).

Em 2001, o IHRU (2010) lançou o programa «SOLARH» que tinha objetivos semelhantes à política social de habitação anterior, no entanto esta direcionava-se para as populações de fracos recursos ocupando habitação própria degradada nos aglomerados urbanos do interior. Em 2005, as orientações gerais foram no sentido de criar condições para o crescimento do mercado de arrendamento, em vez de apoiar a aquisição de casa para utilização pelo proprietário, apoiando o investimento na reabilitação e dotando os arrendatários e senhorios de ferramentas legais adequadas (idem).

Na área da habitação social ocorreram algumas mudanças de fundo. O espectro dos beneficiários da habitação social foi alargado e abrange atualmente um conjunto mais universal de população (IHRU, 2010).

O êxodo para os subúrbios, em particular da classe média e jovens casais, provocou um decréscimo importante na população das grandes cidades, aumentando as chamadas “cidades-dormitório”, de deficiente qualidade urbana, com graves problemas de acessibilidade. Para inverter esta situação e reanimar os grandes centros urbanos, vários municípios, em particular os de Lisboa, atualmente pretendem incrementar políticas urbanas mais inclusivas. Para além disso, a revisão do programa «Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis» (RECRÍA) e do «Regime de Arrendamento Urbano» (RAU) vieram dar maior peso à diretriz estratégica de incremento do arrendamento social nos cascos antigos dos aglomerados urbanos. A última revisão do RAU conduziu à adoção do «Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU)», que representou um passo fundamental no estímulo ao mercado português do arrendamento (IHRU, 2010).

O programa «PROHABITA» (Regulamentação de financiamentos a Municípios, Regiões Autónomas, Associações de Municípios e outras entidades beneficiárias, destinados ao realojamento de populações que vivam em situação de carência habitacional) foi também sujeito a algumas alterações em março de 2007, articulando os seus objetivos iniciais com a necessidade de promoção da área da reabilitação em relação à área da construção nova, e também com a implementação de soluções de construção sustentável e de acessibilidade para todos (idem).

A iniciativa «PORTA 65» foi aprovada em junho de 2007 com o objetivo de dinamizar o mercado de arrendamento, tanto público como privado. Este é um programa que permite aos fundos de investimento em habitação a entrega da gestão do respetivo parque a uma organização que o utilizará com objetivos sociais (idem). Em 2009 foi aprovado o “Plano Estratégico da Habitação 2015”, elaborado a partir de um documento exaustivamente discutido – “Contributos para o Plano Estratégico da Habitação 2008-2013”, e que, através da sua implementação, que fossem posteriormente elaboradas propostas estratégicas para a conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas habitacionais dentro do quadro de referência da habitação social, da reabilitação urbana e do arrendamento (idem).

Torna-se assim notória a necessidade de manter ou continuar a desenvolver políticas sociais de habitação social e o Estado de ter soluções para as pessoas que não se conseguem inserir no mercado (Freitas, 2005). Para tal, o mercado precisa de desenvolver outras soluções que não sejam monolíticas¹ contendo apoios públicos (idem). Desta forma, já não são só os que habitam em barracas que precisam de habitação, pois há pessoas “escondidas” em pensões e outros locais, na medida em que,

“Começamos então a ter uma faixa de pessoas que nem são emigrantes, nem vivem ou viveram em barracas e que começam a ter uma enorme dificuldade de acesso ao mercado e até em manter casa. Porquê? Porque as soluções que temos são uma renda de habitação, temos a habitação social, mas só para os que viviam em barracas até 1993, e

¹ Obra ou monumento feito de uma só pedra

depois temos uma estatística que dizem que Portugal tem muito mais casas que famílias. E isto é uma grande mentira porque de facto Portugal continua a ter um enorme excesso habitacional mas também tem uma crescente procura habitacional em que não consegue encontrar respostas nesta fragilidade de opções que acaba por ter” (Freitas, 2005).

Quadro 3. População no concelho de Loures

População em Loures	2001	2011	AUMENTO: 2001 - 2011
População Residente	199.059	205.054	5.995
Alojamentos	85.202	99.344	14.142
Famílias	71.017	80.531	9.514
Edifícios	27.392	31.095	3.703

Fonte: Censos 2011. Concelho de Loures. Quadro elaborado pela aluna.

Como ilustra a tabela 3, tendo em conta os dados dos Censos realizados em 2001 e em 2011, verifica-se que no concelho de Loures os indicadores em cima mencionados sofreram um grande aumento no espaço de 10 anos, sendo que o acréscimo mais significativo é notório nos alojamentos.

De acordo com a perspetiva de Guerra (2011:66), a política social de habitação em Portugal precisa de uma forte reformulação na sua lógica de pensamento e intervenção, uma vez que ainda se seguem matrizes desadequados de intervenção, quer na conceção, quer nas formas organizacionais de execução, distribuição e gestão. Salienta ainda que, na verdade, não existem melhores nem piores políticas sociais, estas dependem de vários fatores como as condições do mercado de habitação no momento que se implementam os programas, da prioridade que é dada aos objetivos, entre muitos outros, não havendo por isso uma única resposta para cada área metropolitana. As carências habitacionais em Portugal abrangem uma grande percentagem da população e são, em larga medida, pouco evidentes e politicamente pouco valorizadas, pois a manutenção de altos níveis de pobreza e a instabilidade laboral atual geram situações de forte dramaticidade social que os media divulgam sempre como situações individuais e não como problema social a necessitar de intervenção rápida, pragmática e inovadora, aproveitando assim os atuais excedentes do mercado imobiliário (idem).

Em suma, é possível concluir que não existe uma cultura de avaliação sistemática das políticas ou dos programas de habitação, pois estas são desenvolvidas sim, avaliações periódicas (trimestrais, semestrais ou anuais), das medidas ou programas em sequência dos planos de atividades municipais (Romeiras, 2009:193). Esclarece ainda que, as avaliações existentes acabam desta forma por ser fragmentadas e não permitem uma visão global dos seus efeitos, que possam conduzir a uma reformulação e adaptação das linhas orientadoras das políticas sociais de habitação. Assim sendo, é necessário mais do que uma avaliação de desempenho, que mesmo sendo imprescindível, uma vez que nos permite o acesso a uma diversidade de informações acerca da realização dos programas, é também limitada,

dado que produz um grande vazio quanto à sua efetividade e processos (Romeiras, 2009:193).

Neste sentido, tendo em conta a grande premissa da presente dissertação, a «pobreza/exclusão social», no ponto seguinte abordar-se-á as políticas sociais de combate a este fenómeno existentes atualmente em Portugal, a fim de uma maior compreensão e reflexão crítica do tema em estudo.

6. POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL

De acordo com as medidas de combate à pobreza implementadas em Portugal, a nova geração de políticas sociais ativas não atribui o objetivo de inserção apenas ao Estado mas a todos os atores relevantes, surgindo rede de parcerias ou um «welfare mix» para concretizar tal fim (Capucha *et al*, s/d). Desta forma, trata-se de uma nova conceção de cidadania que implica, maior proximidade dos serviços e das instituições, de modo a concretizar uma verdadeira participação e, conseqüentemente, aumentar o potencial da intervenção em defesa dos interesses próprios a fim de promover o empowerment (idem).

Atualmente as medidas de combate à pobreza/exclusão social existentes no nosso país são onze (Capucha *et al*, s/d):

1) *Rendimento Social de Inserção (RSI):*

Consiste numa prestação incluída no Subsistema de Solidariedade no âmbito do Sistema de Proteção Social de Cidadania, e num Programa de Inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

2) *Complemento solidário para idosos (CSI)*

É uma prestação monetária integrada no Subsistema de Solidariedade do Sistema de Proteção Social de Cidadania, destinada a cidadãos nacionais e estrangeiros com idade igual ou superior a 65 anos e com baixos recursos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem.

3) *Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) alterado em 2014 para Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC):*

É uma ação anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-Membros, que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia.

4) *Progride*:

Consiste num programa que visa promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas, e combater o isolamento, a desertificação e a exclusão em zonas deprimidas e intervir junto de grupos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes.

5) *Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)*:

Assente no Método Aberto de Coordenação, que conjuga objetivos comuns, planos nacionais de ação e um programa comunitário com vista a promover a cooperação no domínio da inclusão social, compromete Portugal a implementar uma estratégia global, identificando os principais eixos estratégicos de intervenção e as medidas políticas em curso e a implementar. Sendo um dos seus objetivos centrais, pretende-se eliminar situações de exclusão social que atingem as crianças e dar-lhes todas as oportunidades de uma boa inserção social.

6) *Escolhas*:

Tem como finalidade a promoção da inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos e problemáticos.

7) *Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)*:

Visa a melhoria do conforto de habitações das pessoas idosas, ao nível do edificado e do equipamento, de forma a permitir que estas permaneçam, o mais tempo possível, no seu meio habitual de vida, tendo efeitos na melhoria da qualidade de vida e na prevenção de acidentes domésticos e de situações de dependência.

8) *Linha Nacional de Emergência (LNES)*:

É um serviço público, de âmbito nacional, com funcionamento contínuo e ininterrupto para proteção e salvaguarda da segurança dos cidadãos em situação de emergência Social, 24 horas por dia, 365 dias por ano, disponível através do número de telefone 144. Dirige-se a todo o cidadão de Emergência Social.

9) *Programa CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social*:

Para impulsionar uma maior coesão territorial em todo o país e uma mudança social efetiva nos territórios deprimidos, confrontados com graves situações de pobreza e exclusão social, bem como para promover a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, tem vindo a ser criados vários instrumentos de planeamento social.

10) *Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII):*

Foi criado por Despacho Conjunto, de 1 de julho de 1994, dos Ministros da Saúde e do Emprego e da segurança social. É caracterizado por um conjunto de medidas que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, prioritariamente no domicílio e no seu meio habitual de vida, desenvolvendo-se através de projetos de desenvolvimento central e a nível local.

11) *Ação Social – Clique Solidário:*

O desenvolvimento da sociedade de informação e o combate à infoexclusão constituem uma prioridade nacional na modernização de Portugal, para a qual se pretende contribuir fomentando a generalização do acesso aos modernos meios de informação e de transmissão do conhecimento e a massificação das novas tecnologias. Neste âmbito, o Instituto da Segurança Social, I.P. estabeleceu um contrato programa com o Programa Operacional Sociedade da Informação, denominado “Clique Solidário”, com o objetivo de criar espaços internet em instituições que atuam na área da solidariedade.

Contudo, parece que estas políticas sociais não são suficientes para combater e erradicar por completo a pobreza e a exclusão social, uma vez que a pobreza continua a aumentar exponencialmente. São muitas as vozes que tentam alterar esta situação mas na verdade, não se vê efetivamente implementadas políticas sociais com o fim da promoção da coesão económica, social e territorial, originando assim a urgência de progressos na capacitação societal na resposta aos desafios contemporâneos com base na generalização de formas diversas de «inovação social».

Neste sentido, Aires (2014) afirma numa entrevista ao PÚBLICO que uma soma de medidas não é uma estratégia, esclarece e argumenta ainda que,

“Uma estratégia nacional de combate à pobreza deve ser um programa de Governo. E deve ter como principal característica ser transversal a todos os setores e áreas de governação; deverá ser planificada, implementada e avaliada em parceria com a sociedade civil; deverá contar com uma implicação legislativa e parlamentar muito forte (toda a legislação produzida deverá ser 'à prova de pobreza'); deverá ser capaz de intervir nas situações de emergência mas, e acima de tudo, ter uma fortíssima dimensão preventiva. Por outras palavras, deverá envolver precisamente quem tem estado alheado desse objetivo (e muitas vezes é o principal responsável pela criação de pobreza): Economia e Finanças.” (Aires, 2014).

Ainda nesta matéria, tendo em conta a fonte anterior, o Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS) propõe que o Governo deve integrar nos «grupos vulneráveis» à pobreza «a categoria dos trabalhadores pobres», devendo assim apostar na figura dos mediadores e educadores de pares a fim de explicitar melhor o que vai ser o anunciado programa que apoia a transição para o trabalho a tempo parcial de pais empregados com filhos menores, previsto no programa operacional. Sobre este último assunto, Aires (2014) ainda refuta esta ideia afirmando que esta medida isolada poderá não produzir efeito

absolutamente nenhum, uma vez que se incentiva a natalidade mas precariza-se a proteção social, os salários, as condições de trabalhos, e muitos outros fatores.

Neste sentido, tendo em conta tudo o que foi referido anteriormente, em perspetiva do combate à pobreza e à exclusão social, e refletindo sobre os conceitos previamente apresentados, o próximo ponto debruçar-se-á no debate teórico-metodológico do Serviço Social em contexto da integração social.

7. DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL EM CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

A integração social é desencadeada pelo processo de socialização e pela aprendizagem contínua que o indivíduo interioriza sobre as normas coletivas, na medida em que a socialização permite a adequação entre a cultura, a sociedade e a personalidade (Schanpper, 2007 *apud* Magano, 2008:3). Por outras palavras, a autora defende que a integração social consiste essencialmente no processo de participação dos indivíduos na sociedade pela atividade profissional, aprendizagem das normas, do consumo material, a adoção dos comportamentos familiares e culturais, as trocas e a participação nas instituições comuns (Magano, 2008:3).

Gaulejac e Léonetti (1994 *apud* idem:4), avançam com a perspetiva de padrões de integração onde é possível combinar dimensões da participação social e das estratégias desenvolvidas pelos indivíduos, não tendo de estar integrados em todos os domínios da vida social. Esclarece que as principais dimensões da integração são: 1) a dimensão económica, que permite a participação social através das atividades de produção e de consumo; 2) a dimensão social, que contempla por um lado, a integração no seio de grupos primários, por outro, a integração na sociedade global através de laços sociais institucionais; e 3) dimensão simbólica que é definida pelas normas e valores comuns e as representações coletivas que definem os lugares sociais (idem).

Segundo o pensamento de Pires (1999:35), a integração social são os modos de incorporação dos atores individuais em novos quadros de interação, em consequência de episódios de mudança social e de deslocamentos intrassistema de ordem (ciclos geracionais ou mobilidade social), ou intersistemas de ordem (migrações). Acrescenta que esses modos de incorporação devem ser entendidos como processos em que atores participam ativa e motivadamente, com histórias diferenciadas e poderes desiguais, acionando e reproduzindo ou transformando os sistemas de regras sociais estruturadores da integração (gramáticas sociais), de forma a promoverem a sua inclusão na ordem interativa (idem).

No fundo, quando se fala de integração social salienta-se permanentemente a necessidade de proteger os mais fracos dos efeitos da máquina social, conter os perigos, compensar os estragos ou indenizar dos prejuízos (Soulet, 2007:11). Tendo em conta que proteger o indivíduo é promovê-lo como ator, apoiá-lo pelo menos na sua capacidade de participação na produção da sociedade, é necessário habilitar e não compensar, é preciso corrigir os mecanismos atuais que desencorajam as pessoas a serem ativas pela atribuição de uma ajuda emancipadora pensada como um meio absoluto de evitar armadilhas da pobreza e de luta contra a dependência do Estado social (Soulet, 2007:11).

Um número significativo de indivíduos, devido à sua trajetória biográfica, bem como à natureza das exigências do sistema socioeconómico, não pode, momentaneamente ou a longo prazo, entrar numa lógica de ativação, pois não é um problema de ativação que os caracteriza mas sim de ancoragem, e, desta forma, não é a procura da melhoria que deve estar no centro da intervenção mas sim a sua vulnerabilidade (idem:12). Assim sendo, a integração deverá ser adaptada ou, mais concretamente, delineada de acordo com as características individuais daqueles que não têm possibilidade de se colocar em posição de mudança por si próprios, pois estes pequenos arranjos práticos não fazem da integração um ideal, um objetivo absoluto a alcançar, mas desenham-na como um lugar onde os indivíduos podem encontrar algum grau relativo de autonomia e de condições menos más de existência (idem:25-26).

Iamamoto *et al* (1985, *apud* Silva, 2007:285) situa e explica o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, cumprindo uma função específica de gestão de projetos e programas de cunho social comprometidos com a administração das desigualdades sociais. A autora chama também à atenção o caráter controlador do exercício profissional do assistente social, administrando múltiplos conflitos originados na relação capital-trabalho (função historicamente atribuída à profissão). Porém, por outro lado, o estudo² não necessariamente identifica o exercício profissional como uma ação meramente «paliativa» e «reprodutora» da ordem burguesa unicamente confinada aos interesses do capital, mas indica possibilidades objetivas (concretas e historicamente dadas) para potencializar um outro tipo de Serviço Social (Silva, 2007:285).

“(...) Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um outro pólo pela mediação de seu posto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão, é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las no contexto da

² O primeiro estudo em torno do Serviço Social mais diretamente fundamentado nas contribuições marxianas foi publicado na primeira metade dos anos 80 do século XX. Trata-se da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma intervenção histórico-metodológica” (1985), da autoria da assistente social e professora Marilda Vilela Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho (Silva, 2007:285).

prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas” (Iamamoto *et al*, 1985:75, *apud* Silva, 2007:286).

Ainda perante o trabalho dos assistentes sociais, Silva (2007:292) defende que é preciso reivindicar uma densa formação teórico-prática ao nível do Serviço Social, ou seja, defende que é necessário oferecer espaços de estudo que propiciem a apropriação crítica de textos originais também contidos nas fontes clássicas e, ao mesmo tempo, endossar uma formação impiedosamente sustentada na pesquisa de temas fincados na própria realidade, pois o produto deste trabalho deve retornar ao quotidiano, ser «consumido» e criticado pelos próprios profissionais, subsidiando e aprimorando a intervenção dos mesmos. Saliencia ainda que os profissionais precisam de potencializar e valorizar exatamente aquilo que é frequentemente reivindicado por ele próprio como sendo a razão imediata da sua paralisia e desânimo: as demandas, os limites e os desafios com as quais os profissionais se deparam no seu quotidiano profissional (Silva, 2006:170, *apud* Silva 2007:293).

Abordando agora a missão do Serviço Social, segundo a APSS (2014), esta tem como premissa promover a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social intervém nas situações em que as pessoas interagem com o seu meio. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais no exercício da profissão (FIAS, 2000 *apud* APSS, 2014).

O Serviço Social enfrenta as barreiras, desigualdades e injustiças existentes na sociedade. Atua em situações de crise e de emergência, mas também dá resposta aos problemas de natureza pessoal e social do dia a dia. Este tipo de trabalho utiliza uma variedade de conhecimentos, metodologias e instrumentos em consonância com a abordagem holística (integral) do ser humano e do ambiente que o rodeia. A variedade de intervenções do Serviço Social passa desde processos de natureza psicossocial focados a nível individual até intervenções relacionadas com política social, planeamento social e desenvolvimento social. As intervenções integram aconselhamento, acompanhamento de casos, trabalho de grupo, trabalho social de cariz pedagógico, tratamento e terapia familiares, bem como ajudar as pessoas a obter os bens e serviços disponíveis na comunidade (APSS, 2014), também denominado por outros autores como «integração social». Neste sentido, a sua intervenção inclui ainda a gestão de organismos, de serviços comunitários e envolvimento em ações político-sociais para influenciar a política social e o desenvolvimento económico. A intervenção holística do Serviço Social é universal, mas as prioridades no seu exercício variam de país para país e de tempos a tempos, conforme as condições culturais, históricas e socioeconómicas existentes (*idem*).

Defende-se que o Serviço Social, nas suas diversas vertentes, abrange as múltiplas e complexas inter-relações estabelecidas entre as pessoas e o seu meio envolvente. A sua

missão é promover o desenvolvimento das suas potencialidades, enriquecimento das suas vidas e a prevenção das disfunções, na medida em que o Serviço Social é um sistema articulado de valores, teoria e prática (idem). Ainda sobre esta matéria, Carvalho (2010:162) reforça a ideia de que o Serviço Social utiliza o seu conhecimento para interpretar, analisar e determinar os fatores de risco e proteção, potenciando com os indivíduos formas de ação e de intervenção que promovam a sua autonomia, entendida como participação e escolha, mesmo que as políticas nas quais está incluída a intervenção não incluam essa dimensão. Quanto à metodologia do serviço social, esta apoia-se num conjunto de conhecimentos empíricos e resultantes de investigação e de avaliação de experiências práticas, incluindo conhecimentos específicos, inerentes a determinados contextos locais (APSS, 2014). O exercício desta profissão apoia-se em teorias de desenvolvimento de comportamento humano e ainda de sistemas sociais para analisar situações complexas e proporcionar transformações a nível individual, organizacional, social e cultural (idem).

De acordo com a perspetiva de Soulet (2007:12), constata-se a coexistência de duas novas figuras no Serviço Social na medida em que: 1) a primeira procura promover potencialidades positivas apelando a um registo generativo que pretende resolver um problema de estagnação numa lógica de promoção (a famosa armadilha do assistencialismo); e 2) a segunda visa contrariar as potencialidades negativas apelando a um registo paliativo que se confronta com o problema da des-socialização numa lógica de redução de riscos (o medo da exclusão social). Neste sentido, o autor realça que a intervenção nestes moldes, de acordo com a proposta que o autor intitula como um «trabalho social paliativo», visará o objetivo de transformação do outro colocando no centro a questão de um acompanhamento social durável e sem fim á vista, na medida em acompanhar o outro significa procurá-lo no que lhe resta como pessoa, apoiando-o na construção de uma linha condutora do seu imobilismo num caminho partilhado onde o desejo de assim continuar pode encontrar um sentido ou muitos outros sentidos (idem:14).

Partindo da fundamentação teórico-metodológica de Suguihiro *et al* (2009:11), o profissional de Serviço Social apropria-se de conceitos que fundamentam a prática profissional de modo a possibilitar a apreensão do ser social na sua totalidade histórica, a fim de superar a perspetiva do imediatismo enquanto profissional responsável pela resolução de conflitos morais e sociais. Acrescenta ainda que, perante a sociedade atual, cabe ao assistente social modificar a sua intervenção profissional de acordo com a demanda que lhe é colocada e da necessidade de responder às exigências e contradições da sociedade capitalista, pois é preciso acompanhar o movimento da sociedade e visualizar novos espaços como possibilidades de intervenção sobre uma realidade social concreta (idem).

O Serviço Social, entretecido pelos interesses em confronto, vai ampliando as suas funções até colocar-se no âmbito da defesa da universalidade de acesso a bens e serviços,

dos direitos sociais e humanos, das políticas públicas e da democracia (Guerra, 2000:15). A autora acrescenta ainda que é pela instrumentalidade da profissão, pela condição e capacidade do Serviço Social operar transformações, alterações nos objetos e nas condições (meios e instrumentos), que alcançam os seus objetivos. Pressionando a profissão, tais forças progressivas (internas e externas) permitem que a profissão reveja os seus fundamentos e as suas legitimidades, questione a sua funcionalidade e instrumentalidade, permitindo assim uma ampliação das bases sobre as quais a sua instrumentalidade do Serviço Social se desenvolve (Guerra, 2000:15).

Iamamoto (2004:33) defende que os assistentes sociais, articulados às forças sociais progressivas, enfatizam esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das maiorias nas esferas de decisão política. Salienta ainda que o horizonte é a construção de uma «democracia de base» que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos dos cidadãos, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura (idem). No entanto, orientar o trabalho neste contexto concreto, requisita um profissional culto, crítico e capaz de reformular, recriar e avaliar propostas vão ao encontro da democratização progressiva das relações sociais, na medida em que exige-se por parte dos assistentes sociais um compromisso ético-político com os valores democráticos e com as competências teórico-metodológicas na lógica da explicação da vida social (idem:34).

“Estes elementos, aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conecta-las aos processos sociais macroscópios que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los” (Iamamoto, 2004:34).

Porém, Suguihiro et al (2009:6) defende que é a atitude de investigação que permite revelar a essência do problema e pensar «o novo», pois o pressuposto da ação investigativa como novas possibilidades de intervenção revelam o contraditório e produzem as condições necessárias para enfrentar e superar as questões sociais que se apresentam quotidianamente. Acrescenta ainda que entre os profissionais de Serviço Social é frequente o discurso da «dicotomia» entre a teoria e a prática, sendo este um fator da fragilidade da fundamentação teórico-metodológica para uma intervenção competente, pois devido à ausência da clareza dos fundamentos que orientam a prática profissional prevalecem posturas conservadoras, autoritárias, discriminatórias e tecnocratas, enfraquecendo assim o projeto ético-político cuja defesa de liberdade e da emancipação dos sujeitos de intervenção se fazem presentes (idem).

Neste sentido, parece-nos pertinente elencar o pensamento de Faleiros (1999:72-73) na medida em que a intervenção da profissão consiste na articulação combinada de mediações

de trajetórias e estratégias de ação de diferentes atores que se entrecruzam numa conjunção de saberes e poderes, configurando-se a relação entre o profissional e o utente, com referência a uma dinâmica profissional. Assim sendo, o Serviço Social está voltado, também, para trabalhar estratégias em relação às trajetórias sociais e individuais (idem:73).

As categorias e as estratégias de ação em Serviço Social são construções teórico-metodológicas que advêm da fecundação da teoria pela prática e da prática pela teoria e constituem um repertório profissional para a intervenção que não é deduzível de uma teoria abstrata, pois implica uma acumulação de experimentações controladas por um saber sistémico, combinando investigações quantitativas e qualitativas com as análises críticas das mesmas (Faleiros, 1999:71). O autor identifica 3 conceitos fundamentais, sendo eles as trajetórias; o património; e as estratégias (idem:73-81).

Quanto ao primeiro, as «trajetórias» não são caminhos pré-fixados pelas estruturas nem processos de escolhas livres, consistem numa combinação das condições dadas com as ações e iniciativas individuais e dos grupos a que se pertence (idem:73). Reforça que,

“As trajetórias (...) são uma construção e uma desconstrução de poderes numa dinâmica relacional em que se entrecruzam de forma interdependente os ciclos longos da história e os ciclos curtos das vidas dos indivíduos, os tempos históricos e sociais e os tempos familiares, grupais e individuais. Esta trajetória não é, pois, linear, mas um processo de mudanças de relações. (...) implica ruturas que se manifestam em desavenças, revoltas, resistências, deslocamentos e continuidades que se manifestam como acomodações, integrações, tradições, repetições.” (Faleiros, 1999:74).

No que concerne ao conceito de «património», Faleiros (1999:74) defende que este adquire-se nas relações de família, de exploração de dominação e também através do imaginário social, na medida em que há patrimónios simbólicos que são vividos frequentemente por dominantes e dominados, como a religião, a nação e certos hábitos próprios da cultura. Os patrimónios simbólicos são referências para a constituição das identidades sociais, onde a representação que os indivíduos e grupos fazem de si mesmos depende das crenças, valores e referenciais culturais que se adotam no quotidiano, sendo que estas representações e ideologias dependem das práticas sociais de classe, de discriminação e de resistência (idem:75). Assim sendo, o autor esclarece que

“As trajetórias sociais são processos de desestruturação como de estruturação de referências e patrimónios, pela articulação ou desarticulação de relações sociais num tempo e num espaço determinados onde se produzem mudanças nas formas de reprodução como de identidade social. Esta perda ou aquisição de patrimónios estão vinculados tanto a processos contextuais como às biovias [(...) caminhos da vida] da família, de redes de pertencimento, de vizinhança.” (Faleiros, 1999:75).

Relativamente ao último conceito de Faleiros (1999:76), as «estratégias» são processos de articulação e mediação de poderes e mudanças de relações de interesses, referências e patrimónios em jogo, seja pelo rearranjo de recursos, de vantagens e patrimónios pessoais, seja pela efetivação de direitos, de novas relações ou pelo uso de informações. O autor

salienta que as estratégias implicam investimentos em projetos individuais e coletivos que originem a rearticulação dos patrimônios, referências e interesses com vistas à reprodução e à representação dos sujeitos históricos (Faleiros, 199:76). Neste sentido, as trajetórias e as estratégias não são processos mecânicos mas sim contraditórios, pois implicam mudanças e decisões que fortalecem ou enfraquecem os processos de referência, de autonomia, e de atendimento às necessidades (idem). No entanto, o autor defende ainda que as estratégias estão vinculadas às trajetórias e, portanto, devem visar a rearticulação dos patrimônios, referências e interesses fortalecendo o poder dos sujeitos dominados nas suas relações sociais (idem:78).

O Serviço Social inscreve-se num contexto institucional permeado de conflitos lutas, de jogos de poder e recursos, e participa da articulação de estratégias que variam de acordo com a perspectiva teórica e ideológica dos seus atores, assim como das relações de poder das instituições (idem:77). Por conseguinte, é possível assim destacar quatro estratégias: 1) estratégias de rearticulação das referências sociais; 2) estratégias de rearticulação de patrimônios; 3) estratégias de contextualização; e 4) estratégias de articulação institucional (idem:78).

As «estratégias de rearticulação das referências sociais» implica o processo de compreensão do problema à luz das trajetórias do sujeito, a discussão e implementação dos seus direitos de cidadania, a prática da participação nas decisões que lhe digam respeito, a mais ampla informação sobre as condições e alternativas de mudança do quotidiano, a busca do reconhecimento das redes em que convive e das relações de opressão, discriminação e intolerância que sofre (idem:79).

As «estratégias de rearticulação de patrimônios» implicam os dispositivos de acesso aos recursos, equipamentos, benefícios, fortalecendo-se a condição de reprodução dos sujeitos e direcionado às suas necessidades, exigindo assim o conhecimento dos recursos e dispositivos das políticas sociais e a sua operacionalização. As estratégias de rearticulação desse processo de reprodução não podem limitar-se a um mero repasse de recursos, mas devem inserir-se numa compreensão do contexto social, pois serão diferentes num momento de crescimento u de recessão, de estabilidade ou crise política e conforme as relações existentes no caso da cidade ou campo, zonas industriais ou de serviços, de expansão ou decadência. No fundo, importa salientar que se trata de uma articulação das trajetórias aos processos mais gerais, nas condições históricas de curta e longa duração, para que se possa configurar um rearranjo de poderes no curso das biovias (idem).

As «estratégias de contextualização» visam retirar os problemas da sua circunstância limitada, para considerar as relações de força, ou melhor, de dominação nas suas tendências mais gerais, sem perder de vista os planos de intervenção mais específicos e particulares. A particularidade não exclui o contexto, implica-o no seu movimento, pois “a

busca de estratégias superpostas” visa abrir possibilidades de uma articulação de níveis de ação (idem:79).

Esta combinação de estratégias implica, necessariamente, um «plano estratégico institucional» complexo para reforçar as alianças com o utente, estabelecer os níveis e ritmos das intervenções, os recursos e as oportunidades de usá-los, o envolvimento de diferentes setores institucionais, da sociedade, da família. Uma intervenção estratégica consiste fundamentalmente na tomada de iniciativas de acordo com a dinâmica das forças e atores em presença e em confronto (Faleiros, 1999:80).

Faleiros (idem:68) pretende na sua obra definir uma metodologia de articulação a fim de construir um paradigma da intervenção social que permitisse visualizar as mudanças no confronto de poderes e saberes nas relações sociais. Esta metodologia de articulação refere-se ao paradigma da correlação de forças onde o autor defende como sendo a conceção da intervenção profissional como confrontação de interesses, recursos, energias, conhecimentos, inscrita no processo de hegemonia/contra-hegemonia, de dominação/resistência e conflito/consenso que os grupos sociais desenvolvem a partir dos seus projetos societários básicos, fundados nas relações de exploração e de poder (idem:44). Neste sentido, os efeitos da prática profissional enquanto “suprir carências”, “controlar perturbações” ou “legitimar o poder” implicam correlações de forças (mediações económicas, políticas e ideológicas) que se articulam com outros efeitos como pressionar o poder, ter o direito à sobrevivência ou questionar a instituição (idem).

“O processo de intervenção é visto (...) para além do relacionamento e da solução imediata de problemas através de recursos, no contexto das relações sociais. Na particularidade do Serviço Social, é fundamental destacar a intervenção nas condições de vida e de trabalho (reproduzir-se) articuladas à formação da identidade individual e coletiva (representar-se) na vinculação sujeito/estrutura (...). O objeto da intervenção do Serviço Social (...) se constrói na relação sujeito/estrutura e na relação usuário/instituição, em que emerge o processo de fortalecimento do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais ou patrimónios individuais e coletivos.” (Faleiros, 1999:44).

No fundo, de acordo com o pensamento de Amaro (2008:73), o paradigma da correlação de forças emerge como uma alternativa para o desempenho profissional no mundo contemporâneo. Partindo do pressuposto de que existem na sociedade forças em conflito, e que o profissional deve assumir-se como mediador dessa conflitualidade, nesta mediação o assistente social não se posiciona como um agente neutro mas sim como alguém que está ao lado da defesa dos interesses dos mais vulneráveis e despojados e, que prossegue um ideal de equidade e de justiça social. O assistente social sublinha, assim, o seu papel de protagonista político na ação/reflexão sobre a sociedade (idem). A autora realça ainda que o olhar desta teoria dirige-se para os indivíduos e não para os problemas, entendendo que as particularidades de cada caso encerram aspetos da generalidade e, nesta relação complexa da estrutura com o indivíduo, uma máxima importante é a da radicalidade da crítica e do realismo da ação (idem:74). Nesta aliança com os dominados e oprimidos, o Serviço Social

visa um processo de fortalecimento e empowerment em torno da identidade, autonomia e cidadania das suas populações utentes, mantendo o carácter estrutural dos problemas sociais, esta teoria não encerra um projeto de emancipação coletiva as massas, mas sugere um enfoque na capacitação individual dos sujeitos na sua relação com as estruturas sociais opressoras (Amaro, 2008:73-74).

Em termo de conclusão, apesar da articulação dos diversos autores mencionados anteriormente, discutir a relação teoria e prática não é uma proposta rara nem conclusiva, mas faz-se necessária na medida em que, por meio da elucidação das contradições existentes no movimento da ação profissional, cria possibilidades de influir sobre a intervenção profissional (idem:5). Nesta perspetiva, ao despertar da base histórica pela qual a profissão surge, o Serviço Social pode qualificar-se para novas competências e procurar novas legitimidades indo além da requisição «instrumental-operativa» do mercado de trabalho, pois este enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilitado no manuseamento do instrumento técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital (Guerra, 2000:15). O processo de intervenção profissional em Serviço Social não se modeliza num conjunto de passos pré-estabelecidos, pois exige-se uma profunda capacidade teórica para estabelecer os pressupostos da ação, uma capacidade analítica para entender e explicar as particularidades das conjunturas e situações, uma capacidade de propor alternativas com a participação dos sujeitos na “intrincada trama em que se correlacionam as forças sociais, e em que se situa, inclusive, o assistente social” (Faleiros, 1999:65).

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

1. PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E SUAS ETAPAS

O método de investigação quantitativa é um processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis, baseado na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador (Fortin, 2003:22). A sua finalidade consiste em contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos, oferecendo também a possibilidade de generalizar os resultados, de prever e de controlar os acontecimentos (Freixo, 2009:145). Conclui-se que os estudos quantitativos admitem que tudo pode ser quantificável, pois é possível traduzir em números as opiniões e as informações para, em seguida, poderem ser classificadas e analisadas, visando a apresentação e a manipulação numérica de observações com vista à descrição e à explicação do fenómeno sobre o qual recaem as observações (Vilela, 2009:103).

Na presente investigação a metodologia predominante foi quantitativa numa lógica dedutiva, no entanto, houve abertura aos significados dos sujeitos de intervenção quanto às expectativas e trajetórias (lógica indutiva). Ou seja, o presente trabalho centrou-se em duas dimensões, por um lado nas questões da exclusão social, de verificação (dedutiva), por outro lado, na abertura aos significados dos sujeitos quanto às suas expectativas e trajetórias (indutiva). Porém, a lógica indutiva não compromete a lógica dedutiva, uma vez que esta última dominou/orientou toda a investigação.

Assim sendo, no que concerne à lógica dedutiva, partindo das teorias e das leis (Marconi, 2007:106), pretendeu-se comprovar as relações dos fenómenos entre si e obter generalizações sobre a sua natureza, ocorrência e significado (idem:108), a fim de obter conclusões a partir das premissas, usando o raciocínio lógico, sendo que, uma vez encontradas, estas são incontestáveis (Freixo, 2009:98). No entanto, quanto à lógica indutiva, a abertura aos significados dos sujeitos de intervenção teve como objetivo elaborar uma teoria começando por uma observação, do particular para o geral (idem:95-96), e, para o efeito, defende-se que esta metodologia observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los (Fortin, 2003:22).

Posto isto, justificando as perspetivas anteriormente mencionadas, o objetivo predominante da presente investigação centrou-se em concretizar uma questão específica de investigação, confrontando o enquadramento teórico (capítulo 1) do presente trabalho com os resultados obtidos (capítulo 3).

Remetendo para o processo de investigação propriamente dito, este contemplou algumas etapas progressivas que permitiram a realização do presente trabalho. Foram tidas em

conta 3 fases importantes: 1) fase conceptual, 2) fase metodológica e 3) fase empírica (Fortin, 2003:43).

A fase conceptual tem início quando o investigador aprofunda uma ideia para orientar a sua investigação, podendo essa mesma ideia resultar de uma observação, da literatura, de uma irritação em relação a um domínio particular ou ainda de um conceito (idem, 39). Quivy (2005:44) defende que a melhor maneira de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida, na medida em que esta servirá de primeiro fio condutor da investigação e deve apresentar qualidades de clareza, de exequibilidade e de pertinência. Tendo em conta a definição de Costa (2007:14-17) no âmbito dos sistemas sociais básicos em cinco domínios: 1) o social, 2) o económico, 3) o institucional, 4) o territorial e 5) o das referências simbólicas, a pergunta de partida da presente investigação pretende responder à seguinte questão: «quais os domínios em que os residentes do núcleo 900 se encontram excluídos, e, quais as suas trajetórias de vida?». Após a pergunta de partida definida, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a problemática a fim de elaborar e redigir o enquadramento teórico da presente investigação, sendo que este se encontra no capítulo anterior do presente trabalho.

A fase metodológica determinou os métodos que foram utilizados para obter respostas às questões de investigação ou hipóteses formuladas (Fortin, 2003:40). Relativamente à recolha dos dados foi utilizado o método quantitativo, nomeadamente o instrumento inquérito por questionário incluindo algumas perguntas abertas, sendo que este traduz os objetivos de um estudo, ajudando assim a organizar, a normalizar e a controlar os dados, de tal forma que as informações procuradas possam ser recolhidas de forma mais rigorosa (idem, 249). Contudo, antes da efetiva aplicação dos questionários à amostra inquirida, este foi aplicado a uma família aleatória de outro bairro, procurando aplicar o pré-teste a um agregado familiar com característica semelhantes às do objeto de estudo. Posteriormente, os inquéritos por questionário foram aplicados aos 13 agregados familiares na respetiva residência dos entrevistados, uma vez que uma das famílias inquiridas não colaborou no estudo, tendo sido a sua aplicação através de administração indireta, sendo que o próprio inquiridor o completa a partir de respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido (Quivy, 2005:188). As perguntas abertas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo, que teve como categorias de análise os sistemas sociais básicos definidos por Costa (2007): domínio social, económico, institucional, territorial e referências simbólicas, sendo que esta contempla um “conjunto de procedimentos que têm como objetivo a produção de um texto analítico no qual se apresenta o corpo textual dos documentos recolhidos de um modo transformado (Calado *et al*, 2004/2005:8); e as perguntas fechadas foram interpretadas através do programa informático Excel em virtude da técnica de análise

estatística descritiva que “consiste na recolha, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos” (Reis, 1996:15, *apud* Moraes, 2005:8). Esclarece ainda que, segundo o pensamento de Huot (2002:60, *apud* idem), a estatística descritiva é o conjunto das técnicas e das regras que resumem a informação recolhida sobre uma população, sem distorção nem perda de informação. Com a presente investigação pretende-se, por um lado, identificar as frequências das problemáticas, nomeadamente quantificar em percentagem as diferentes realidades, por outro, salientar o lado subjetivo e pessoal destes residentes, nomeadamente sentimentos, opiniões e perspetivas de vida.

Por fim, a fase empírica consistiu na recolha dos dados no terreno, seguida da organização e do tratamento dos mesmos (Fortin, 2003:41). Nesta fase pretendeu-se colocar tudo o que foi referido anteriormente em prática, sendo que a aplicação dos inquéritos por questionário realizou-se em abril de 2015, culminando a presente investigação com a entrega da presente dissertação de mestrado e posterior defesa pública da mesma.

Em suma, as fases de investigação mencionadas anteriormente, conceptual, metodológica e empírica, foram o fio condutor do presente trabalho, na medida em que permitiram de forma coerente e rigorosa colocar em prática os objetivos estabelecidos.

No próximo ponto será mencionado o universo da presente investigação, assim como a sua conceptualização e delimitação a nível prático.

2. UNIVERSO DA INVESTIGAÇÃO

O universo caracteriza-se por uma coleção de elementos ou sujeitos que partilham características comuns sendo estas definidas por um conjunto de critérios (Fortin, 2003:202). Este foi caracterizado por 14 famílias não PER residentes em barracas degradadas e sem condições de habitabilidade do núcleo 900 do Talude Militar da freguesia de Unhos, concelho de Loures.

Pretendeu-se dar continuidade ao estudo curricular da Licenciatura, mas, desta vez, de uma forma mais aprofundada e interpretativa direcionada para as questões da pobreza/exclusão social.

Em suma, os inquiridos da presente investigação foram as 14 famílias residentes no núcleo 900 no Talude Militar em Unhos pertencente ao concelho de Loures, uma vez que as investigações no âmbito das ciências sociais estão diretamente articuladas e interligadas com as pessoas que colaboram e participam na investigação.

Após a delimitação do universo da presente investigação, no próximo ponto pretende-se enquadrar territorialmente o núcleo em estudo, a fim de perceber melhor a história e a evolução do mesmo ao longo do tempo.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO ESTUDO

Reportando-nos um pouco à História da Estrada Militar, construída entre 1863 e 1902, a Estrada Militar do Recinto de Segurança do Setor Norte – também conhecida por Estrada Militar Caxias – Sacavém ou Estrada Militar de Defesa de Lisboa – servia de delimitação ao próprio recinto e constituía uma das suas componentes fundamentais (Sobral, 2008). Acrescenta ainda que,

“A Estrada Militar ligava as fortificações permanentes e complementares do perímetro exterior do Recinto de Segurança, sendo protegida ao longo do seu percurso, por um entrincheiramento contínuo, com parapeitos para a infantaria. O seu percurso era pontuado por diversos redutos, baterias, fortins, posições de artilharia e outras obras de fortificação. (...) nascia no Forte D. Luís I, em Caxias, passando em frente a Queijas, dirigindo-se ao Vale do Jamor, atravessando-o, cortando, depois, a estrada Carnaxide-Queluz, subindo à serra de Alfragide, seguindo pela frente da Damaia até Benfica, depois, continuando para a encosta da Paiã e, depois até à Calçada de Carriche. Depois da Calçada de Carriche, continua até perto do Forte de D. Carlos I, na Ameixoeira, seguindo depois, pela encosta do vale de Sacavém, atravessando-o, depois, passando sobre o canal do Alviela e terminando no Forte do Monte Cintra, em Sacavém. (...) entre Benfica e Sacavém, a Estrada Militar desempenhava, também, a função de Estrada de Circunvalação, definindo os limites fiscais e administrativos do concelho de Lisboa. Entre Algés e Benfica, a função de Estrada de Circunvalação de Lisboa era desempenhada pela Estrada de Circunvalação Fiscal – atual Estrada da Circunvalação de Algés” (Sobral, 2008).

De acordo com o conhecimento da aluna, o Talude Militar é um núcleo extenso territorialmente, onde existem construções extremamente degradadas assim como barracas que ao longo do tempo foram sendo melhoradas por agregados familiares que possuíam mecanismos e possibilidades financeiras para tal. Estas são construções que na maioria apresentam as mínimas condições de habitabilidade, pese embora ainda se encontrem barracas em muito mau estado. Como foi referido no capítulo anterior, os autores intitulam estas construções como clandestinas, na medida em que definem que estas são todas as construções edificadas sem a licença camarária exigida pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) (Salgueiro, 1977, *cit in* Antunes, 2011:16). Portanto, trata-se de um núcleo PER, onde foram recenseadas famílias em 1993 no programa mencionado, e posteriormente instalaram-se construções ilegais e respetivos agregados familiares que não se encontravam a residir na altura do recenseamento.

O núcleo de barracas denominado de 900 é um território localizado no concelho de Loures, freguesia de Unhos, onde habitam 14 famílias, agregados familiares não recenseados no PER, todas elas de nacionalidade cabo-verdiana, que se instalaram em construções ilegais. Este núcleo situa-se longe da zona comercial e industrial da freguesia de Unhos, e também a grande distância das redes de transportes públicos. Esta ideia vai ao encontro do pensamento de Antunes (2011:18), onde afirma que as construções ilegais

“(...) tornam claramente o espaço e proximidades em que se encontram num lugar excluído, onde o medo e a insegurança predominam (...) Não se verificam muitos bairros deste tipo dentro dos atuais limites da cidade de Lisboa mas sim “(...)

predominantemente nos concelhos imediatamente ao lado, nomeadamente o de Loures” (Antunes, 2011:20).

Estes tipos de construções são habitados, geralmente, “por imigrantes de África ou indivíduos de etnia cigana” (idem:18), e que foi após a revolução de 25 de Abril que se verificou “uma forte imigração de indivíduos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)”, tendo sido a partir dos anos 80 que se verificou uma “preocupação pelas autarquias nas infraestruturas destes bairros, aceitando-os nas suas malhas urbanas e procurando a sua reconversão legal” (idem:16).

Tendo em conta a metodologia, a delimitação do universo inquirido, e um breve enquadramento territorial do estudo, pretende-se com a presente investigação averiguar em que moldes estes residentes se encontram em situação de pobreza/exclusão social. Neste sentido, o inquérito por questionário contemplou 9 categorias de análise, sendo elas: 1) caracterização sociodemográfica em virtude dos laços sociais (família ou vizinhança e socialização e integração social); 2) caracterização socioprofissional e económica de modo a avaliar as fontes de rendimento; 3) mobilidade geográfica e percursos residenciais a fim de aprofundar essa mesma mobilidade até ao presente; 4) situação habitacional na medida em que se pretende aprofundar sentimentos e opiniões sobre o núcleo e o motivo pela qual residem no mesmo; 5) redes e apoios formais e informais em virtude dos apoios sociais e do acesso aos sistemas prestadores de serviços (sistema educativo, de saúde, de justiça e de habitação); 6) problemas e vulnerabilidades sociais a fim de aprofundar as preocupações dos residentes, assim como o seu grau de resiliência, autoestima, autoconfiança, e identidade social; 7) competências e potencialidades na medida em que se pretender aprofundar os seus interesses, espaços de lazer, atividades diárias, capacidade de iniciativa e de motivação, e sentido de pertença à sociedade; e por último, 8) análises ao passado e projetos para o futuro a fim de perceber quais as suas perspetivas.

CAPÍTULO III – RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente capítulo debruçar-se-á nos resultados e nas conclusões da investigação. Tendo em conta que, a grande premissa do trabalho se centrou em compreender e analisar as trajetórias de vida das famílias inquiridas, assim como perceber em que domínios o universo se encontra excluído, neste ponto esboçar-se-á os resultados obtidos através dos relatos dos entrevistados de acordo com uma análise quantitativa.

Na análise dos dados far-se-á recurso aos dados anteriormente recolhidos pela aluna, no âmbito do trabalho final da licenciatura, que incidiu na população a residir no bairro em 2013, num total de 15 famílias. Na medida em que as famílias entrevistadas neste trabalho não são as mesmas, e que o instrumento de recolha de dados é igualmente diferente, os dados de 2013 serão utilizados na perspetiva de aprofundar a compreensão das dimensões em análise, sem o objetivo de uma comparação imediata a nível da evolução das trajetórias de cada família em específico.

Em abril de 2015, constatou-se que, das 15, uma família foi realojada pela Câmara Municipal de Loures a título prioritário, residindo assim no bairro 14 famílias. O estudo foi realizado com duas abordagens ao terreno, realizadas no dia 11 e 15 de abril de 2015. A colaboração dos inquiridos foi positiva na medida em que a maioria aceitou participar no estudo e apenas uma família não se demonstrou interessada no mesmo. Neste sentido, importa referir que em 2013 habitavam 15 famílias no núcleo e atualmente, em 2015, habitam 14, sendo que apenas 13 colaboraram na presente investigação. Assim sendo, nos próximos pontos serão apresentados os resultados obtidos da presente investigação segundo os seguintes temas: 1) caracterização sociodemográfica; 2) caracterização socioprofissional e económica; 3) mobilidade geográfica e percursos residenciais; 4) situação habitacional; 5) redes e apoios formais e informais; 6) problemas e vulnerabilidades; 7) competências e potencialidades; 8) análises ao passado e projetos para ao futuro; e 9) considerações finais.

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Nesta categoria/dimensão pretendeu-se caracterizar sociodemograficamente as famílias em estudo a fim de perceber a constituição do agregado familiar assim como a idade, sexo, estado civil, escolaridade, naturalidade, permanência em Portugal e matriz cultural de todos os indivíduos residentes no bairro em investigação, sendo esta a sequência de ideias que se segue.

Relativamente à composição dos habitantes do núcleo, em 2013 o núcleo 900 era constituído por 15 famílias composto por 72 habitantes, 43 do sexo masculino e 29 do sexo feminino, contemplando 45 adultos e 27 menores (ver gráficos 1 e 3 do Anexo IV – Dados

Estatísticos da Investigação). Em 2015, constatou-se que residem 14 famílias, tendo colaborado no estudo apenas 13 agregados familiares que constituem 56 pessoas, 28 homens e 28 mulheres, compostas por 37 adultos, 1 idoso, e 19 menores (ver gráficos 2 e 5 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Para uma melhor perceção dos dados, a situação atual do núcleo em estudo exprime-se nos seguintes gráficos:

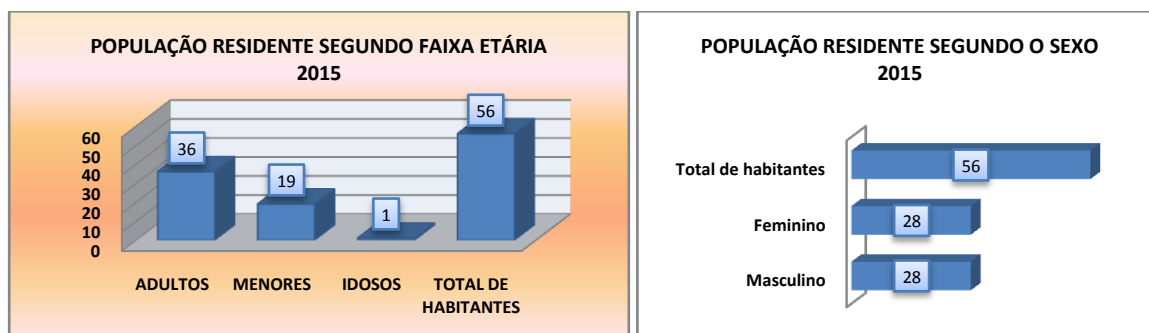


Gráfico 2 e 4 – População residente segundo faixa etária e sexo em 2015 (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Quanto à relação de parentesco entre os habitantes, predominam as famílias que contraíram matrimónio e têm filhos, dos casais solteiros com filhos, familiares que coabitam entre si, solteiros, casais que vivem em união de facto sem filhos e casais que vivem em união de facto com filhos (ver gráfico 5 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

No que concerne à escolaridade dos residentes do núcleo, a maioria das crianças encontram-se matriculados num estabelecimento de ensino, sendo que, das 9 crianças em idade pré-escolar 4 não conseguiram vaga numa creche. Assim sendo, quanto aos menores estudantes (19), predominam estudantes do 1º ciclo, e em minoria do 2º e 3º ciclo. Ainda de elencar, de acordo com o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, entre os 6 e os 18 anos (13), a grande maioria (12) encontram-se em retenção escolar. Pereira (2014:82-83) estabeleceu alguns determinantes da repetência como: 1) condições socioeconómicas débeis, 2) a importância das características individuais, da família e dos colegas como determinantes da retenção escolar; e por fim, 3) a relevância das características da escola, diferenças a nível regional e diferenças ao nível do país. Considera-se que os menores em estudo se encontram perante condições socioeconómicas frágeis assim como mudanças e alterações do regime de ensino, uma vez que o universo se trata de indivíduos de nacionalidade cabo-verdiana e guineense.

Relativamente à escolaridade dos adultos (37), predomina a conclusão do 1º ciclo, seguidos do 2º ciclo, 3º ciclo, ensino secundário, e, 4 ainda se encontram a estudar, nomeadamente entre o 3º ciclo e o ensino secundário (ver gráficos 6 e 7 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Referente à naturalidade e nacionalidade dos inquiridos, predomina a naturalidade e nacionalidade estrangeira. Com efeito, 13 pessoas nasceram em Portugal, 42 em Cabo-

verde, 1 na Guiné-Bissau, 29 possuem ainda nacionalidade do seu país de origem e apenas 27 possuem nacionalidade portuguesa. Posto isto, mais de 50% do universo possui uma matriz cultural Cabo-verdiana, e uma minoria, devido aos seus progenitores se dividirem entre ambas, possuem uma matriz cultural mista, Cabo-verdiana e Guineense (ver gráficos 8 e 9 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Comprovando a ideia anterior, Carvalho (2010:48), defende que em bairros de génese ilegal, tendo em conta um estudo realizado no Bairro da Cova da Moura, a população residente é na sua maioria imigrantes de origem cabo-verdiana que, ao chegarem à localidade, começaram a construir barracas de madeira e plástico sem qualquer autorização ou licença para construção, sendo que nestas circunstâncias a predominância da população cabo-verdiana é visível.

Tendo em conta que o indicador anterior se centra na origem e nacionalidade estrangeira, procedeu-se à análise e quantificação da permanência dos inquiridos em Portugal, como é possível verificar no gráfico seguinte:

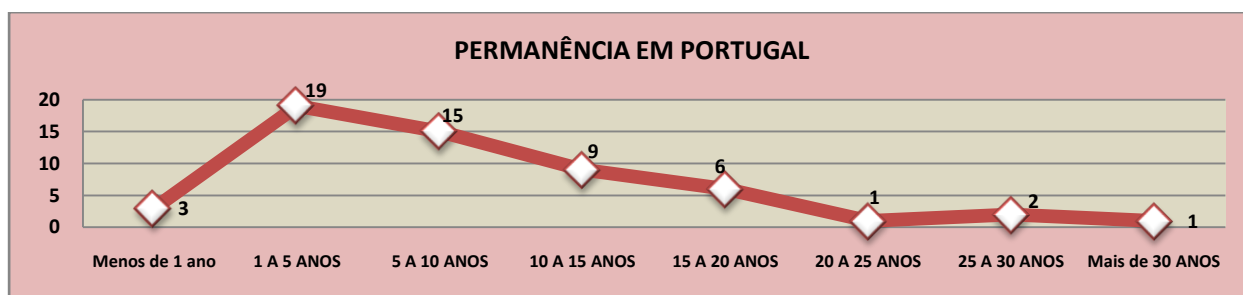


Gráfico 10 - Permanência em Portugal (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação)

De acordo com a análise do gráfico anterior, constata-se a diversidade quanto à permanência, pois a maioria dos residentes habitam em Portugal por um período de 1 a 5 anos, e, por ordem decrescente segue-se a permanência de 5 a 10 anos, 10 a 15, 15 a 20, menos de 1 ano e por fim, há mais de 20 anos.

Neste sentido, tendo em conta os dados referidos anteriormente quanto à permanência (em anos) do universo em Portugal, é possível concordar com o pensamento de Antunes (2011:15), uma vez que, aliada às especulações imobiliárias sobre os loteamentos legais, a população mais pobre sentiu a obrigação de procurar alternativas viáveis de acordo com os seus meios financeiros, instalando-se sobre estes terrenos disponíveis de uma forma que se revelou, descontrolada.

Foi sobre este campo que apareceriam vários loteadores proveitosos, que compravam os terrenos vazios aos respetivos proprietários e iniciavam os processos de loteamento, ultrapassando várias regras e leis urbanísticas, originando assim o termo de «loteamentos clandestinos» (idem), que, no fundo, são também assim designadas e consideradas as construções onde os(as) inquiridos(as) no estudos residem.

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E ECONÓMICA

Neste ponto pretendeu-se caracterizar profissional e economicamente as famílias em estudo com o objetivo de explorar as condições perante o trabalho, profissões e vínculo profissional, em caso de desemprego a última atividade profissional, carga horária e local de trabalho, no caso de estudantes local de estudo e por fim o rendimento mensal do agregado familiar a fim de calcular e analisar o PER CAPITA (valor mensal por indivíduo) das famílias residentes no núcleo 900. No período de 2 anos não foram notórias alterações significativas quanto à caracterização socioprofissional e económica dos inquiridos, como é possível verificar nos gráficos seguintes:

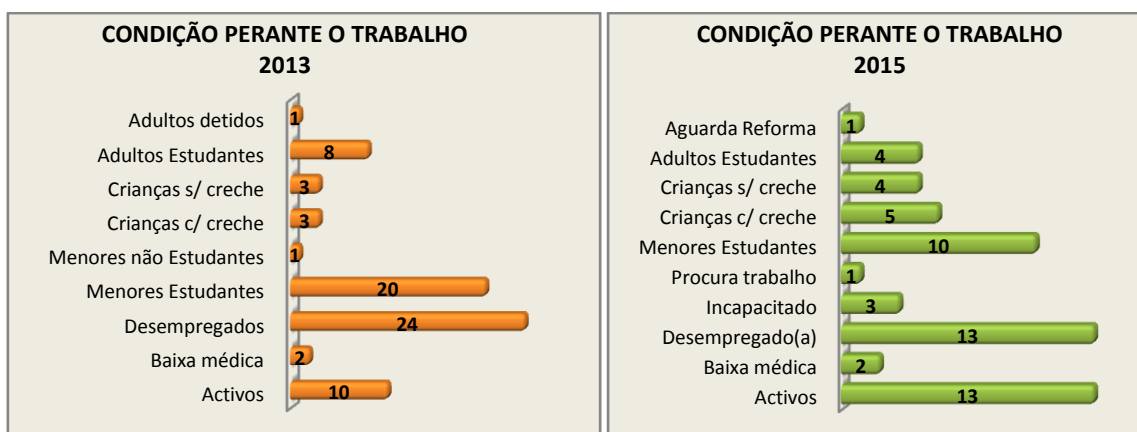


Gráfico 11 e 12 – Condição perante o trabalho (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

De acordo com a análise dos gráficos anteriores, no período de 2 anos a realidade não se alterou, pois atualmente, em 2015, predominam os desempregados, os ativos e os menores estudantes, sendo que em 2013 se constatou o mesmo.

Relativamente aos estudantes, adultos e menores, a sua maioria encontram-se matriculados num estabelecimento de ensino em Loures (12) e uma minoria em Lisboa (2) (ver gráfico 13 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Tanto em números absolutos como em termos percentuais face ao total de habitantes por ano, 2013 e 2015, é possível afirmar que no espaço de 2 anos os adultos estudantes, os menores não estudantes, menores estudantes e os desempregados diminuíram; e, os ativos e as crianças em idade pré-escolar aumentaram, sendo notório o aumento do exercício profissional dos inquiridos e posterior inserção no mercado de trabalho assim como o aumento de crianças.

Importa ainda referir que a questão atual do desemprego aqui esboçada centra-se num desemprego de longa duração, e apenas uma minoria se depara com o desemprego de curta duração (menos de 1 ano) (ver gráfico 14 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

No que concerne às profissões dos ativos e as últimas profissões dos desempregados, verificou-se que atualmente, em 2015, predomina o exercício profissional como empregada

doméstica para o sexo feminino e como pedreiro para o sexo masculino (ver gráfico 15 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Constatou-se também que a carga horária das profissões destes variam entre as 3 e as 8 horas por dia, predominando as 6 horas diárias, como se verifica no gráfico seguinte:

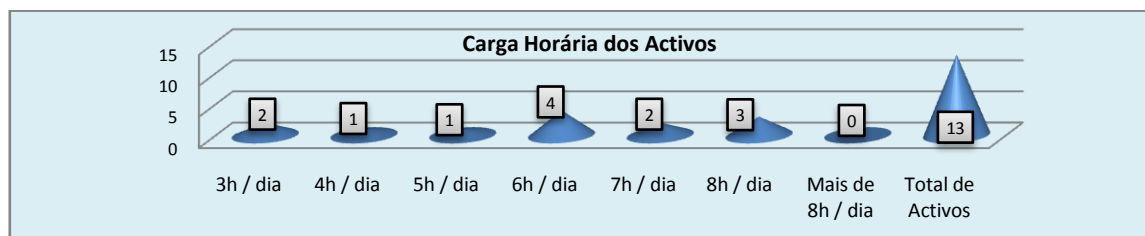


Gráfico 16 – Carga Horária dos Activos (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação)

Com efeito, verificou-se que, quanto ao vínculo profissional, predomina o contrato a termo, sendo que em minoria é notória a ausência de qualquer vínculo contratual com a profissão atual, e apenas 1 pessoa se encontra efetivo(a) (ver gráfico 17 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Conclui-se que atualmente o núcleo 900 é composto maioritariamente por menores estudantes, desempregados e ativos.

Relativamente ao primeiro, menores estudantes, Mendes (2008:62), que realizou um estudo sociológico a um bairro com características semelhantes ao núcleo em estudo, defende que regularmente nestas construções predomina a população jovem, compreendendo que “os estudantes sejam os grupos dominantes”.

Quanto às profissões exercidas e últimas profissões em caso de desemprego, prevalece a profissão de empregada doméstica e de pedreiro, sendo ambas consideradas como trabalho parcial (algumas horas por dia), tendo como premissa a insegurança, a incerteza, a desproteção, a desqualificação, “um conjunto de condições objetivas e subjetivas que transformam os indivíduos, fragilizando-os” e procurando destruir de alguma forma a sua capacidade de resistir e de existir (Drucket, 2000:149).

Comprovando a ideia anterior, Carvalho (2010:8) salienta que os imigrantes cabo-verdianos em terras estrangeiras, sobretudo na Europa, dedicam-se às atividades de construção civil e aos serviços domésticos e de limpeza. Acrescenta que, mesmo considerando a inserção dos imigrantes nessas profissões que, para muitos, não são fonte de prestígio e, para os próprios, muitas vezes se traduzem em empregos social e economicamente precários e com difíceis condições laborais (idem).

Pais (2005:11) reforça esta ideia ao defender que a vivência do emprego e do trabalho envolve modalidades múltiplas de “luta pela vida” que compreendem trabalho doméstico, eventual, temporário, parcial, oculto ou ilegal, pluriemprego, formas múltiplas de

“desenrascanço a que a linguagem comum se refere com as sugestivas expressões de ganchos, tachos e biscates”³.

É possível afirmar que os(as) inquiridos(as) na presente investigação configuram-se perante um quadro de ausência do direito ao trabalho remunerado, registado, com alguma proteção social, na medida em revela que as pessoas não conseguem mais “viver do trabalho”, não só por renda insuficiente, mas pela inexistência de trabalho como condição básica de estruturação da cidadania na modernidade (Pais, 2005:151).

Relativamente ao desemprego, é notória uma diminuição dos desempregados entre 2013 (33,33%) e 2015 (23,21%). Comprova-se com os dados do INE (2014) uma diminuição significativa do desemprego, sendo que em 2013 atingia 16,2% e em 2014 baixou para 13,9%.

Perante este assunto, a EAPN (2014:7) defende que o trabalho tem um papel fundamental como fonte de rendimento para os agregados familiares, logo tem também um impacto na situação de pobreza e exclusão social da população, o que consideramos estar relacionado com o desemprego sentido pelos(as) inquiridos(as) na presente investigação.

Outra conclusão que nos parece pertinente elencar, é o facto da pobreza se autorrelacionar com os níveis de escolaridade, pois o risco de pobreza aumenta à medida que o nível de escolaridade diminui, e, por isso, em 2011, 49,2% das crianças cujos pais detinham baixos níveis de escolaridade estavam em risco de pobreza, por comparação com 7,5% das crianças cujos pais detinham níveis mais elevados de escolaridade, situação verificada em todos os Estados Membros da Europa (idem:8).

Tendo como referência os dados imediatamente anteriores, tendo em conta que o universo na sua maioria é caracterizado pelo desemprego e pela baixa escolaridade dos(as) entrevistados(as), e, que estes exercem profissões não qualificadas e a tempo parcial, conclui-se que estas famílias se encontram em risco de pobreza e em situação de exclusão social ao nível económico.

De acordo com os dados anteriormente mencionados, após uma análise detalhada sobre os rendimentos e despesas que os entrevistados verbalizaram possuir e assegurar, calculou-se o rendimento PER CAPITA das famílias inquiridas no estudo, subtraindo as despesas aos rendimentos e sobre esse mesmo valor dividiu-se pelo número total de indivíduos constituintes do agregado, predominando o montante entre os 101€ e os 300€.

³ Ganchos e biscates são termos que se usam em sentido equivalente, traduzindo o exercício de atividades profissionais de carácter precário ou secundário. No caso de atividades ilícitas, usa-se mais o termo «gancho». Tacho é um termo cujo uso tradicional deriva da expressão “ganhar para o tacho”. Atualmente designa, mais frequentemente, uma ocupação bem remunerada e conseguida através de influências pessoais (“cunhas”) (Pais, 2005:11).

Os gráficos seguintes ilustram o rendimento ao PER CAPITA dos agregados familiares do núcleo 900:

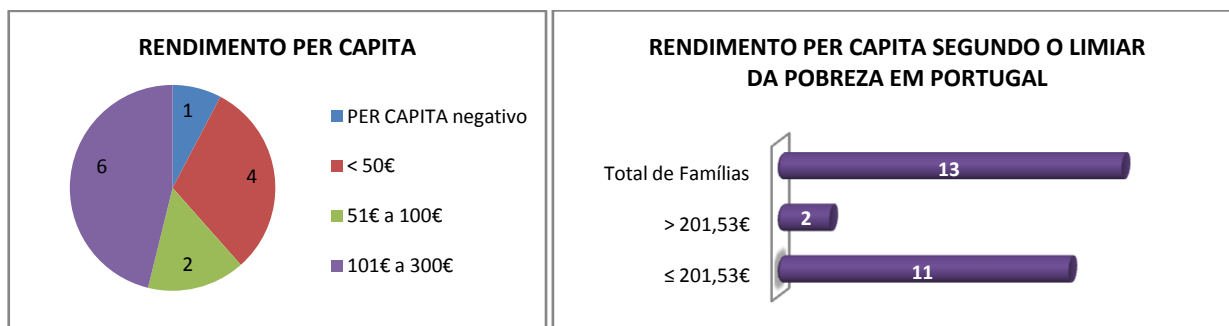


Gráfico 18 e 19 – PER CAPITA do Agregado Familiar (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

De acordo com a análise dos dados, a maioria dos habitantes possui um PER CAPITA entre os 101€ e os 300€, seguidos por ordem decrescente menos de 50€, entre os 51€ e os 100€ e por fim o PER CAPITA negativo. Este valor é considerado como baixo rendimento na medida em que, segundo Pordata (2015), o salário mínimo nacional em Portugal aumentou e é atualmente de 505€. No entanto, segundo o valor estabelecido e publicamente conhecido como o limiar da pobreza por indivíduo do agregado familiar, regido pelo valor da pensão social do regime não contributivo em Portugal em 2015 (201,53€⁴), e de acordo com a análise e interpretação do gráfico 19 (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação), das 13 famílias entrevistadas apenas 2 atingem um rendimento PER CAPITA superior ao valor mencionado, sendo que, por esse motivo, é possível concluir que apenas estes dois agregados familiares possuem autonomia e mecanismos de subsistência. Tal ideia vai ao encontro do pensamento de Ferreira (1984:36 *apud* Antunes, 2011:15), que defende os baixos rendimentos da população portuguesa como uma das tantas causas para o aparecimento de barracas ilegais e degradadas, sendo que “aliada à necessidade rápida de um lugar para dormir, pela proximidade e existência dos centros de emprego da cidade, estas classes inferiores” criaram “soluções próprias e bastante aproveitadas por futuros pequenos loteadores, através dos loteamentos e construções clandestinas”. Assim sendo, as famílias inquiridas no estudo definem-se como “(...) pobre, de fracos rendimentos” onde a sua localização se situa “longe de centros de transporte público e equipamentos essenciais” (idem), o que torna a situação preocupante.

Em suma, são notórios os baixos rendimentos mensais por indivíduo no núcleo em estudo, e, é necessário que, tal como uma mistura de classes e usos é essencial uma ligação destes novos bairros com o local em que se insere, de um ponto de vista urbano e físico, com continuidades de eixos, ligações, por forma a evitar o seu isolamento característicos destas “ilhas sociais” (Antunes, 2011:25).

⁴ Valor da Pensão Social do Regime Não Contributivo em 2015 disponível em: <http://www.economias.pt/valor-dapensao-social-do-regime-nao-contributivo/>

3. MOBILIDADE GEOGRÁFICA E PERCURSOS RESIDENCIAIS

Esta categoria/dimensão permitiu analisar e interpretar o local anterior onde o(a) entrevistado(a) residiu antes da mudança para o núcleo 900 e qual o vínculo que possuiu a essa mesma habitação assim como se pretendeu especificar e aprofundar, família a família, a mobilidade geográfica e os seus percursos residenciais através uma análise específica e detalhada de acordo com os relatos e transcrições das famílias inquiridas no estudo.

A cidade é conformada por vários pequenos centros, considerados como «mosaicos culturais», como uma justaposição de estratos e funções diferenciadas, conotadas com específicas formas de viver o quotidiano (Caçoila, 2007 *apud* Antunes, 2011:27).

Os centros são os lugares que contêm uma pluralidade de significados por excelência, a parte da mesma que pode proporcionar mais sentido à vida urbana (Borja, 2000, *apud* idem).

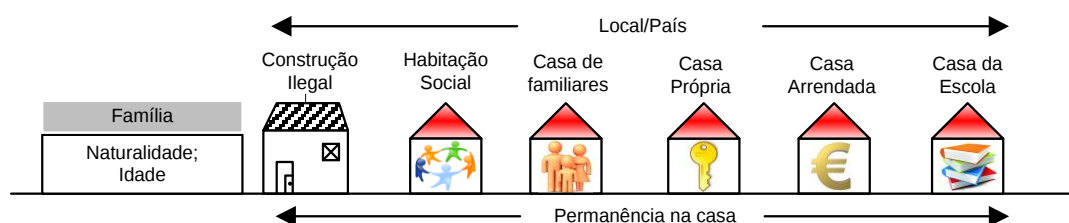
É neste sentido que o autor salienta que a diferenciação de lugares dentro das cidades de forma a tornar espaços anteriormente degradados, mais urbanos e que realcem o lugar em que se encontram, um marco, “criando-se uma cidade de cidades, pequenos ou grandes núcleos tendo em conta o conjunto em que se insere” (idem).

Borja (2000, *apud* idem) lança-nos pistas para o sucesso destes novos espaços e sem os quais não se responderá de forma eficaz e decisiva tanto em zonas de prédios altos, consolidados, como em espaços de menores densidades, através da mobilidade e acessibilidades, do desenho dos tecidos urbanos e do seu espaço público.

A mobilidade é um fator positivo, na medida em que esta é claramente um fator fundamental na permeabilidade física de espaços, na verdade, é um direito de todos que existam condições à acessibilidade para todos os espaços (Antunes, 2011:27).

Nas figuras seguintes, é possível observar a mobilidade habitacional das famílias em estudo desde o seu nascimento até ao presente, tendo como referência abril de 2015, momento pelo qual foram aplicados os inquéritos por questionário ao universo:

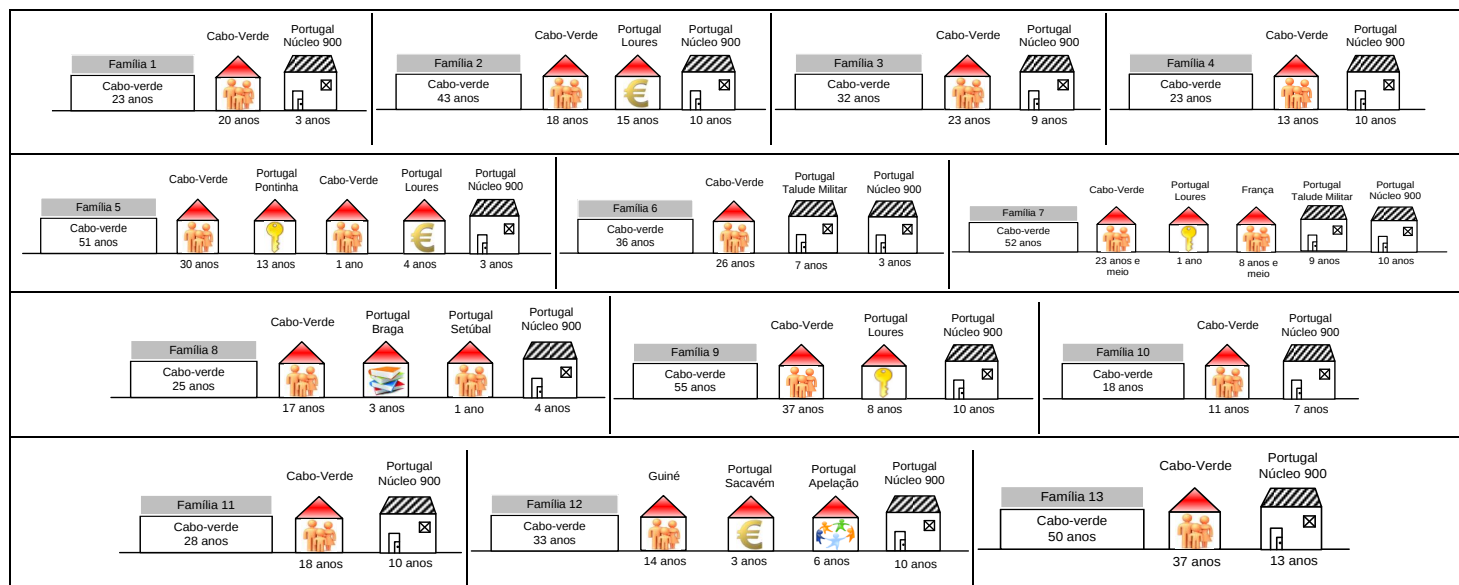
Figura 1 – Representação Gráfica da Mobilidade Habitacional



Fonte: Adaptado de Romeiras (2010). Elaborado pela aluna.

Seguidamente pretende-se desta forma ilustrar os diferentes percursos habitacionais das famílias em estudo na tabela seguinte que será apresentada por família, remetendo esta análise para as diversas e controversas situações de vida dos indivíduos entrevistados:

Figura 2 – Mobilidade Geográfica e Percursos Residenciais das 13 famílias inquiridas



Fonte: Adaptado de Romeiras (2010).Elaborado pela aluna.

Através da análise da tabela acima, constatou-se que, quanto à mobilidade geográfica das famílias em estudo, prevalecem as famílias que já viveram em 2 habitações, e em minoria as que habitaram em 3, 4, e 5 casas (ver gráfico 23 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Com efeito, verificou-se também que, antes das famílias residentes se mudarem para o núcleo 900, a maioria dos habitantes viveram em casa de familiares, sendo que, em menor número foram notórias situações como o arrendamento e rutura conjugal que originou a atual residência no bairro em estudo (ver gráfico 24 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

É possível concluir que 1 família já residiu numa habitação social com a sua família de então, 2 famílias já habitaram em mais que uma construção clandestina, a primeira habitação da totalidade dos inquiridos foi uma habitação de familiares e apenas 3 famílias já tiveram uma habitação própria.

Retomando a ideia de Antunes (2011:27), é necessário “acender as zonas escuras da cidade”, que atualmente pouca importância têm para a cidade e que vai agravando à sua exclusão física e social. A mobilidade não se trata apenas de ir para fora, mas também para dentro, é a sua rede de centralidades, qualidade urbana e colocação de novos serviços nestas zonas capazes de atribuir reconhecimento pelos outros e orgulho pelos próprios moradores (idem).

Em suma, esta questão do domínio da mobilidade anteriormente mencionada e, a questão da exclusão do território de Costa (2007:16) que tem a ver com o facto de existirem certas situações em que a exclusão diz respeito não apenas às pessoas e famílias mas a todo um território, vão ambas ao encontro das características dos residentes do núcleo 900,

universo em estudo. Neste sentido, na medida em que a acessibilidade e mobilidade territorial é escassa e débil, é possível concluir que os(as) entrevistados(as) se encontram excluídos do domínio territorial definido e conceptualizado por Costa (2007:16).

4. SITUAÇÃO HABITACIONAL

Esta categoria/dimensão teve como objetivo perceber e explorar a opinião dos(as) entrevistados(as) perante o bairro, qual o motivo da mudança para o mesmo, procura de uma habitação legal e de baixo custo e, em caso afirmativo na questão anterior, foi solicitado ao universo que indicasse, quantitativamente, um montante suportável de acordo com os rendimentos e despesas das famílias a fim de assegurar uma possível renda.

Neste sentido, foi pedido aos entrevistados que definissem o bairro onde atualmente vivem, sendo que todos os inquiridos escolheram pelo menos 2 opções consoante o seu sentimento e opinião sobre o núcleo 900, tendo obtidos as seguintes respostas:

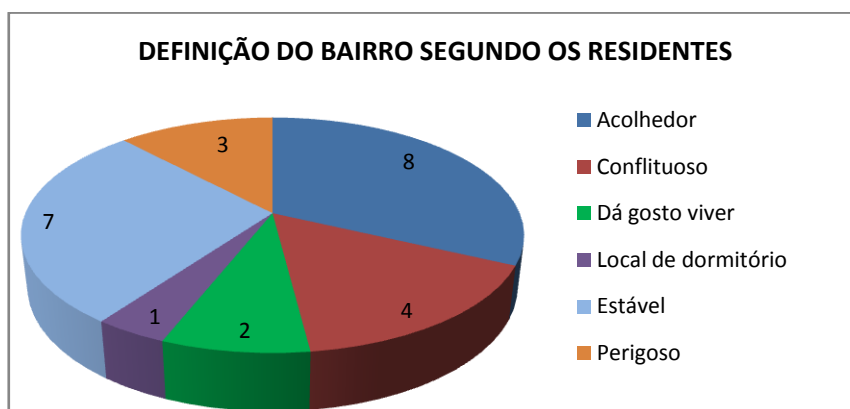


Gráfico 25 – Definição do Bairro segundo os residentes (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação)

De acordo com a interpretação do gráfico anterior, predominam opiniões positivas sobre o bairro, nomeadamente um local estável, acolhedor e onde dá gosto viver. Tal ideia contraria o pensamento de Antunes (2011:26), onde afirma que os bairros clandestinos são locais sem identidade onde considera estas construções como espaços de dormitório, tendo em conta que a maioria do universo inquirido avaliou o núcleo 900 positivamente, como foi referido anteriormente.

Apela-se às entidades públicas que cumpram o seu papel na procura de um plano para uma área urbana justa para todos e democrática, não privilegiando setores da sociedade, porque só assim se consegue uma maior integração social e funcionamento urbano (idem).

Analisou-se também o motivo da mudança para o núcleo 900, onde predominam os residentes que se juntaram à família que já residia na habitação atual quando estes chegaram a Portugal, como é possível verificar no gráfico seguinte:

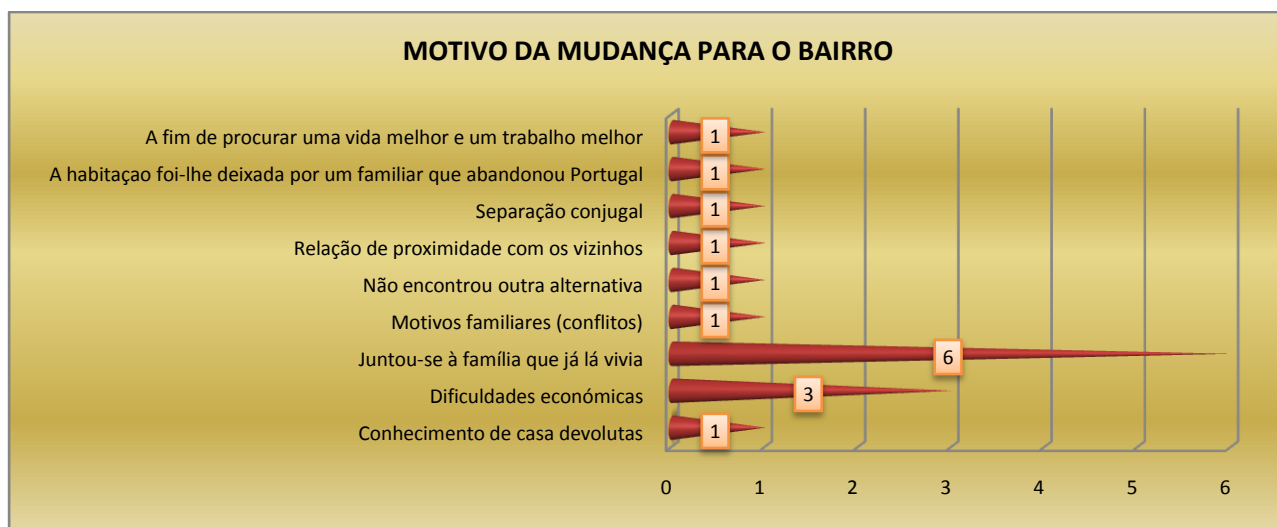


Gráfico 26 - Motivo da mudança para o bairro (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação)

Tal ideia vai ao encontro do pensamento de Mendes (2008:66), que afirma ser em termos habitacionais, face a uma oferta legal escassa, cara e desajustada relativamente à procura, que a construção clandestina tem constituído uma alternativa de alojamento, dirigindo-se mais para segmentos da classe trabalhadora que ocupam lugares de baixa remuneração e de contrato precário. Ainda sobre este assunto, Antunes (2011:20), defende que se podem distinguir 2 tipologias de apropriação dos solos para fins de construção clandestina: 1) compra de lotes para proceder à construção; e 2) invasões sem aquisição, sobre terrenos pertencentes a outras identidades. Conclui-se que o universo em estudo se centra na segunda tipologia, uma vez que os indivíduos residentes no núcleo 900 tinham e têm conhecimento da ilegalidade das construções que edificaram, tendo muitos deles já residido em construções semelhantes perto da habitação atual ou em bairros de génese ilegal no concelho de Loures. O maior desafio da política urbana centra-se em conceitos culturais, tendo em conta que este cada pólo tem a sua identidade e necessita de um espaço que funcione de símbolo uma vez que estes espaços de subúrbios sejam «monumentalizados» na medida em que necessitam de um centro dinâmico e marcante (idem:28).

Analisou-se também a capacidade e iniciativa dos entrevistados em procurar uma habitação legal e de baixo custo, onde se tentou perceber, em caso afirmativo, qual o local/freguesia da procura. Verificou-se que das 13 famílias inquiridas apenas 5 verbalizaram já ter pesquisado e procurar outra habitação para residir, nomeadamente casas para arrendamento, sendo que 8 não procuraram nem demonstraram interesse em abandonar a construção onde atualmente residem (ver gráfico 27 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Os entrevistados que responderam afirmativo à questão,

procura de uma habitação legal e de baixo custo, referiram procurar pelos seus próprios meios, uns através da internet outros através de anúncios publicados nos media, sendo que esta procura se baseou no concelho de Loures, nomeadamente em Camarate, na Apelação, no Catujal, em Lisboa e 1 entrevistado(a) verbalizou aguardar uma resposta da CML na medida em que aguarda realojamento para a sua família por parte da autarquia (ver gráfico 28 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). No entanto, a maioria dos inquiridos que procuraram de alguma forma uma habitação legal e de baixo custo mencionaram conseguir assegurar uma renda cujo valor fosse inferior a 100€, sendo que a minoria referiu conseguir assegurar uma renda entre os 201€ e 300€, não sendo superior a esse montante (ver gráfico 29 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Esta procura foi transmitida e relatada como uma tarefa complicada na medida em que para alterar a residência é necessária proceder a algumas alterações na vida do universo em estudo.

Com efeito, os indivíduos que responderam negativamente à procura de uma habitação legal e de baixo custo referiram alguns motivos e fatores (ver gráfico 30 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação), sendo que predominam as dificuldades económicas, na medida em que estas não permitem assegurar as despesas de uma casa arrendada. Tal ideia vai ao encontro da ideia de Mendes (2008:70), ao defender que foi através do crescimento populacional sentido em Portugal nos últimos anos que se refletiu num

“aumento da procura de habitação (...) incapaz de ser satisfeita pelo mercado formal de habitação privada e pela habitação social (...). Em consequência (...) avolumaram-se as carências neste setor e desenvolveu-se um mercado paralelo para absorver os segmentos da procura insolventes para o mercado formal: subaluguer de quartos e partes de casa em alojamentos dos bairros históricos da cidade e difusão de bairros de barracas e de habitação clandestina (...)” (Mendes, 2008:70).

Em suma, utilizando o pensamento de Salgueiro (1970:47), e, de acordo com os dados obtidos, conclui-se que do ponto de vista social, o bairro clandestino representa para algumas famílias a possibilidade de ter casa própria, uma vez que pelos seus próprios meios não lhes é possível assegurar uma habitação legal devido à instabilidade económica instalada no seio familiar por diversos fatores como o desemprego, as baixas remunerações, as doenças dispendiosas, entre outros (Salgueiro, 1970:47).

5. REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS

Neste ponto pretendeu-se, dadas as vulnerabilidade e fragilidades destas famílias, perceber se possuíam redes e apoios formais e informais a fim de combater as necessidades e dificuldades sentidas, e se já alguma vez expuseram a situação habitacional a algum(a) assistente social, sendo que em caso afirmativo na questão anterior solicitou-se aos(às) entrevistados(as) que elencassem aspetos positivos e negativos face à intervenção

do(a) técnico(a). Quanto aos apoios sociais dos quais os residentes são beneficiários, ilustra-se o seguinte gráfico:

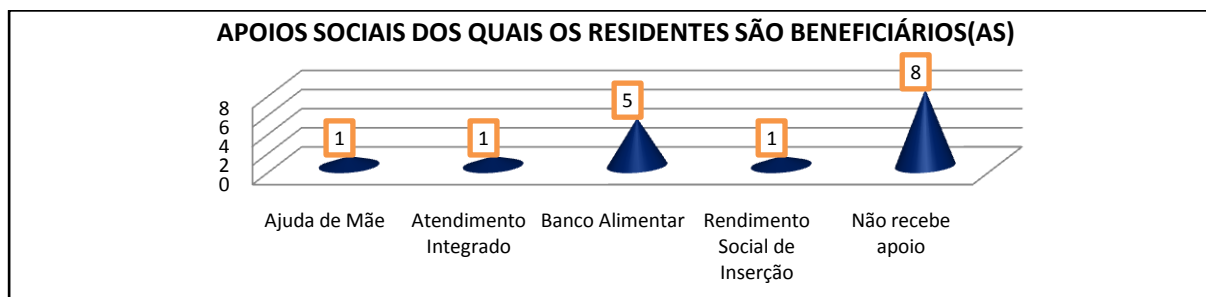


Gráfico 31 – Apoios Sociais dos quais os residentes são beneficiários (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

De acordo com a interpretação do gráfico anterior, verifica-se que a maioria das famílias não recebe qualquer tipo de apoio formal. No entanto, apesar da minoria, 5 das 13 famílias são beneficiárias de apoios sociais, sendo que algumas possuem mais que uma resposta social. Analisou-se o grau de satisfação dos habitantes face aos respetivos apoios, onde se constatou que a maioria dos(as) beneficiários(as) não se encontram satisfeitos com os mesmos uma vez que estes não são suficientes para combater na totalidade as necessidades da família (ver gráfico 32 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Tentou-se também verificar que tipo de apoio informal estas famílias têm, nomeadamente por parte dos vizinhos de dos familiares face aos problemas sentidos pelo universo em estudo. A maioria respondeu negativamente em ambas as questões, na medida em que, das 13 famílias apenas 2 possuem apoio dos vizinhos e 5 dos familiares (ver gráfico 33 e 34 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação), nomeadamente em géneros alimentares e apoio monetário (ver gráfico 35 e 36 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Predominam as famílias que não recebem apoio nem são beneficiárias de qualquer resposta social. Tal afirmação comprova que a maioria dos(as) entrevistados(as) em estudo encontram-se perante uma situação de exclusão social no domínio institucional, uma vez que estes agregados famílias “pressupõem (...) o não acesso a um ou mais sistemas sociais” (Rodrigues, 2003:36), nomeadamente por não serem beneficiários de qualquer resposta social. Já a minoria enfrenta uma situação de carência económica, pois embora beneficiem de auxílio externo e apoios formais e informais, os seus rendimentos auferidos não lhes permite satisfazer as suas necessidades básicas e essenciais à vida do ser humano (Costa, 2007:10), assim como se caracterizam por “raturas (...) afetivas e de amizade” (idem:11), remetendo esta análise para a ausência de auxílio quanto às redes de vizinhança. De acordo com os sistemas básicos de Costa (2007:14), as famílias em estudo não se encontram em situação de exclusão no domínio social, na medida em que as 13 famílias possuem um conjunto de sistemas nas quais se encontram inseridas, pois apesar da ausência da rede de vizinhança, a totalidade das famílias residem com familiares diretos.

Seguidamente, tentou-se perceber qual o contacto dos residentes com os(as) assistentes sociais e se por ventura expuseram a situação habitacional a algum(a) técnico(a) a fim de o solucionar. Em 2013 os resultados obtidos salientaram o desconhecimento do serviço por parte da CML, na medida em que das 15 famílias entrevistadas apenas 5 expuseram a situação habitacional aos(às) assistentes sociais. Em 2015 constatou-se que a situação se mantém, pois a maioria dos(as) entrevistados(as) responderam negativamente a esta questão devido ao desconhecimento tanto do serviço como de onde e a quem se dirigir para relatar a situação (ver gráfico 37 e 38 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). A dinâmica durante este período de tempo mantém-se na medida em que prevalece o desconhecimento do serviço da CML como motivo para a não exposição da situação aos assistentes sociais. De salientar, atualmente o núcleo 900 trata-se de um bairro que se situa territorialmente no «meio do campo» onde prevalece um caminho de terra batida como acesso às construções das famílias inquiridas no estudo, tendo uma ligação, “quase sempre única”, com uma estrada principal que “forma uma espécie de «cordão umbilical»” sendo, muitas vezes, “um antigo caminho rural em muito mau estado de conservação” (Salgueiro, 1970:34), descrevendo assim o local/caminho de acesso ao núcleo 900. Este desconhecimento do serviço da CML poderá, eventualmente, estar relacionado com acesso restrito às redes de transportes públicos, dificultando assim, a deslocação dos indivíduos à autarquia e suas delegações, e o conhecimento dos serviços e respostas sociais da mesma.

No que concerne à exposição da situação habitacional, das 13 famílias apenas 3 inquiridos mencionaram ter exposto a situação atual a um(a) assistente social, nomeadamente do Centro Comunitário da Apelação, e da junta de freguesia de Camarate (ver gráfico 39 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Foi solicitado aos entrevistados(as) que avaliassem o acompanhamento e a capacidade de resolução às suas necessidades e problemas, onde a maioria considerou este acompanhamento e capacidade de resolução dos(as) técnicos(as) como «bom» (ver gráfico 40 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Ainda sobre este assunto, os(as) entrevistados(as) elencaram aspetos positivos e negativos face à intervenção dos assistentes sociais a fim de avaliar a perceção dos mesmos, tendo em conta os seus próprios objetivos e situações concretas de vida. Quanto aos aspetos negativos foi referido:

“A demora para arranjar casa com condições e a demora para me comparticiparem os medicamentos. Já entreguei todos os papéis que me pediram para colocar no processo mas até hoje não tenho resposta quanto à casa nem quanto aos medicamentos, e eles que me fazem tanta falta e tão caros que são.” (E5);

“Não ajudaram a minha mãe com os medicamentos, ela toma muita medicação e pedi ajuda na comparticipação dos remédios mas não ajudaram. A não ser o Banco Alimentar, não me ajudaram em mais nada, não me ajudaram a melhorar a minha vida nem em nada.” (E6);

“O meu processo de realojamento tem sido muito demorado e já estou em lista de espera há muito tempo, por isso considero negativo o tempo de resposta e o tempo que demoram para realizarem as coisas.” (E12).

Relativamente aos aspetos positivos, os(as) entrevistados(as) mencionaram que os(as) assistentes sociais:

“Dão informação pertinente e ajudam a vida da família. Demonstraram-se compreensivos à minha atual situação de saúde que não é fácil (epilepsia e tumor) e sempre me apoiaram a mim e à minha família. Graças a elas que hoje recebo apoio, alimentos e o dinheiro, para mim, para a minha mulher e para o meu filho.” (E5);

“Dão conselhos, explicam claramente os procedimentos a fazer para termos as coisas.” (E12);

“Não aponto aspetos positivos.” (E6).

De acordo com os aspetos positivos elencados pelos(as) entrevistados(as), reforça-se a ideia de que o Serviço Social utiliza o seu conhecimento para interpretar, analisar e determinar os fatores de risco e proteção, potenciando com os indivíduos formas de ação e de intervenção que promovam a sua autonomia, entendida como participação e escolha, mesmo que as políticas nas quais está incluída a intervenção não incluam essa dimensão (Carvalho, 2010:162). E, é neste sentido que o papel do Serviço Social visa essencialmente a integração social na medida em que se pretende salientar permanentemente a necessidade de proteger os mais fracos dos efeitos da máquina social, conter os perigos, compensar os estragos ou indemnizar dos prejuízos, tendo em conta que proteger o indivíduo é promovê-lo como ator e apoiá-lo pelo menos na sua capacidade de participação na produção da sociedade, sendo que, para tal é necessário habilitar e não compensar, pois é preciso corrigir os mecanismos atuais que desencorajam as pessoas a serem ativas pela atribuição de uma ajuda emancipadora pensada como um meio absoluto de evitar armadilhas da pobreza e de luta contra a dependência do Estado social (Soulet, 2007:11). Reforçando ainda a ideia anterior, os assistentes sociais, articulados às forças sociais progressivas, enfatizam esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das maiorias nas esferas de decisão política, na medida em que o horizonte é a construção de uma «democracia de base» que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos dos cidadãos, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura (Iamamoto, 2004:33).

Em suma, os aspetos negativos elencados pelo universo vão ao encontro da insatisfação quanto aos procedimentos administrativos, nomeadamente da intervenção de mediação entre o pedido e a resposta social. Face a esta situação, Silva (2006:170 *apud* Silva, 2007:293) defende que os profissionais precisam de potencializar e valorizar exatamente aquilo que é frequentemente reivindicado por ele próprio como sendo a razão imediata da sua paralisia e desânimo: as demandas, os limites e os desafios com as quais os

profissionais se deparam no seu quotidiano profissional. Cabe ao assistente social modificar a sua intervenção profissional de acordo com a demanda que lhe é colocada e da necessidade de responder às exigências e contradições da sociedade capitalista, pois é preciso acompanhar o movimento da sociedade e visualizar novos espaços como possibilidades de intervenção sobre uma realidade social concreta (Suguihiro et al, 2009:11). É neste sentido que o Serviço Social, entretecido pelos interesses em confronto, vai ampliando as suas funções até colocar-se no âmbito da defesa da universalidade de acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos, das políticas públicas e da democracia (Guerra, 2000:15).

6. PROBLEMAS E VULNERABILIDADES

As questões colocadas nesta categoria/dimensão tiveram como objetivo perceber quais as maiores preocupações dos(as) entrevistados(as); avaliar a resiliência, autoestima e autoconfiança, e sentimento de pertença à sociedade; e avaliar qual a percepção dos(as) inquiridos(as) face ao reconhecimento das suas qualidades e pontos fortes por parte dos outros (familiares, amigos, grupos de pertença).

Quanto ao primeiro assunto, as maiores preocupações das famílias inquiridas exprimem-se no gráfico seguinte:

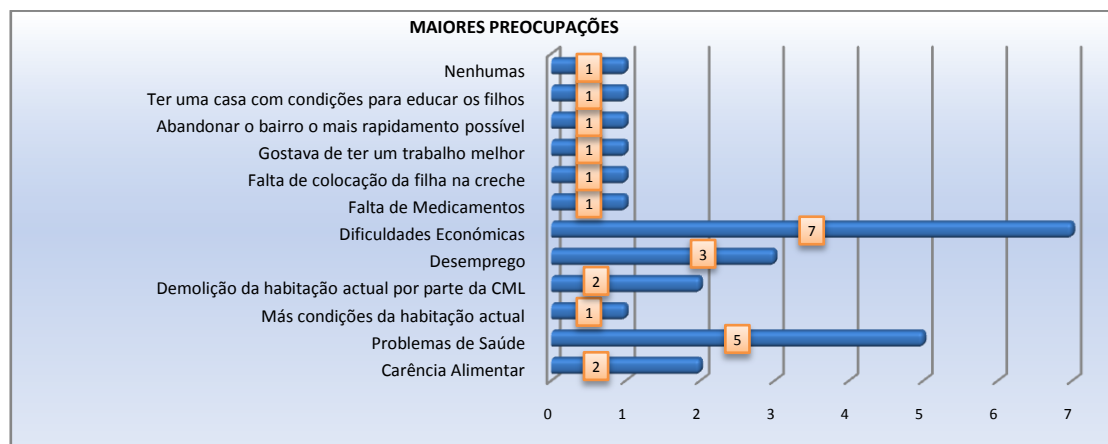


Gráfico 41 – Maiores preocupações dos(as) entrevistados(as) (ver Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação)

De acordo com a interpretação do gráfico anterior, predominam as preocupações com “o desemprego, (...) a saúde (...), as dificuldades económicas, (...)preocupa-me bastante a falta dos meus medicamentos por não ter dinheiro para os comprar muitas vezes.” (E7). Prevaecem as preocupações a nível económico e de saúde, sendo que a primeira se encontra diretamente relacionada com o desemprego, assim como a carência alimentar que deriva da instabilidade monetária sentida pelas famílias em estudo. Tal afirmação vai ao encontro do pensamento de Carreira (2011:7), que defende que, embora as famílias tenham acesso a uma habitação, colocando de lado as suas condições de higiene e de habitabilidade, “os rendimentos auferidos não lhes permite satisfazer as necessidades

humanas básicas” (Carreira, 2011:7), sendo esta caracterizada “por uma rutura com o mercado de trabalho”, remetendo esta afirmação para o desemprego e instabilidade financeira que as famílias inquiridas no estudo vivenciam presentemente (Costa, 2007:10).

Uma das categorias do presente trabalho foi avaliar a resiliência dos(as) entrevistados(as) como forma de superação das dificuldades e adversidades da vida no seu quotidiano de forma autónoma e capaz, acreditando na suas capacidades para enfrentar os seus problemas. Garcia (2001 *apud* Angst, 2009:254) define que a «resiliência emocional» relaciona as experiências positivas que levam a sentimentos de autoestima, autoeficácia e autonomia, que capacitam a pessoa a lidar com mudanças e adaptações, obtendo um repertório de abordagens para a solução de problemas. Por outras palavras, Angst (2009:258) conceptualiza que com o conhecimento da resiliência pode-se começar a ver um indivíduo como capaz de procurar recursos para superar as adversidades, não sendo apenas mais um observador passivo e “doente”, mas sim um indivíduo que pode procurar recursos em si próprio e no ambiente que o rodeia para a resolução de conflitos. Foi avaliada esta capacidade por parte dos(as) inquiridos(as) no estudo onde foi notório que a maioria dos residentes se autodefiniram como tendo uma «boa» resiliência, e, por ordem decrescente, seguidamente como «muito boa», «má» e «intermédia» (ver gráfico 42 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

No que concerne ao próximo indicador, tentou-se avaliar a autoestima/auto-confianças dos(as) entrevistados a fim de perceber até que ponto o universo em estudo acredita nas suas próprias capacidades e no seu valor pessoal enquanto pessoa. Coopersmith (1967:4-5 *apud* Gobitta, 2002:144) define autoestima como a avaliação que o indivíduo faz, e que habitualmente mantém, em relação a si mesmo. Reforça a ideia de que expressa uma atitude de aprovação ou desaprovação e indica o grau em que o indivíduo se considera capaz, importante e valioso. No fundo, a autoestima é um juízo de valor que se expressa mediante as atitudes que o indivíduo mantém em face de si mesmo, é uma experiência subjetiva que o indivíduo expõe aos outros por relatos verbais e expressões públicas de comportamentos (idem). Quanto a este indicador, as respostas dos(as) entrevistados(as) indicaram uma boa avaliação desta categoria/dimensão, na medida em que segundo a interpretação e análise às quatro questões relacionadas com este assunto prevalece a «elevada/boa» autoestima/autoconfiança (ver gráfico 43 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Referente à próxima categoria/dimensão, foi avaliado o sentimento de pertença que os(as) residentes do núcleo 900 possuem perante a sociedade, a fim de avaliar se é frequente sentirem-se parte integrante desta. McMillan & Chavis (1986:9 *apud* Amaro, 2007:25) define que um sentimento de pertença, por estes autores caracterizados como «sentimento psicológico de comunidade» como um sentimento de pertença que os membros

possuem, de que os membros se preocupam uns com os outros e com o grupo, e uma fé partilhada de que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do compromisso de permanecerem juntos (McMillan & Chavis, 1986:9 *apud* Amaro, 2007:25). Reforça a ideia de que captura sentimentos de fazer parte do grupo, trata-se de um sentimento de calor e intimidade resultantes do compromisso e crença de que os membros da sociedade partilharam e irão partilhar histórias, lugares comuns, tempos juntos e experiências similares (idem). Relativamente a este indicador, foram analisadas e interpretadas as respostas dos(as) inquiridos(as) face às 2 questões colocadas sobre este assunto, sendo que a sua maioria sente que é parte integrante da sociedade, sendo eles parte ativa, participativa e interventiva desta (ver gráfico 44 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Em suma, é possível concluir que, em ambas as categorias, resiliência, autoestima e sentimento de pertença, a maioria dos(as) inquiridos(as) no estudo possuem uma boa capacidade de lidar com os problemas, superar obstáculos e resistir à pressão de situações adversas; confiam e acreditam nas suas próprias capacidades e potencialidades para superar esses mesmos obstáculos e desafios na sua vida; e por último, participam nas suas próprias vidas de forma participativa e interventiva, na medida em que autodefiniram um sentimento de pertença perante a sociedade e verbalizaram sentir-se integrados na mesma.

7. COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Neste campo pretendeu-se perceber e conhecer quais as competência e potencialidades dos(as) inquiridos(as) no estudo através da análise das atividades que os habitantes realizam nos seus tempos livres e quais as suas áreas de interesse ao nível da formação superior e qualificada. Relativamente à agricultura de subsistência foi notório a predominância da existência desta atividade como objetivo de auxílio e apoio alimentar face às dificuldades monetárias referidas ao longo do estudo (ver gráfico 45 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Tal ideia comprova o pensamento de Abreu (2012:1), ao defender que, as hortas, como ecossistemas agrícolas, proporcionam, além dos serviços gerados como espaços verdes, produtos alimentares e, portanto, podem suprir necessidades básicas. Reforça ainda a ideia de que em muitos países as hortas urbanas têm surgido acompanhando o rápido crescimento das cidades (De Bom & Parrot, 2010 *apud* Abreu, 2012:1). Conclui-se que medidas que permitam a autonomia e uma melhor qualidade de vida nas cidades são necessárias e desejáveis, e, neste sentido, as hortas urbanas podem contribuir para enfrentar de forma positiva a situação económica atual, melhorar a qualidade ambiental das cidades e o bem-estar da população (Abreu, 2012:2).

No que concerne às atividades de lazer e tempos livres (ver gráfico 46 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação), a maioria revelou interesse em arrumar/limpar a casa e

pela música, divergindo em estilos musicais como “hip-hop (...)” (E4), “(...) fado, música clássica (...)” (E12), “(...) brasileira e rock (...)” (E11), sendo também interessante a ocupação e presença de atividades diversas como “jogo futsal, desenho roupas (...)” frequente a catequese, vou à missa, tenho ensaios de música e costumo vender roupas na feira com os meus pais” (E10). Tal ideia vai ao encontro do pensamento de Antunes (2011:26), que, nestas construções ilegais, é necessário auxiliar à sua não degradação, dotando esses espaços de potencialidades, interligados por uma rede de acessos ou de espaços públicos a fim de diminuir ou mesmo remover a pressão sentida pelos indivíduos residentes, tendo em conta que, a cidade é dotada de uma “justaposição de estratos e funções diferenciadas, conotadas com específicas formas de viver o quotidiano”.

Quanto às áreas de interesse, foi solicitado aos entrevistados que elencassem as áreas de estudo nas quais gostariam de se especializar caso tivessem oportunidade de investir na formação escolar/profissional. Neste sentido, a maioria referiu interesse pela informática (2) (ver gráfico 47 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação), “(...) para perceber e mexer num computador com facilidade (...)” (E12), e porque atualmente “(...) as novas tecnologias são precisas para tudo” (E3). Porém, foram mencionadas outras áreas de estudo preferenciais como Contabilidade, Turismo, Estética, Música, Línguas (Português), Costura, Hotelaria, Cozinha, Estilismo, e Desporto.

Em suma, quanto às competências e potencialidades, a maioria do universo possui agricultura de subsistência como meio de combate às dificuldades económicas e carência alimentar; foi notória a diversidade das atividades de lazer e a forma como ocupam os seus tempos livres, sendo predominante o interesse pela música e a limpeza da casa; e por fim, referente às áreas de interesse quanto à formação futura, a sua maioria referiu o interesse pela área da Informática, tendo no entanto mencionado variadas áreas de estudo.

8. ANÁLISES AO PASSADO E PROJETOS PARA O FUTURO

Com esta categoria/dimensão pretendeu-se fazer uma breve análise ao passado destas famílias a fim de analisar e interpretar a trajetória e evolução de vida dos residentes nos últimos 2 anos, assim como perceber quais os projetos e objetivos de vida o seu futuro e dos seus filhos. Quanto à trajetória/evolução de vida nos últimos 2 anos, o universo considera na sua maioria que melhorou, sendo que alguns entrevistados(as) verbalizaram que piorou e ainda que «estagnou» (ver gráfico 48 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Referente à melhoria da trajetória/evolução de vida, as opiniões e relatos dos(as) entrevistados(as) foram diversas, sendo que as justificações se centraram na melhoria “(...) em relação ao trabalho e formação profissional, tive mais oportunidades ao nível do trabalho

como da formação” (E1); “(...) porque fiquei mais perto da família (...)” (E2) no caso de famílias que possuem familiares em Portugal; relataram ainda que “melhorou com o nascimento da minha filha, aperfeiçoei os estudos e tive mais oportunidades de trabalho” (E4); “(...) porque fui mãe (...)” (E8); e porque “ (...) Foi em Portugal que me curei e que consegui tratar os meus problemas de saúde (...)” (E5), tendo em conta que uma das famílias constituintes do universo se encontra em Portugal em tratamento por motivos graves de saúde, nomeadamente devido a um tumor na cabeça e epilepsia. Comprova-se que os motivos da melhoria da vida dos(as) entrevistados(as) se baseiam na relação com o trabalho e/ou formação profissional, em minoria; na proximidade com membros da família residentes em Portugal; no facto do aumento dos nascimentos no núcleo 900 promovendo assim uma satisfação pessoal e realização individual por parte das entrevistadas que mencionaram este aspeto como positivo; e por fim no tratamento de sucesso no caso de problemas graves de saúde.

As famílias que referiram que a sua vida piorou durante estes últimos dois anos, justificaram-no alegando que “(...) fiquei doente, o meu marido ficou desempregado há 2 anos e só começou a trabalhar à pouco, não sabe se fica ou se vem embora (...)” (E6); o meu pai ficou desempregado e isso dificultou as coisas” (E10); “piorou muito quanto à estabilidade económica porque o meu marido ficou desempregado de há dois anos para cá (...)” (E12); e “(...) fiquei desempregada e as dificuldades económicas agravaram-se” (E13). É notória a causa/consequência do desemprego na vida das famílias inquiridas no estudo, na medida em que a maioria dos relatos se centraram no desemprego dos próprios e/ou de um membro da família, sendo este um dos elementos fundamentais e cruciais para a estabilidade económica de qualquer agregado familiar.

Por último, algumas famílias não consideraram aspetos de melhoria nem o contrário, pois alguns(mas) entrevistados(as) relataram que “(...) não melhorou nem piorou” (E3); “(...) estagnou, está tudo muito mal, tudo na mesma, dinheiro não há e o comer falta” (E7); e “não evoluiu nem piorou (...)” (E9). Os habitantes que referiram que a sua trajetória/evolução de vida «estagnou», centraram-se em aspetos pelos quais não se verificaram melhorias nas suas vidas mas, as situações atuais, apesar de baseadas em dificuldades, estas não pioraram, pois “considero constante (...)” (E3), “(...) está tudo na mesma (...)” (E2).

Relativamente à perspetiva de vida para daqui a 2 anos, em 2013 os entrevistados revelaram a vontade e o interesse em regressar ao país de origem (Cabo-verde). Em 2015, tendo em conta que os inquiridos não foram os mesmos, as vontades são diferentes na medida em que prevalece a intenção de permanecer no bairro e na habitação atual. No entanto, em minoria os(as) entrevistados(as) referiram interesse em viver noutro sítio; em Lisboa devido a haver mais movimento e mais pessoas; outros gostariam de regressar e voltar a viver no seu país de origem (Cabo-verde); alguns de viver noutro sítio com mais

condições habitacionais; e, por fim, ainda houve quem verbalizasse interesse em viver numa casa atribuída pela CML, uma vez que um dos agregados familiares inquiridos no estudo se encontra a aguardar parecer da autarquia perante o seu realojamento (ver gráfico 49 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Remetendo a análise para o futuro dos seus descendentes, foram notórias as perspetivas dos progenitores quanto aos interesses e desejos dos seus próprios filhos (ver gráfico 50 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação), na medida em que relataram várias opiniões e sugestões para os mesmos, nomeadamente que vivessem “num ambiente estável, com trabalho e onde eles quiserem, desde que sejam felizes (...)” (E1); “aqui e em Portugal para estarem perto de mim.” (E2) e “(...) porque este país tem outra educação, tem mais acompanhamento, tem boas escolas e mais trabalho, coisa que em Cabo-verde não há.” (E5); assim como alguns(mas) entrevistados(as) referiram interesse em viver “em Cabo-verde, porque é a nossa terra.” (E3).

No entanto, a mensagem subjacente às respostas dos indivíduos em estudo remeteu, segundo a análise e interpretação da aluna, para a vontade e interesse dos próprios filhos, sendo do interesse dos progenitores que estes “(...) sejam felizes (...)” (E13), e acima de tudo que reúnam condições para “(...) conseguirem ter uma vida melhor (...)” (E6). Salientaram também, apesar de ser uma minoria, o desejo de regressar ao seu país de origem, “(...) porque é a nossa terra” (E3), no entanto, perspetivam soluções no caso de não conseguirem concretizar este objetivo, na medida em que “gostava que os meus filhos vivessem em Portugal para ficarmos unidos e todos juntos, caso não consiga voltar para Cabo-verde” (E9). Este aspeto remete para o «peso» da imigração na vida quotidiana destas famílias que imigram a fim de uma vida melhor, ao nível profissional e económico, mas, paralelamente surgem as saudades que nutrem pelos seus familiares que se encontram afastados devido à conjuntura. Tal ideia vai ao encontro do pensamento de (Saint-Maurice, 1997 *apud* Carvalho, 2010:30), quando afirma que quanto à imigração,

“Este fenómeno ganhou visibilidade a partir da década de sessenta, quando o Estado português facilitou e incentivou a entrada dos cabo-verdianos no país com o objetivo de preencher o vazio de mão de obra causado pela emigração em massa e participação dos portugueses nas guerras coloniais. Estes imigrantes eram recrutados para trabalhar em empregos não qualificados, no ramo da construção civil ou na indústria de turismo. É importante dizer que os imigrantes cabo-verdianos foram precursores de um movimento migratório em cadeia, instituído a partir de Cabo Verde, que perdurou até à atualidade”(Saint-Maurice, 1997 *apud* Carvalho, 2010:30).

Foi ainda solicitado aos(às) entrevistados(as) que elencassem de que forma achariam que conseguiriam atingir os objetivos mencionados nas questões anteriores, perspetiva de futuro para os próprios e para os seus filhos (ver gráfico 51 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação). Os relatos foram diversos e conclusivos para a análise e interpretação dos mesmos, pois a maioria das famílias ainda não pensaram como atingir tais

objetivos uma vez que “(...) estou confortado e conformado com o meu atual estado de vida porque, os rendimentos não chegam para os alimentos quanto mais para mudar de casa se o nosso único rendimento é o ordenado da minha esposa.” (E5). No fundo, a ideia transmitida passou essencialmente por “(...) vivendo um dia de cada vez, vivendo aos poucos e logo se vê, a vida não está boa para fazer planos para o futuro, não há dinheiro, tem que se pensar muito bem antes de fazer as coisas.” (E6). No entanto, algumas famílias perspetivam de alguma forma soluções mensuráveis para alcançar tais objetivos como “conseguir trabalho na área de formação, (...) concluir a faculdade e depois ter um emprego (...)” (E1); assim como “(...) trabalhado muito para conseguir juntar dinheiro para fazer uma casa em Cabo-verde.” (E3). As perspetivas de mudança de vida dos entrevistados centraram-se em soluções referentes a melhores condições de trabalho, conclusão dos estudos e em reunir condições monetárias e financeiras para alcançar e concretizar os seus sonhos e objetivos de vida. Segundo a análise e interpretação das respostas dos(as) inquiridos(as), predomina a opinião de viver um dia de cada vez sem fazer grandes planos uma vez que a instabilidade financeira não o permitem, e o facto de não terem pensado nem feito nada para concretizar estes objetivos (ver gráfico 51 do Anexo IV – Dados Estatísticos da Investigação).

Comprova-se que, a ideia e opinião dos(as) entrevistados(as) para concretizar os seus objetivos de vida passa essencialmente por “(...) conseguir trabalho (...)” (E1) para tentar e conseguir “(...) juntar dinheiro (...)” (E3), mas, no entanto, tudo isto é pensado sem grandes ilusões e sem perspetivas muito rigorosas, “(...) vivo um dia de cada vez, devagar e com calma (...)” (E7), porque “(...) a vida não está boa para fazer planos para o futuro (...), tem que se pensar muito bem antes de fazer as coisas” (E6). O que realmente preocupa estas famílias é a situação de desemprego e posterior instabilidade financeira, sendo notória a dificuldade e inexistência de mecanismos para assegurar os bens essenciais à família, nomeadamente a alimentação.

Em suma, é possível verificar que a situação dos inquiridos no estudo é diferente daquela que os residentes viviam em 2013, pois tem sido marcada pela imprevisibilidade e mutabilidade de vida que Pais (2005:12-13) ilustra ao defender que,

“Os projetos de vida que os jovens idealizam abrem portas, por vezes, a um vazio temporal de enchimento adiado. Projetos em descoincidência com trajetos de vida. Em contrapartida o presente enche-se de possibilidades múltiplas, de diferentes experiências e desejos profissionais. As escolhas são múltiplas e reversíveis, embora nem sempre possíveis. (...) Factos tomados como “causa” determinam outros factos tomados como “efeito”, num esforço de vinculação que assegura uma continuidade temporal entre o “antes” e um “depois”, numa consolidação de sucessões. No entanto, entre qualquer antes e depois dá-se o entretanto de imprevistos, de acontecimentos, de sucessos e insucessos à margem da continuidade temporal das sucessões previstas. (...) A vida é uma urdidura enredada de constrangimentos. (...) Urdindo sonhos e desejos, inquietações e temores, expectativas e ilusões. As urdiduras da vida vão-se reconfigurando, ganhando novas malhas, novos enlakes, novas texturas. Por vezes bastam pequenos acontecimentos para que novos rumos sejam dados à vida. A obtenção de um bom trabalho pode significar uma mudança de vida.” (Pais, 2005:12-13).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ponto, fazer-se-á uma análise intercalada entre os objetivos estabelecidos e os resultados obtidos. A pergunta de partida do presente trabalho foi «quais os domínios em que os residentes do núcleo 900 se encontram excluídos, e, quais as suas trajetórias de vida?». Neste sentido, pretender-se-á responder à questão anterior assim como aos objetivos gerais e específicos da presente investigação.

Em resposta aos objetivos caracterizar as famílias a nível social, económica, institucional, territorial e ao nível das suas referências simbólicas e, aprofundar a compreensão da caracterização das famílias em estudo com recurso aos dados recolhidos em 2013, o núcleo 900 era constituído por 15 famílias (72 habitantes, 43 homens e 29 mulheres), contemplando 45 adultos e 27 menores. Atualmente, residem no bairro 14 famílias, tendo colaborado no estudo apenas 13 agregados familiares (constituindo assim um total de 56 pessoas, 28 homens e 28 mulheres, compostas por 37 adultos, 1 idoso, e 19 menores). Ainda dentro deste tema, quanto à relação de parentesco entre os habitantes, predominam as famílias que contraíram matrimónio e têm filhos ao seu encargo.

No que concerne à caracterização das famílias, quanto à educação a maioria encontram-se matriculados num estabelecimento de ensino, sendo que, das 9 crianças em idade pré-escolar 4 não conseguiram vaga numa creche. Importa salientar que este fator derivou da ausência de vagas institucionais, pois os progenitores verbalizaram que, apesar da procura em diversas creches, estes não conseguiram efetivamente assegurar a inscrição dos menores. Perante esta situação, conclui-se que o núcleo em estudo se encontra com dificuldades na inserção institucional quanto aos menores em idade pré-escolar. No entanto, o mesmo não se verifica quanto aos menores estudantes com idade que contempla a escolaridade obrigatória, pois predominam estudantes do 1º ciclo, e em minoria do 2º e 3º ciclo. De acordo com o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, entre os 6 e os 18 anos, a grande maioria encontram-se em retenção escolar.

Relativamente à escolaridade dos adultos, predomina a conclusão do 1º ciclo, seguidos do 2º ciclo, 3º ciclo, ensino secundário, e, 4 ainda se encontram a estudar, nomeadamente entre o 3º ciclo e o ensino secundário. Um dos grandes aspetos positivos do presente trabalho foi o investimento das famílias na educação, pois da totalidade dos adultos, 4 ainda se encontram inscritos num estabelecimento de ensino a fim de melhorar, aprofundar e investir na sua formação curricular/profissional.

No que concerne à naturalidade e nacionalidade dos inquiridos, a sua maioria possui naturalidade e nacionalidade estrangeira, nomeadamente Cabo-verdiana, e uma minoria, possui uma matriz cultural mista, Cabo-verdiana e Guineense.

Por conseguinte, constatou-se a diversidade quanto à permanência em território nacional, pois a maioria dos residentes habitam em Portugal por um período de 1 a 5 anos, e, por ordem decrescente, segue-se a permanência de 5 a 10 anos, 10 a 15, 15 a 20, menos de 1 ano e por fim, há mais de 20 anos.

Quanto à caracterização a nível económica, predominam os desempregados, os ativos e os menores estudantes. De acordo com os dados obtidos é possível afirmar que no espaço de 2 anos os adultos estudantes, os menores não estudantes, menores estudantes e os desempregados diminuíram; e, os ativos e as crianças em idade pré-escolar aumentaram, sendo notório o aumento do exercício profissional dos inquiridos e posterior inserção no mercado de trabalho assim como o aumento das crianças. No que diz respeito ao desemprego, este centra-se num desemprego de longa duração (superior a 1 ano), e apenas uma minoria se depara com o desemprego de curta duração (inferior a 1 ano). Referente às profissões exercidas e últimas profissões em caso de desemprego, predomina o exercício profissional como empregada doméstica para o sexo feminino e como pedreiro para o sexo masculino. Constatou-se também que a carga horária das profissões destes variam entre as 3 e as 8 horas por dia, sendo que a sua maioria exerce a sua atividade profissional de acordo com as 6 horas diárias. Relativamente ao vínculo profissional do universo face às profissões referidas anteriormente, predomina o contrato a termo, e, em minoria, é notória a ausência de qualquer vínculo contratual com a profissão atual, e apenas 1 pessoa se encontra efetivo(a). É notório que estas famílias se caracterizam pelo desemprego e pela baixa escolaridade, originando assim o exercício de profissões não qualificadas e a tempo parcial. Conclui-se que estas famílias se encontram em risco de pobreza e em situação de exclusão social ao nível económico. Comprovando a ideia anterior, a maioria dos habitantes possui um PER CAPITA entre os 101€ e os 300€, seguidos por ordem decrescente inferior a 50€, entre os 51€ e os 100€ e por fim o PER CAPITA negativo. No entanto, segundo o valor estabelecido e publicamente conhecido como o limiar da pobreza por indivíduo do agregado familiar, regido pelo valor da pensão social do regime não contributivo em Portugal em 2015 (201,53€), das 13 famílias entrevistadas, apenas 2 atingem um rendimento PER CAPITA superior ao valor mencionado (>201,53€). É possível concluir que, da totalidade do universo, apenas dois agregados familiares possuem autonomia e mecanismos de subsistência.

Em relação à mobilidade geográfica e percursos residenciais das famílias em estudo, prevalecem as que já viveram em 2 habitações, e em minoria as que habitaram em 3, 4, e 5 casas. Verificou-se também que, antes das famílias residentes se mudarem para o núcleo 900, a maioria dos habitantes viveram em casa de familiares, sendo que, em menor número foram notórias situações como o arrendamento e rutura conjugal que originou a atual residência no bairro em estudo. É possível concluir que 1 família já residiu numa habitação

social com a sua família de então, 2 famílias já habitaram em mais que uma construção clandestina, a primeira habitação da totalidade dos inquiridos foi uma habitação de familiares e apenas 3 famílias já tiveram uma habitação própria. Na medida em que a acessibilidade e mobilidade territorial é escassa e débil, os(as) entrevistados(as) encontram-se excluídos do domínio territorial. De acordo com o exposto anteriormente, em resposta à pergunta de partida e ao objetivo geral compreender a integração social das famílias do núcleo 900, conclui-se que o universo se encontra excluído ao nível económico, institucional e territorial.

Posteriormente, respondendo ao objetivo específico conhecer o grau de satisfação dos moradores face à residência no núcleo, a sua maioria definiu o bairro como um local estável, acolhedor e onde dá gosto viver. Quanto ao motivo da mudança para o núcleo 900, predominam os residentes que se juntaram à família que já residia na habitação atual quando estes chegaram a Portugal.

Em resposta ao objetivo específico detetar alternativas habitacionais percebeu-se a capacidade e iniciativa dos entrevistados em procurar uma habitação legal e de baixo custo, na medida em que, das 13, 5 famílias verbalizaram já ter pesquisado e procurar outra habitação para residir, nomeadamente casas arrendadas. Face ao arrendamento, as famílias mencionaram conseguir assegurar uma renda inferior a 100€, sendo que a minoria referiu conseguir assegurar uma renda entre os 201€ e 300€, não superior a esse montante. No entanto, referente às famílias que não procuraram nem demonstraram interesse em abandonar o bairro (8), estas referiram que as dificuldades económicas não permitem assegurar as despesas de uma casa arrendada.

No que concerne ao objetivo específico conhecer os apoios formais e informais que o universo possui, constatou-se que, das 13, apenas 2 famílias possuem apoio dos vizinhos e 5 de familiares, nomeadamente em géneros alimentares e apoio monetário, predominando assim o apoio informal por parte dos familiares. Relativamente aos apoios formais, das 13 apenas 5 famílias são beneficiárias de apoio sociais como Ajuda de Mãe, Atendimento Integrado, Banco Alimentar e Rendimento Social de Inserção, sendo assim notório que a maioria não possui apoio formal. Respondendo ao objetivo específico caracterizar as relações sociais entre os habitantes do núcleo, o universo em estudo encontra-se incluído no domínio social, na medida em que as 13 famílias possuem um conjunto de sistemas nas quais se encontram inseridas, pois apesar da ausência da rede de vizinhança, a totalidade das famílias residem com familiares diretos.

Respondendo ao objetivo específico conhecer e caracterizar o grau de satisfação do universo face aos apoios de que são beneficiários, verificou-se que a maioria dos residentes não se encontram satisfeitos com os mesmos, alegando a sua insuficiência no combate às necessidades da família.

Tendo em conta que predominam as famílias que não recebem apoios informais nem são beneficiárias de qualquer resposta social, em resposta à pergunta de partida e fazendo referência ao objetivo geral compreender a integração social das famílias do núcleo 900, conclui-se efetivamente que o universo em estudo encontra-se incluído ao nível social e ao nível das referências simbólicas, e excluído ao nível económico, institucional e territorial.

Em resposta ao objetivo específico conhecer e analisar os aspetos positivos e negativos face ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais neste contexto, tanto em 2013 como em 2015, verificou-se o desconhecimento do serviço da CML. Porém, este aspeto poderá, previsivelmente, estar relacionado com acesso restrito às redes de transportes públicos, dificultando assim, a deslocação dos indivíduos à autarquia e suas delegações, e o conhecimento dos serviços e respostas sociais da mesma. Com efeito, as famílias que expuseram a situação habitacional atual a um(a) assistente social em 2015 fizeram-no nomeadamente no Centro Comunitário da Apelação, e na junta de freguesia de Camarate. Quanto à apreciação dos profissionais, a maioria avaliou o acompanhamento e a capacidade de resolução dos mesmos como «bom». Relativamente aos aspetos negativos predominou a excessiva burocracia e consequente demora até à concretização da resposta social, salientando assim o descontentamento do universo face ao exposto. No que concerne aos aspetos positivos realçaram a prontidão dos assistentes sociais na resolução dos seus problemas, nomeadamente quanto ao esclarecimento dos procedimentos e requisitos necessários para beneficiarem das respostas sociais, na medida em que salientaram que os técnicos se demonstram diariamente compreensivos, claros e fornecem a informação pertinente de acordo com a situação concreta de cada família.

Respondendo aos objetivos específicos detetar necessidades, problemas e carências, e, caracterizar as famílias ao nível das suas referências simbólicas, as maiores preocupações do universo centram-se a nível económico e de saúde, sendo que a primeira se encontra diretamente relacionada com o desemprego e com a carência alimentar que deriva da instabilidade monetária sentida pelas famílias em estudo.

Em resposta à pergunta de partida e ao objetivo geral compreender a integração social das famílias em estudo, prevalece a boa capacidade de lidar com os problemas, superar obstáculos e resistir à pressão de situações adversas (resiliência); predomina a confiança e crença nas suas próprias capacidades e potencialidades para superar obstáculos e desafios do quotidiano (autoestima/autoconfiança); e por último, prevalece a participação como atores e protagonistas das suas próprias vidas de forma ativa e participativa, pois o universo possui um sentimento de pertença perante a sociedade assim como a integração plena na mesma (sentimento de pertença).

Respondendo ao objetivo específico detetar competências e potencialidades, prevalece a agricultura de subsistência, sendo este um fator de auxílio e apoio alimentar face às

dificuldades monetárias referidas ao longo do estudo. Em relação aos tempos livres, predomina o interesse pela música, sendo notória a divergência em estilos musicais como: música africana, hip-hop, fado, clássica, brasileira e rock, assim como prevalece a arrumação e limpeza da habitação, tratando-se esta de uma atividade mais diretamente ligada ao sexo feminino. Posteriormente, foram também analisadas as áreas de interesse quanto à formação futura, dominando o interesse pela Informática. Contudo, foram mencionadas outras áreas de estudo como Contabilidade, Turismo, Estética, Música, Línguas (Português), Costura, Hotelaria, Cozinha, Estilismo, e Desporto.

No que concerne ao objetivo específico conhecer as alterações das trajetórias e nos projetos de vida dos residentes, a maioria do universo em estudo referiu que neste período de tempo a vida melhorou. No entanto, foram elencados fatores como a trajetória/evolução de vida melhorou, piorou e se manteve constante. Quanto ao primeiro, os motivos de melhoria centraram-se na relação com o trabalho e/ou formação profissional; na proximidade com membros da família residentes em Portugal; no aumento das crianças no núcleo 900; e no tratamento de sucesso no caso de problemas graves de saúde. Referente aos fatores pelos quais piorou, predomina a causa/consequência do desemprego, sendo este um dos elementos fundamentais e cruciais para a estabilidade económica de qualquer agregado familiar. Relativamente ao último, fatores em como a trajetória/evolução de vida do universo «estagnou», prevalece a ausência de melhorias, mas, apesar das dificuldades sentidas, as situações atuais não pioraram, mantiveram-se constantes.

Em resposta ao objetivo específico conhecer e comparar opiniões, sentimentos, motivações e perspetivas de vida, em 2013 prevaleceu o interesse em regressar ao país de origem (Cabo-verde), sendo que em 2015 predominou a vontade de permanecer no bairro e na habitação atual. Quanto às perspetivas de futuro para os seus filhos, foram notórias as perspetivas dos progenitores quanto aos interesses e desejos dos seus próprios filhos.

Relativamente à realização dos objetivos anteriormente referidos, prevalecem as famílias que não pensaram nem perspetivam como atingir tais propósitos, mencionando que a solução passa essencialmente em viver um dia de cada vez e sem perspetivar grandes planos para o futuro, sendo que a instabilidade financeira não permite fazê-lo. Porém, algumas famílias perspetivaram de alguma forma soluções mensuráveis para alcançar tais objetivos, prevalecendo melhores condições de trabalho, conclusão dos estudos e reunir condições monetárias e financeiras para alcançar e concretizar os sonhos e objetivos de vida futuros.

Respondendo ao objetivo geral compreender e analisar as trajetórias e os projetos de vida das famílias inquiridas, conclui-se que, tanto em 2013 como em 2015, predomina a preocupação quanto à instabilidade económica; a imprevisibilidade da vida; a mutabilidade do dia a dia destas pessoas; os desejos, perspetivas e sonhos adiados; vontades e

interesses na mudança por uma vida melhor; mas, tudo isto, completamente enraizado na carência monetária, na inexistência dos bens essenciais à vida, entre «ses» e «ses», todos os dias procurando novas estratégias, novos planos e novas alternativas para alcançar e concretizar os seus objetivos que com o passar das horas e dos dias não encontram um caminho para o futuro.

Em resposta ao objetivo específico articular os aspetos positivos e negativos com o Serviço Social a fim de refletir sobre possíveis intervenções neste contexto, atualmente os assistentes sociais são confrontados com «novos pobres», como famílias monoparentais, pessoas portadoras de HIV/SIDA e toxicodependentes, grupos étnicos, desempregados de longa duração, pessoas idosas dependentes, entre outros (Carvalho, 2010:156). É neste contexto de mudança que o Serviço Social “ganhou um novo entendimento”, na medida em que assume-se hoje como uma disciplina científica de maior relevo onde o seu campo do conhecimento e de intervenção é construído na relação contraditória entre o «querer» (ação) e o «poder» (estrutura), entre o «necessário» (necessidade/demanda) e o «possível» (norma), entre o básico e o mínimo (Andrade, 2001, *apud* idem:159).

No que diz respeito à intervenção do Serviço Social, tendo como finalidade a resolução dos problemas sociais, atualmente é solicitado aos assistentes sociais que assumam uma capacidade de ação rápida e com os menos recursos possíveis, o que intitulamos de intervenção imediata e débil. É por esta razão que presentemente o assistente social é visto como um mero executor de políticas sociais, desvalorizando-se assim as capacidades de reflexão que o profissional possui para avaliar as consequências e implicações destas práticas na vida da população, ações imediatas, quantitativas, objetivas e excessivamente burocráticas. Perante isto, alguns autores culpam a mundialização e globalização de todo este processo, uma vez que “a mundialização do capital apoiada pelo discurso neoliberal, faz o profissional de Serviço Social estar inserido nessa realidade comprometido com a efetivação dos Direitos Humanos” face a uma realidade marcada por conflitos e ausência de políticas públicas que correspondem ao mínimo necessário para que se viva com dignidade (Machado *et al*, s/a:2). Desta forma, estes processos de mudança provocaram o redimensionamento das abordagens em torno do Serviço Social exigindo dos assistentes sociais novas respostas (Aquino *et al*, 2010:7). Posto isto, uma vez que os assistentes sociais possuem capacidades de interpretar e intervir na realidade social, pretende-se aqui salientar a ideia de que os profissionais se centrem na construção de propostas e projetos inovadores que sejam capazes de efetivar os Direitos Humanos dos sujeitos de intervenção e abandonem práticas executivas, funcionalistas e administrativas, procurando assim estratégias para enfrentar essa mesma realidade.

Contudo, face às medidas de austeridade aplicadas atualmente em Portugal, e tendo em conta as condições precárias e desprotegidas em que se encontram os assistentes sociais

inseridos no mercado de trabalho, a direção da Associação dos Profissionais de Serviço Social propõe uma nova perspetiva de intervenção, ou seja,

“(…) que haja uma ação governativa orientada por um investimento social centrado na pessoa humana. Se forem ouvidos, a experiência e o saber do(as) Assistentes Sociais podem contribuir para recentrar as políticas sociais no fomento do bem-estar, na defesa dos direitos humanos e nos valores da solidariedade e da justiça social, dando um contributo central para a sociedade portuguesa” (Rodrigues, 2013).

Com efeito, uma vez que os assistentes sociais são os profissionais que se encontram mais perto dos sujeitos de intervenção, porque não são tidos em conta os seus pareceres sobre as políticas sociais aplicadas? No presente trabalho defende-se a perspetiva de que os assistentes sociais não devem ser apenas meros executores de políticas sociais mas também participantes ativos na criação das mesmas, pois são eles que contactam e intervêm diretamente na realidade social assim como possuem o conhecimento das necessidades e dos problemas dos sujeitos de intervenção.

Em Portugal, todos os dias somos confrontados enquanto cidadãos e enquanto profissionais com a incapacidade do estado em assegurar os custos das medidas sociais. Este facto associado ao desemprego e a outras fragilidades estruturais resulta na dificuldade em garantir o próprio direito à subsistência dos indivíduos. Neste momento, a maioria dos profissionais em qualquer área de intervenção do Serviço Social, terá por certo que encontrar meios que permitam aos seus utentes o acesso a bens de primeira necessidade. O flagelo da fome está de volta, depois de um longo percurso de conquistas de direitos e liberdades. No âmbito do meu estágio curricular numa câmara municipal e estágio profissional numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), pude observar a importância dos cabazes de alimentos e na proliferação de lojas sociais, a que muitos cidadãos têm vindo a recorrer. O contacto com a realidade permitiu também observar a forma como muitas vezes a vida e as condições dos utentes têm de ser exploradas até à exaustão (remetendo para os procedimentos burocráticos e excessiva documentação exigida para a inscrição nas respostas sociais) para que seja confirmada uma pobreza que justifique em alguns casos uma lata de feijão ou atum, indo assim ao encontro do desagrado dos inquiridos quanto à quantidade e grau de satisfação das respostas sociais como combate às suas necessidades básicas.

Deste modo, seria importante e necessário considerar que os assistentes sociais assumissem para a sua prática profissional alguns dos ensinamentos de Hessel (2011)⁵ nomeadamente não se deixando envolver na inevitabilidade da conjuntura atual, através da descoberta de motivos para a indignação. Não remetendo esta análise para uma indignação geradora de conflitos e violência, mas sim para uma indignação que mobilize e desperte a

⁵ Stéphane Hessel (1917-2013) nasceu na Alemanha, tendo-se refugiado em França, país onde se naturalizou. Foi resistente durante a Segunda Grande Guerra, após a qual foi colaborador de René Cassin na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

mudança no sentido da verdadeira missão do Serviço Social, que como vimos visa a garantia dos direitos humanos e a justiça social. E como poderá cada profissional encontrar formas de minimizar ou colmatar o fenómeno que originou o seu motivo de indignação? A formação terá aqui um papel fundamental, ao permitir conhecimentos sólidos de base, inclusive na área dos Direitos Humanos, que possam servir de fio condutor nos múltiplos casos concretos que vão surgindo na prática. Um profissional que consiga desenvolver a sua prática, tendo como ponto de partida uma perspetiva centrada nos Direitos Humanos (sem perder obviamente as perspetivas inerentes ao caso em concreto), terá por certo mais motivação e instrumentos para a promoção e efetivação desses mesmos direitos.

Tendo em conta tudo o que foi referido anteriormente e, respondendo ao objetivo geral contribuir para a reflexão dos profissionais e para o debate teórico-metodológico do Serviço Social neste campo de intervenção, conclui-se que os assistentes devem minimizar e contrariar a burocracia imposta pelas instituições onde exercem a sua atividade profissional, uma vez que um dos grandes aspetos negativos elencados na presente investigação vai ao encontro dos procedimentos administrativos, nomeadamente na intervenção da mediação entre o pedido e a resposta. Na verdade, os aspetos negativos mencionados devem ser interpretados como uma possibilidade de intervenção, pois apesar do profissional se inserir em estruturas institucionais que o conformam e o limitam na sua capacidade de agir emergindo assim conflitos de interesses protagonizados por diferentes grupos sociais, entre opressores e oprimidos, dominadores e dominados, ou, de forma clássica, exploradores e explorados (Amaro, 2008:71), os assistentes sociais devem apostar numa prática profissional mais consciente e pró-ativa, alicerçada essencialmente num Serviço Social de resistência à alienação, ou seja, “de todos os atores que constroem os micro territórios” (Romeiras, 2010:151-152). Consequentemente, nunca esquecendo que a verdadeira missão do Serviço Social é a justiça social, justifica-se cada vez mais que os profissionais se apetrechem de instrumentos, ousadia e de um espírito prepositivo para que se descubram novos caminhos (de inclusão) alternativos (Romeiras, 2010:152).

De acordo com o exposto anteriormente, questionamos quais as estratégias e que tipo de intervenção devem os assistentes sociais adotar com os habitantes do núcleo 900 assim como em bairros com características semelhantes? Apresentamos 3 pontos de vista, que podem ser interpretados e analisados como possíveis fases de intervenção no âmbito do Serviço Social com vista à integração social. Numa primeira análise, torna-se necessário dotar o indivíduo de capacidades que lhe permitam agarrar e vencer as estruturas de oportunidade presentes na nossa sociedade, ou seja, trata-se essencialmente de combater os fatores que aumentam a desarticulação entre os meios existentes e os fins que pretende alcançar em termos de projetos de vida (Amaro, 2004:106-107). Acrescenta que, reinverter trajetórias de exclusão social implica desenhar medidas de política social inovadoras e

globais que deem um olhar holista sobre o indivíduo; implementar metodologias de intervenção que se abram à pluralidade de valores e que não se direcionem apenas para destinos já anteriormente recusados; burilar novos tipos de contratualização das ligações/relações sociais entre, grosso modo, interventores e intervencionados; apostar em metodologias que invistam em dinâmicas de reconhecimento social, que favoreçam a integração no mundo profissional através do desenho de novos perfis não subjugados à mera racionalidade economicista e que estejam abertas à participação de forma mobilizadora (Amaro, 2004:107).

Numa segunda análise é essencial construir projetos de vida que sejam, simultaneamente, realistas e desafiadores, à medida de cada um e capazes de realizarem pessoalmente o indivíduo, que permitam a satisfação pessoal e a integração social (idem). Salientando a ideia anterior, Cardoso (2013:136) reforça que os riscos sociais e as vulnerabilidades do contemporâneo, geradoras de “um mundo de não integrados” requerem um tratamento diferenciado, atenção à individualidade, atuação em contexto de proximidade, isto é, requerem políticas de inserção assentes numa

“lógica de discriminação positiva: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas [e são] compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração” (Castel, 1995:538 *apud* idem).

Numa última e terceira análise, tendo em conta a conjuntura de agravamento das expressões da questão social, a ação social tem de se realizar numa maior proximidade com os sujeitos, focalizando as ações nos seus espaços, assegurando a resposta imediata às necessidades, mas, também, na prevenção das situações de fragilidade social e na intervenção de continuidade com objetivos de mudança, o que requer poderes, saberes e opções adequadas aos contextos territoriais (Cardoso, 2013:139). Salienta ainda que, é necessário atuar no sentido da articulação entre o sujeito e a sociedade, conferindo ao indivíduo o direito de ser um membro efetivo da comunidade a que pertence através da resolução das suas necessidades mais elementares, acionando os recursos necessários para satisfazer as suas aspirações quando não podem ser respondidas por outros níveis da política social (Cardoso, 2013:139).

Em termo de conclusão, considera-se importante que o Serviço Social tenha uma perspetiva de globalização na intervenção e na assunção do seu papel privilegiado como influenciador das políticas sociais, isto é, que, não perdendo de vista os movimentos sócio-económicos mais generalizados, saiba responder individualizadamente às necessidades e dificuldades de cada um, pois é pedido ao Serviço Social, hoje com ainda maior acuidade do que no passado, que tenha uma perspetiva global e uma intervenção local (Amaro, 2004:107). Do mesmo modo, com a diluição dos sistemas de proteção social e com a correspondente emergência e proliferação do terceiro setor, disponibiliza-se para o Serviço

Social uma imensa área de poder no que respeita à conjugação do nexos medidas de política/necessidades do cidadão, sendo que,

“O assistente social é, cada vez mais, o catalizador das filosofias que subjazem à instauração de novas medidas de política, da forma como estas medidas são postas em prática com os seus problemas e as suas virtualidades, das verdadeiras necessidades dos cidadãos e da forma como as referidas medidas de política se adaptam ou não a essas necessidades. (...) o profissional encontra-se numa posição extremamente privilegiada para influenciar e contribuir ativamente para o desenho de novas políticas sociais. Este poderá ser um dos grandes pontos de desafio para a profissão no século XXI” (Amaro, 2004:107-108).

Por esta razão, propõe-se que a postura do assistente social perante a sociedade atual seja de uma visão holista da situação que, sem deixar de atender ao problema social em si, vislumbra o conjunto de limites e potencialidades que condicionam e/ou potenciam a ação, numa atitude inovadora, integradora e dialógica (Pereira, 2012:32).

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Ângela Maria Ribeiro da Silva Morais (2012), *Hortas Urbanas – Contributo para a Sustentabilidade. Caso de Estudo: “Hortas Comunitárias de Cascais”*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente – Perfil Ordenamento do Território e Avaliação de Impactes Ambientais, sob a orientação da Professora Doutora Maria Teresa Calvão Rodrigues, DCEA, FCT-UNL, e co-orientação da Professora Doutora Maria Paula de Oliveira Sobral, DCEA, FCT-UNL, Faculdade de Ciências e Tecnologias (FCT) - Universidade Nova de Lisboa, Abril, disponível online em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Frun.unl.pt%2Fbitstream%2F10362%2F7981%2F1%2FABreu_2012.pdf&ei=cjJBVaevNIK R7AabvYCwCg&usq=AFQjCNHkw0T1Nh4OW6cnYIOf3zDzE5wndA&bvm=bv.91665533,d.d24, consultado a 29/04/2015.
- Acnuth (1995/2004), “O Direito Humano a uma Habitação Condigna” – Ficha Informativa Sobre Direitos Humanos nº 21, disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Ficha_Informativa_21.pdf, consultado a 30/01/2015.
- Aires, Sérgio (2014), “ONG dizem que “uma soma de medidas não é uma estratégia” contra a pobreza - A propósito do Programa Operacional Inclusão Social, fórum que reúne diversas organizações diz que falta debate público. Governo recusa ideia. Diz que houve “vários encontros” para debater assunto”, Revista Público, publicada pela Jornalista Andreia Sanches a 29 de Julho de 2014, disponível online em <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/ong-dizem-que-uma-soma-de-medidas-nao-e-uma-estrategia-contr-a-pobreza-1664592>, consultado a 30/01/2015.
- Amaro, Inês (2004), “Exclusão Social juvenil em Portugal: pistas para reflexão”, *Intervenção Social*, nº 30, pp. 97-108.
- Amaro, Inês (2008), “Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença”, *Locus Social* 1, pp. 65-80;
- Amaro, João Paulo (2002), *Sentimento Psicológico de Comunidade: Uma revisão, Análise Psicológica*, nº 1 (XXV), pp. 25 – 33, disponível online em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v25n1/v25n1a04.pdf>, consultado a 28/04/2015.
- Andrade, Marília de Carvalho Seixas (2001) *Mediação e Novas Tecnologias: uma leitura possível do pensamento de H. Marshall McLuhan*, in *Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal*, Karsh, Úrsula (org.), São Paulo, EDUC, PUC/SP, citado por Carvalho, Maria I. L. B. (2010), *Serviço Social em Portugal: Percorso cruzado entre a assistência e os direitos*, *Revista Serviço Social & Saúde*, UNICAMP Campinas, v. IX, nº 10, Dezembro, pp. 147 – 164.
- Angst, Rosana (2009), *Psicologia e Resiliência: Uma revisão de literatura*, *Psicol., Argum.*, Curitiba, PR – Brasil, volume 27, Jul/Set., 27(58), pp. 253 – 260, disponível online em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=17&ved=0CEMQFjAGOAo&url=http%3A%2F%2Fwww2.pucpr.br%2Fleol%2Findex.php%2FPA%3Fdd1%3D3252%26dd99%3Dpdf&ei=r_o_VdudJsijU638gfgP&usq=AFQjCNHr5Tn6nYsVmR0EWVWYidZqd98WAw, consultado a 28/04/2015.
- Antunes, Joel Junqueira (2011), “Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais dentro do tema das Novas Centralidades”, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, sob orientação do Prof. Nuno José Ribeiro Fonseca, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Apss (2014), Site oficial da «Associação dos Profissionais de Serviço Social», disponível online em: <http://www.apross.pt/profissao/defini%C3%A7%C3%A3o/>, consultado a 30/01/2014.
- Aquino, Maura Alvarenga de e Fabrícia Cristina de Castro Maciel (2010), *Direitos Humanos e Cidadania: Um desafio ao Serviço Social Contemporâneo*, III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, CRESS.

- Araújo, Luís (2011), “Espaço público como estratégia de intervenção em áreas urbanas de génese ilegal, uma proposta para o bairro da Cova da Moura” (Dissertação de Mestrado), Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, citado por Antunes, Joel Junqueira (2011), “Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais dentro do tema das Novas Centralidades”; Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, sob orientação do Prof. Nuno José Ribeiro Fonseca, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Borja, Jordi (2000), “Fazer Cidade na Cidade Actual. Centros e Espaços Públicos como Oportunidades”, Espaço Público Interdisciplinaridade, Lisboa, citado por Antunes, Joel Junqueira (2011), “Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais Dentro do tema das Novas Centralidades”, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, sob a orientação do Prof. Nuno José Ribeiro Lourenço Fonseca, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Bulhões, Marta de Oliveira Barreto (2009), O Serviço Social Autárquico numa Perspectiva de Empowerment, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria do Rosário Serafim, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Caçola, Sandra *et al* (2007), “A Cidade Informal no Pensamento Contemporâneo”, citado por Antunes, Joel Junqueira (2011), “Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais Dentro do tema das Novas Centralidades”, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, sob a orientação do Prof. Nuno José Ribeiro Lourenço Fonseca, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Calado, Cristina *et al.* (2004/2005), Análise de documentos: método de recolha e análise de dados, Mestrado em Educação – Didática das Ciências, Metodologia da Investigação I, DEFCUL;
- Capucha, Luís *et al* (s/d), *Pobreza e Territórios de Exclusão – Algumas medidas de combate*, disponível online em <http://pobrezaeterritoriosdeexclusao.wordpress.com/algumas-medidas-de-combate/>, consultado a 30/01/2015.
- Cardoso, Júlia (2013), “Assistência, Acção Social e Municípios: Apontamentos Históricos e Desafios Actuais”, *Intervenção Social*, nº 41, pp. 121-140.
- Carreiras, Carlos, (2011), Boletim municipal separata da Câmara Municipal de Cascais.
- Carvalho, Maria I. L. B. (2010), Serviço Social em Portugal: Percurso cruzado entre a assistência e os direitos, *Revista Serviço Social & Saúde*, UNICAMP Campinas, v. IX, nº 10, Dezembro, pp. 147–164.
- Carvalho, Maria Livramento (2010), O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: um olhar sobre a comunidade da Cova da Moura, Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, sob a orientação do Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado do ISCTE-IUL, Outubro.
- Castel, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale - Une chronique du salariat*, Paris: Fayard, citado por Cardoso, Júlia (2013), “Assistência, Acção Social e Municípios: Apontamentos Históricos e Desafios Actuais”, *Intervenção Social*, nº 41, pp. 121-140.
- Censos de 2011, disponível em: http://www.ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html, consultado a 30/01/2015.
- Centeno, Luís e Angus Erskine e Célia Pedrosa (2000), “Em torno do conceito de exclusão social”, in *idem* (orgs.), *Percursos Profissionais de Exclusão Social*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Constituição da República Portuguesa, disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, consultado a 30/01/2015

Coopersmith, S. (1967), *The antecedents of self-esteem*, San Francisco: Freeman, citado por Gobitta, Mónica e Raquel Guzzo (2002), *Estudo inicial do Inventário de Auto-Estima (SEI) – Forma A*, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), pp. 143-150, disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a16v15n1>, consultado a 28/04/2015.

Costa, Alfredo Bruto da (2008), *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.

Costa, Alfredo Bruto da, (2007), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.

De Bon, H. e L. Parrot (2010). Sustainable urban agriculture in developing countries, *Agronomy for Sustainable Development*, 30:21–32, citado por Abreu, Ângela Maria Ribeiro da Silva Morais (2012), *Hortas Urbanas – Contributo para a Sustentabilidade. Caso de Estudo: “Hortas Comunitárias de Cascais”*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente – Perfil Ordenamento do Território e Avaliação de Impactes Ambientais, sob a orientação da Professora Doutora Maria Teresa Calvão Rodrigues, DCEA, FCT-UNL e co-orientação da Professora Doutora Maria Paula de Oliveira Sobral, DCEA, FCT-UNL, Faculdade de Ciências e Tecnologias (FCT) - Universidade Nova de Lisboa, Abril, disponível online em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Frun.unl.pt%2Fbitstream%2F10362%2F7981%2F1%2FABreu_2012.pdf&ei=cjJBVaevNIK R7AabvYCwCg&usq=AFQjCNHkw0T1Nh4OW6cnYIOf3zDzE5wndA&bvm=bv.91665533,d.d24, consultado a 29/04/2015.

Dias, Júlio (1994), “Tendências das políticas quanto aos modelos Europeias de habitação social” in *Revista Sociedade e Território*, nº 20, Afrontamento, Lisboa.

Dicionário priberam da língua portuguesa online, disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/>, consultado a 30/01/2015.

Druck, Graça e Luiz Filgueiras e Laumar Neves (2000), “Sindicatos e dirigentes sindicais na bahia dos anos 90: diagnóstico e perspectivas”, *Caderno CRH*, Salvador, nº 33, Jul/Dez., pp. 143 – 178, disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=99>, consultado a 28/04/2015.

Eapn (2014), *Indicadores sobre a pobreza, Dados Europeus e Nacionais – Actualização de Março de 2014*, disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.eapn.pt%2Fdownload.php%3Ffile%3D2422&ei=Fmg5VN3gGcPjaoXtgOgD&usq=AFQjCNE7hJC7J69iyyDbprPkLtFmsm5qbA&bvm=bv.77161500,d.d2s>, consultado a 30/01/2015.

Faleiros, Vicente de Paula (1999), *Estratégias em Serviço Social*, 2ª edição, São Paulo: Cortez Editora.

Ferreira, António F. (1984), “Crise de Alojamento e Construção Clandestina em Portugal”, *Revista Sociedade e Território*, nº 1, Lisboa: Afrontamento, citado por Antunes, Joel Junqueira (2011), “Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais dentro do tema das Novas Centralidades”; Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, sob orientação do Prof. Nuno José Ribeiro Fonseca, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Fias (2000), Site oficial da Federação Internacional dos Assistentes Sociais, citado por Apss (2014), disponível online em: <http://www.priberam.pt/dlpo/>, consultado a 30/01/2015.

Fortin, Marie Fabienne (2003), *O Processo de Investigação: da Concepção à Realização*, 3ª ed., Loures: Lusociência.

- Freitas, Maria João (2005), Entrevista publicada no Jornal da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (2004-2014), disponível online em: <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/1346>, consultado a 30/01/2015.
- Freixo, Manuel João Vaz (2009), Metodologia científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas, Lisboa, Instituto Piaget.
- Garcia, I. (2001), Vulnerabilidade e resiliência, Adolescência, Latino-americana, 2, 128-130, citado por Angst, Rosana (2009), Psicologia e Resiliência: Uma revisão de literatura, Psicol., Argum., Curitiba, PR – Brasil, volume 27, Jul/Set., 27(58), pp. 253 – 260, disponível online em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=17&ved=0CEMQFjAGOAo&url=http%3A%2F%2Fwww2.pucpr.br%2Ffreol%2Findex.php%2FPA%3Fdd1%3D3252%26dd99%3Dpd&ei=r_o_VdudJsjiU638gfgP&usq=AFQjCNHr5Tn6nYsVmR0EWVWYidZqd98WAw, consultado a 28/04/2015.
- Gaulejac, V. e I. Léonetti (1994), La Lutte des Places: Insert et Désinsertion, Paris, Éd.Desclée de Brouwer, citado por Magano, Olga (2008), VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas, *Percursos de integração social de indivíduos de origem cigana: alguns dados preliminares*, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Junho.
- Gobitta, Mónica e Raquel Guzzo (2002), Estudo inicial do Inventário de Auto-Estima (SEI) – Forma A, Psicologia: Reflexão e Crítica, 15(1), pp. 143-150, disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a16v15n1>, consultado a 28/04/2015.
- Guerra, Isabel (2011a), “As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos”, Revista Cidades, Comunidades e Territórios, nº 22, ISCTE-IUL, Dinâmica CET-IUL, Lisboa, pp.41-68.
- Guerra, Yolanda (2000), “A instrumentalidade no trabalho do assistente social”, Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4, pp.1 – 16, disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>, consultado a 26/02/2015.
- Hessel, Stéphan (2011), “Indignai-vos”, Carnaxide, Editora Objectiva, disponível online em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB201407_p.pdf, consultado a 08/06/2015.
- Huot, R. (2002). Métodos quantitativos para as ciências humanas (tradução de Maria Luísa Figueiredo), Lisboa, Instituto Piaget, citado por Morais, Carlos M. (2005) Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, disponível online em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7325/1/estdescr.pdf>, consultado a 06/02/2015.
- Iamamoto, Marilda Villela (2004), “As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo”, Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, pp.1-37, disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf, consultado a 26/02/2015.
- Iamamoto, Marilda Villela et al (1985), “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, 3ª Edição, São Paulo: Cortez, citado por Silva, José Fernando Siqueira (2007), “Pesquisa e Produção do conhecimento em Serviço Social”, Revista Textos & Contextos Porto Alegre, vol. 6, nº 2, pp. 282 – 297, disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Ffpass%2Farticulo%2Fdownload%2F2319%2F3248&ei=CwDvVOnAG4asUfuChPgL&usq=AFQjCNFq0MSHHKs68z7SSqmflZ2nEOhehQ&bvm=bv.86956481,d.d24>, consultado a 26/02/2015.
- Ias (2015), Indexante de Apoios Sociais (IAS) fica com valor congelado pelo sexto ano, disponível em: <http://expresso.sapo.pt/indexante-de-apoios-sociais-fica-com-valor-congelado-pelo-sexto-ano=f893855#ixzz3YcO0JWHI>, consultado a 28/04/2015.

- Iefp (2010), Observatório das Desigualdades, CIES, disponível online em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=100>, consultado a 30/01/2015.
- Ihru (2010), Políticas em Portugal, CECODHAS, disponível em: http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Políticas_Portugal.pdf, consultado a 30/01/2015.
- Ihru (2012b), “ENTRENOS”, newsletter, disponível em: http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/intranet/pt/intranet/documentos/entre_nos/E_N199.pdf, consultado a 30/01/2015.
- Ihru, (2012a), 3º Congresso de Habitação Social (2012), *Repensar a Habitação Social – Necessidade ou Oportunidade?*, CECODHAS.P, ISCTE.IUL.
- Ine (2014), estatísticas de emprego (taxa de emprego e de desemprego em Portugal), destaque de 4 de Fevereiro de 2015, disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=211340695&DESTAQUESmodo=2, consultado a 24/02/2015.
- Lins, Fernanda (2002), *Déficit Habitacional e inadequação das moradias no nordeste e em Pernambuco em 2000*, XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Curitiba, ENEGEP:ABEPRO.
- Machado, Adriana Duarte e Isabel Fernandes Amaral (s/a), Os direitos humanos em consonância com o compromisso ético político do assistente social: um debate necessário, disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ess.ufrj.br%2Focs%2Findex.php%2Ffestagio%2Ffestagio2%2Fpaper%2FdownloadSuppFile%2F162%2F17&ei=68GUUpG4LPOe7AaK3oCAAw&usq=AFQjCNFPLH8NuERSPHQ66m6fW-uHiUn0xw&sig2=TZkneQGA9Eyobx0LF38Pag&bvm=bv.57155469.d.ZGU&cad=rjt>, consultado a 08/06/2015.
- Magano, Olga (2008), VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas, *Percursos de integração social de indivíduos de origem cigana: alguns dados preliminares*, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Junho.
- Marconi, Marina de Andrade e Eva Maria Lakatos (2007), *Fundamentos de Metodologia Científica*, 6ª edição, São Paulo:Atlas.
- Matos, Fátima Loureiro de (1989), *Breve análise da construção clandestina – o caso do concelho de Vila Nova de Gaia*, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, Porto, Série I, vol. V.
- Mcmillan, D. e D. Chavis (1986), Sense of community: Definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23, citado por Amaro, João Paulo (2002), Sentimento Psicológico de Comunidade: Uma revisão, *Análise Psicológica*, nº 1 (XXV), pp. 25 – 33, disponível online em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v25n1/v25n1a04.pdf>, consultado a 28/04/2015.
- Mendes, Luís (2008), Urbanização clandestina e fragmentada sócio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto*, II Série, volume II.
- Menezes, Manuel (2002), *Serviço Social Autárquico e Cidadania: a experiencia da Região Centro*, Quarteto Editora.
- Morais, Carlos M. (2005) *Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística*, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, disponível online em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7325/1/estdescr.pdf>, consultado a 06/02/2015.
- Moreira, Carlos Diogo (2007), *Teorias e Práticas de investigação*, Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP.

- Mouro, Helena e Dulce Simões (2001), 100 Anos de Serviço Social, Coimbra, Quarteto Editora, Julho.
- Mozzicafreddo, Juan (2000), "Estado providência e Cidadania", in J. Mozzicafreddo, Estado providência e cidadania em Portugal, Oeiras, Celta Editora.
- Netto, Paulo (2012), Conferência realizada no ISCTE-IUL a 7 de Dezembro de 2012 com o tema "O significado da assistência no quadro da crise contemporânea".
- Pais, Machado (2005), Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro, Ambar, 3ª edição.
- Peh - Plano Estratégico de Habitação (2008/2013), "Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais", Relatório nº 1, CET-ISCTE/IRIC/A, Mateus e Associados.
- Pereira, Lina Graciela Jardim (2012), Centros Sociais e Intervenção Comunitária: um relatar de laços do passado? Santana: um estudo de caso, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Helena Fernandes Mouro, Instituto Superior Miguel Torga, Escola Superior de Altos Estudos, Coimbra.
- Pereira, Manuel Coutinho e Hugo Reis (2014), Retenção escolar no ensino básico em Portugal: determinantes e impacto no desempenho dos estudantes, Banco de Portugal, Boletim Económico, disponível online em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB201407_p.pdf, consultado a 08/06/2015.
- Pires, Rui Pena (1999), Uma teoria dos processos de integração, *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 30, pp. 9 - 54.
- Pordata (2015), Salário Mínimo Nacional em Portugal, disponível online em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional-74>, consultado a 28/04/2015.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt Luc Van (2005). Manual de Investigação Em Ciências Sociais, 4ª edição, Trajectos, nº 17, Lisboa, Gradiva.
- Reis, E. (1996). Estatística descritiva. Lisboa: Edições Sílabo, citado por Morais, Carlos M. (2005) Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, disponível online em: <http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7325/1/estdescr.pdf>, consultado a 06/02/2015.
- Rodrigues, Fernanda (2003), "Acção Social na Área da Exclusão Social", Lisboa: Universidade Aberta.
- Rodrigues, Fernanda (2013), "Press Release, Assistentes Sociais sob enorme pressão", Lisboa, APSS.
- Romeiras, Rita Mégre (2010), O Diálogo entre território (relacional) e quotidiano das famílias realojadas na Quinta da Fonte – Trajectórias de inclusão ou exclusão? Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Política Social, sob orientação da Professora Doutora Maria José Queirós, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Saint-maurice, Ana (1997), Identidades reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal, Oeiras, Celta Editora, citado por Pais, Machado (2005), Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro, Ambar, 3ª edição.
- Salgueiro, Teresa Barata (1970), Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa, CEG, IAC.
- Salgueiro, Teresa Barata (1977), "Bairros Clandestinos na periferia de Lisboa", Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, vol. XII, nº 23, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, citado por Antunes, Joel Junqueira (2011), "Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais dentro do tema das Novas Centralidades"; Dissertação para

obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, sob orientação do Prof. Nuno José Ribeiro Fonseca, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Shanpper, D. (2007), *Qu'est-ce que l'intégration?* Paris: Éditions Gallimard: Folio Actuel Inédit, citado por Magano, Olga (2008), VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas, *Percursos de integração social de indivíduos de origem cigana: alguns dados preliminares*, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Junho.

Silva, José Fernando Siqueira (2006), “Serviço Social e Violência Estrutural: Notas Introdutórias”, *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, UNESP, vol. 15, nº 1, pp. 159 – 173, citado por Silva, José Fernando Siqueira (2007), “Pesquisa e Produção do conhecimento em Serviço Social”, *Revista Textos & Contextos Porto Alegre*, vol. 6, nº 2, pp. 282 – 297, disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fass%2Farticle%2Fdownload%2F2319%2F3248&ei=CwDvVOnAG4asUfuChPgL&usq=AFQjCNFq0MSHHKs68z7SSqmFLz2nEOhehQ&bvm=bv.86956481,d.d24>, consultado a 26/02/2015.

Silva, José Fernando Siqueira (2007), “Pesquisa e Produção do conhecimento em Serviço Social”, *Revista Textos & Contextos Porto Alegre*, vol. 6, nº 2, pp. 282 – 297.

Soares, Luís Bruno (1984), “Urbanização Clandestina e Política Urbana”, *Revista Sociedade e Território*, nº 1, Lisboa: Afrontamento, citado por Antunes, Joel Junqueira (2011), “Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais dentro do tema das Novas Centralidades”; Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, sob orientação do Prof. Nuno José Ribeiro Fonseca, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Sobral, J. (2008), *O Campo Entrincheirado de Lisboa*, Audaces – Vexilologia, Heráldica e História, disponível online em: <http://audaces.blogs.sapo.pt/2493.html>, consultado a 05/02/2015.

Soulet, Marc-Henry (2007), “O Trabalho Social Paliativo: Entre redução de riscos e integração relativa”, *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 15, Dezembro, pp. 11 – 27.

Suguihiro, Vera Lúcia Tieko *et al* (2009), “O Serviço Social em debate: fundamentos teórico-metodológicos na contemporaneidade”, *Revista Multidisciplinar da UNIESP – Saber Acadêmico*, nº 7, Junho, pp. 4 – 13, disponível em: http://www2.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/AVA_634175686395937500texto_ii_servico_em_debate.pdf, consultado a 26/02/2015.

Ue (2010), Site oficial da União Europeia, disponível online em: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0023_pt.htm, consultado a 30/01/2014,;

Vilelas, José (2009), *Investigação: o processo de construção do conhecimento*, Lisboa, Edições Sílabo.

ANEXOS

ANEXO A

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Nº	Parentesco (A)	Idade (B)	Sexo (C)	Estado Civil (D)	Escolaridade (E)	Naturalidade (F)	Nacionalidade (G)	Permanência em Portugal (H)	Matriz Cultural (I)
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									

A

0) Titular
1) Conj./Comp.
2) Filho(a)
3) Neto(a)
4) Genro/Nero
5) Sobrinho(a)
6) Amigo(a)
88) não sabe
99) não responde

D

0) Casado(a)
1) Solteiro(a)
2) União de Facto
3) Viúvo(a)
4) Divorciado(a)
88) não sabe
99) não responde

G

0) Portuguesa
1) Angolana
2) Guineense
3) Santomense
4) Cabo-verdiana
5) Outro
88) não sabe
99) não responde

B

0) Menor
1) 18-30
2) 31-45
3) 46-55
4) 56-65
5) Idoso(a)
88) não sabe
99) não responde

E

0) Analfabeto(a)
1) 1º Ciclo
2) 2º Ciclo
3) 3º Ciclo
4) Ensino Secundário
5) Curso Profissional
6) Ensino Superior
88) não sabe
99) não responde

I

0) Comunidade Branca
1) Comunidade Cigana
2) Comunidade Indiana
3) Comunidade Cabo-verdiana
4) Comunidade Guineense
5) Comunidade Angolana
88) não sabe
99) não responde

C

0) Feminino
1) Masculino
88) não sabe
99) não responde

F

0) Nacional
1) Estrangeira
88) não sabe
99) não responde

H

0) Menos de 1 ano
1) 1 a 5 anos
2) 5 a 10 anos
3) 10 a 15 anos
4) 15 a 20 anos
5) 20 a 25 anos
6) 25 a 30 anos
7) Mais de 30 anos
88) não sabe
99) não responde

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E ECONÓMICA

Nº	Condição perante o trabalho (A)	Em caso de desemprego: última profissão (B)	Profissão (B)	Carga Horária (C)	Local de trabalho/local de estudo (D)	Vínculo profissional (E)	Rendimento mensal por indivíduo (F)
1							€
2							€
3							€
4							€
5							€
6							€
7							€
8							€
9							€
10							€
11							€
12							€
13							€
14							€
15							€

A	B	C	E
0) Activo	0) Ajudante de Lar	0) Part-time	0) Efectivo(a)
1) Inactivo	1) Empregada Doméstica	1) Full-time	1) Temporária
2) Desempregado(a)	2) Servente/Pedreiro	2) Algumas horas por dia	2) Contrato a termo
3) Reformado/Pensionista	3) Operador(a) de Loja	3) Outro	3) Sem vínculo
4) Beneficiário de RSI	4) Outro	88) não sabe	4) Outro
5) Beneficiário de Prestação Familiar	88) não sabe	99) não responde	88) não sabe
6) Estudante	99) não responde		99) não responde
7) Trabalhador Estudante			
8) Realiza Biscates			
9) Não trabalha	D	F	
10) Não estuda	0) Loures	0) Menos de 100€	
11) Procura trabalho	1) Lisboa	1) 101€ – 300€	
12) Não trabalha nem procura trabalho	2) Outro	2) 301€ – 500€	
88) não sabe	88) não sabe	3) 501€ – 700€	
99) não responde	99) não responde	4) 701€ – 900€	
		5) Mais de 900€	
		88) não sabe	
		99) não responde	

2.1. CÁLCULO DO RENDIMENTO PER CAPITA DO AGREGADO FAMILIA

RENDIMENTO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR		DESPESAS FIXAS DO AGREGADO FAMILIAR	
Vencimento/Salário	€	Saúde	€
Prestação Familiar	€	Escolares	€
RSI	€	Água	€
Subsídio de desemprego	€	Electricidade	€
Baixa médica	€	Gás	€
Outras prestações	€	Telefone	€
	€	Equipamentos Sociais (lar/creches)	€
	€	Renda	€
	€	Outras	€
Total 1	€	Total 2	€
CÁLCULO DO PER CAPITA: TOTAL 1 – TOTAL 2 Nº TOTAL DE ELEMENTOS		€/mensais por indivíduo	

3. MOBILIDADE GEOGRÁFICA E PERCURSOS RESIDÊNCIAS

- a) Antes de vir morar para o núcleo, onde residia? _____
- b) Em quantas habitações já residiu até hoje? _____
- c) No caso de ter residido em mais que 2 habitações, especifique:

Nº	Local/País	Tempo de Permanência
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		

- d) A sua habitação anterior era...?

- ☐ Casa própria
- ☐ Casa arrendada
- ☐ Casa de familiares
- ☐ Casa de amigos
- ☐ Outro. Qual? _____

4. SITUAÇÃO HABITACIONAL

- a) Como define este bairro? (pode escolher duas opções)

- ☐ Local de dormitório
- ☐ Local onde dá gosto viver
- ☐ Bairro Estável
- ☐ Bairro Acolhedor
- ☐ Bairro Conflituoso
- ☐ Bairro Perigoso

- b) Qual o motivo da mudança para o bairro? (pode escolher duas opções)

- ☐ Dificuldades económicas
- ☐ Proximidade geográfica do local de trabalho
- ☐ Relação de proximidade com os vizinhos
- ☐ Conhecimento de habitações devolutas
- ☐ Não encontrou outra alternativa habitacional
- ☐ Outro. Qual? _____

- c) Já pensou procurar uma habitação legal e de baixo custo?

- ☐ Não. Porquê? _____
- _____
- _____
- Sim. Onde? _____
- _____
- _____

- d) Caso tenha respondido SIM, qual o montante que conseguiria assegurar de renda?

- ☐ < 100€
- ☐ 100€ a 200€
- ☐ 201€ a 300€
- ☐ 301€ a 400€
- ☐ 401€ a 500€
- ☐ Superior a 500€

5. REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS

a) É beneficiário(a) de algum dos seguintes apoios sociais? (escolher todas as opções que indicar)

- ☐ Rendimento Social de Inserção (RSI)
- ☐ Complemento Solidário para o Idoso (CSI)
- ☐ Atendimento Integrado
- ☐ Banco Alimentar/PCAAC
- ☐ Ajuda de Mãe
- ☐ Lojas Solidárias
- ☐ Não recebe qualquer apoio
- ☐ Outro(s) _____

b) Na sua opinião, acha que os apoios sociais de que é beneficiário(a) são suficientes para combater as suas necessidades?

- ☐ Sim
- ☐ Não. Porquê? _____

c) Já alguma vez expôs a sua situação habitacional a algum(a) assistente social?

- ☐ Sim. De Onde? _____
- ☐ Não. Porquê? _____

d) Em caso afirmativo na pergunta c). Como avalia o acompanhamento e capacidade de resolução do(a) técnico(a) às suas necessidades e problemas?

- ☐ Muito Bom
- ☐ Bom
- ☐ Suficiente
- ☐ Insuficiente
- ☐ Mau

e) Em caso afirmativo na pergunta c). Na sua opinião e no seu caso de vida concreto, aponta aspectos positivos e/ou negativos ao técnico(a) na sua intervenção?

- ☐ Aspectos Positivos: _____

- ☐ Aspectos Negativos: _____

f) Na sua vida diária recorre ao apoio dos vizinhos?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Qual/Quais? _____

g) É regularmente apoiado por familiares?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Como? _____

6. PROBLEMAS E VULNERABILIDADES

- a) Quais as suas maiores preocupações actualmente? (escolher todas as opções que indicar)
- ☐ Desemprego
 - ☐ Carência Alimentar
 - ☐ Saúde
 - ☐ Dificuldades económicas
 - ☐ Outra(s). Quais? _____
- _____
- _____
- b) Como avalia a sua capacidade de lidar com os problemas, superar obstáculos e resistir à pressão de situações adversas?
- ☐ Muito Boa
 - ☐ Boa
 - ☐ Intermédia
 - ☐ Má
 - ☐ Muito Má
- c) Alguma vez teve alguma atitude/reacção que foi contra a sua vontade para agradar os outros e/ou ser aceito num grupo?
- ☐ Sim ☐ Não
- d) Em conversa com amigos/familiares costuma salientar os seus defeitos e minimizar as suas qualidades?
- ☐ Sim ☐ Não
- e) Acha que pedir ajuda perante um problema é sinal de fraqueza?
- ☐ Sim ☐ Não
- f) Perante um desafio, apesar da dificuldade, acredita nas suas capacidades para superar esse mesmo desafio?
- ☐ Sim ☐ Não
- g) Geralmente sente que é parte integrante da sociedade? Sente que faz parte dela?
- ☐ Sim ☐ Não
- h) É frequente sentir que observa mais a vida do que participo nela?
- ☐ Sim ☐ Não
- i) Habitualmente as outras pessoas reconhecem as suas forças, o seu potencial e os seus pontos fortes?
- ☐ Sim ☐ Não

7. COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES

- a) O que costuma fazer nos seus tempos livres?
- ☐ Agricultura de subsistência. Onde? _____
 - ☐ Desporto? Qual? _____
 - ☐ Artes manuais/Desenho. O que costuma fazer/desenhar? _____
- _____
- ☐ Ouvir/Compôr música. Qual o estilo? _____
 - ☐ Outros(as): _____

- b) Se lhe fosse oferecido uma bolsa de estudo para frequentar um curso ou especializar-se numa determinada área, qual seria? Porquê? _____

8. ANÁLISES AO PASSADO E PROJECTOS PARA O FUTURO

- a) Como avalia a sua trajectória/evolução de vida nos últimos 2 anos?

- b) Onde se imagina a viver daqui a 2 anos?

- c) Onde imagina ver os seus filhos a viver quando forem adultos/saírem de casa?

- d) Já pensou de que forma poderia concretizar e atingir os objectivos mencionados nas duas perguntas anteriores?

ANEXO B

GRELHA ANALÍTICA: DIMENSÕES E INDICADORES

GRELHA ANALÍTICA: DIMENSÕES E INDICADORES

SISTEMAS SOCIAIS BÁSICOS	DIMENSÕES	INDICADORES
DOMÍNIO SOCIAL	CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	-Parentesco -Idade -Sexo -Estado Civil -Escolaridade -Naturalidade -Nacionalidade -Permanência em Portugal (em anos) -Matriz Cultural
DOMÍNIO ECONÓMICO	CARATERIZAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E ECONÓMICA	-Condição perante o trabalho -Desemprego Curta/Longa duração -Profissão/Última profissão -Carga horária -Local de trabalho/estudo -Vínculo profissional -Proveniência do rendimento -Rendimento mensal
	RENDIMENTO PER CAPITA	-Total das despesas -Total dos rendimentos -Cálculo do PER CAPITA (segundo o valor da pensão social do regime não contributivo em Portugal (2015): 201,53€/pessoa, pela qual se estabelece o limiar da pobreza por indivíduo do agregado)
DOMÍNIO TERRITORIAL	MOBILIDADE GEOGRÁFICA	-Residência anterior -Tempo de residência no Bairro
	SITUAÇÃO HABITACIONAL	-Imagens/Opiniões/Reações do Bairro -Razões da instalação no bairro -Procura de uma habitação legal -Disponibilidade/Acessibilidade/Facilidade monetária em assegurar a última (indicar valor €)
DOMÍNIO INSTITUCIONAL	REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS	-Respostas Sociais que beneficiam -Sustentabilidade das anteriores perante as necessidades dos inquiridos -Contato direto com assistentes sociais -Acompanhamento e capacidade dos assistentes sociais na resolução dos problemas (opiniões dos inquiridos) -Aspetos positivos e negativos da intervenção dos assistentes sociais (opiniões dos inquiridos) -Suporte familiar -Suporte social
DOMÍNIO DAS REFERÊNCIAS SIMBÓLICAS	PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	-Maiores preocupações -Resiliência -Autoestima -Autoconfiança -Sentido de pertença à sociedade
	COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES	-Tempos livres/Interesses lúdicos -Interesses escolares/formação superior
	PROJETOS PARA O FUTURO	-Perspetivas de futuro -Capacidade de iniciativa -Capacidade de motivação

ANEXO C

GRELHA DE ANÁLISE CONTEÚDO

CATEGORIAS	REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS		PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES		ANÁLISE AO PASSADO E PROJECTOS PARA O FUTURO			
	Aspectos negativos ao técnico de intervenção	Aspectos positivos ao técnico de intervenção	Maiores Preocupações	Tempos Livres	Áreas de estudo preferenciais	Avaliação da sua trajectória de vida nos últimos 2 anos	Perspectiva para o futuro: onde gostaria de viver daqui a 2 anos	Perspectiva para o futuro dos filhos	Concretização das perspectivas
Entrevistado 1 (E1)	-	-	“Quero sair o mais rápido deste bairro porque não quero que a minha filha viva nem cresça aqui nem neste ambiente. Não quero viver sempre aqui, e por isso a minha grande preocupação é conseguir sair daqui o mais rápido possível e já procurei algumas casas para ir morar para lá com a minha filha.”	“Faço flexões e exercício físico em casa; Faço desenhos para ensinar a minha filha; Gosto de ouvir música africana, e também gosto de dançar; e costumo passear muito com a minha filha.”	“Contabilidade porque gosto muito deste tema e foi sempre nesta área que estudei.”	“Melhorou em relação ao trabalho e formação profissional, tive mais oportunidades tanto ao nível do trabalho como da formação.”	“Em qualquer sítio menos aqui, neste bairro. Num ambiente estável e sem conflitos. Gostava de viver no bairro de Campolide, na zona de Campolide..”	“Num ambiente estável, com trabalho e onde eles quiserem, desde que sejam felizes por mim tudo bem.”	“Conseguir trabalho na área de formação, como técnica de apoio à gestão (administração) para concluir a faculdade e depois ter um emprego. Já pensei em criar a minha própria empresa mas em Portugal está complicado, mas não vou desistir.”
Entrevistado 2 (E2)	-	-	“Saúde e preocupações económicas.”	“Costumo estar em casa sem fazer nada.”	“Curso de Turismo porque gosto de passear e conhecer coisas novas”	“Melhorou porque fiquei mais perto da família, do meu irmão, mas quanto ao trabalho as coisas mantêm-se complicadas, não melhorou em piorou, está na mesma e muito mau.”	“Aqui no bairro porque gosto de viver aqui.”	“Aqui e em Portugal para estarem perto de mim.”	“Não. Não tenho objectivos a concretizar por isso nada fiz. Eu contento-me com o que tenho.”
Entrevistado 3 (E3)	-	-	“Desemprego, dificuldades económicas e preocupa-me o facto da minha filha não estar colocada em nenhuma creche por falta de vagas e eu ter de ir trabalhar todos os dias. Gostava que dentro de pouco tempo conseguisse colocar a minha filha numa creche para que eu possa trabalhar sem me preocupar.”	“Gosto de ouvir música africana e passear com a família e limpar a casa.”	“Informática porque as novas tecnologias são precisas para tudo.”	“Considero constante, não melhorou nem piorou.”	“Noutra casa porque aqui não tem espaço, a casa é pequena e não tem muitas condições.”	“Em Cabo-verde, porque é a nossa terra.”	“Tenho trabalhado muito para conseguir juntar dinheiro para fazer uma casa em Cabo-verde. Em relação a morar noutra sítio com mais condições não tenho feito nada nem procurado casas com mais condições, porque dizem que as rendas são altas e não é fácil suportar as despesas das casas que por aí andam à venda e por alugar, mas um dia vou informar-me e ver com os meus próprios olhos.”

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

CATEGORIAS	REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS		PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES		ANÁLISE AO PASSADO E PROJECTOS PARA O FUTURO			
	Aspectos negativos ao técnico de intervenção	Aspectos positivos ao técnico de intervenção	Maiores Preocupações	Tempos Livres	Áreas de estudo preferenciais	Avaliação da sua trajectória de vida nos últimos 2 anos	Perspectiva para o futuro: onde gostaria de viver daqui a 2 anos	Perspectiva para o futuro dos filhos	Concretização das perspectivas
Entrevistado 4 (E4)	-	-	“Não tenho preocupações.”	“Hip-Hop e Música Africana Dançar música africana e faço pequenos trabalhos de cabeleireiro aqui no bairro e para amigas próximas.”	“Esteticista porque gostava de acabar o curso que iniciei mas não terminei. Queria tirar esteticista porque só tenho um curso como ajudante e gostava muito de ser profissional nesta área.”	“Melhorou com o nascimento da minha filha, aperfeiçoei os estudos e tive mais oportunidades de trabalho.”	“Aqui no bairro porque gosto muito de viver no núcleo, perto da natureza com liberdade. Quero ficar em Portugal e viver aqui.”	“Quero tudo de bom para a minha filha, quero que ela estude e tenha uma boa profissão. O que ela decidir eu apoio, quero que ela seja feliz, isso sim é o que mais quero.”	“Não, não pensei mas quando a minha filha tiver idade quero colocá-la num colégio para ter uma boa formação. Quanto à casa conformei-me que um dia mais tarde tenho de sair daqui mas não queria porque gosto muito de viver aqui.”
Entrevistado 5 (E5)	“A demora para arranjar casa com condições e a demora para me participarem os medicamentos. Já entreguei todos os papéis que me pediram para colocar no processo mas até hoje não tenho resposta quanto à casa nem quanto aos medicamentos, e eles que me fazem tanta falta e tão caros que são.”	“Dão informação pertinente e ajudam a vida da família. Demonstraram-se compreensivos à minha actual situação de saúde que não é fácil (epilepsia e tumor) e sempre me apoiaram a mim e à minha família. Graças a elas que hoje recebo apoio, alimentos e o dinheiro, para mim, para a minha mulher e para o meu filho.”	“Saúde e dificuldades económicas.”	“Ouvir e compor música africana.”	“Conservatório de Música porque gosto muito de música e gostava de aprofundar os meus conhecimentos, já que não posso trabalhar devido aos meus problemas de saúde (epilepsia e tumor).”	“Melhorou porque vim de Cabo-verde em cadeira de rodas, sem conseguir dar um passo, sem saber andar, e aqui em Portugal consegui andar e aprender a andar com ajuda dos médicos portugueses. A minha recuperação foi um sucesso em Portugal porque em Cabo-verde estava a morrer, não têm tratamento em condições e por isso me mandaram para Portugal. Neste momento os médicos portugueses não me deixam voltar para Cabo-verde, dizem que se voltar corro risco de vida. Foi em Portugal que me curei e que consegui tratar os meus problemas de saúde graças aos médicos portugueses e aos tratamentos que existem em Portugal.”	“Gostava muito de viver noutro sítio, onde eu fosse compreendido pelos vizinhos e pelas pessoas que me rodeiam. Gostava também de viver noutra casa, uma casa com mais condições, e também com mais dinheiro.”	“Em Portugal porque este país tem outra educação, tem mais acompanhamento, tem boas escolas e mais trabalho, coisa que em Cabo-verde não há.”	“Não, estou confortado e conformado com o meu actual estado de vida porque, os rendimentos não chegam para os alimentos quanto mais para mudar de casa se o nosso único rendimento é o ordenado da minha esposa.”

CATEGORIAS	REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS		PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES		ANÁLISE AO PASSADO E PROJECTOS PARA O FUTURO			
	Aspectos negativos ao técnico de intervenção	Aspectos positivos ao técnico de intervenção	Maiores Preocupações	Tempos Livres	Áreas de estudo preferenciais	Avaliação da sua trajectória de vida nos últimos 2 anos	Perspectiva para o futuro: onde gostaria de viver daqui a 2 anos	Perspectiva para o futuro dos filhos	Concretização das perspectivas
ENTREVISTADOS									
Entrevistado 6 (E6)	“Não ajudaram a minha mãe com os medicamentos, ela toma muita medicação e pedi ajuda na comparticipação dos remédios mas não ajudaram. A não ser o Banco Alimentar, não me ajudaram em mais nada, não me ajudaram a melhorar a minha vida nem em nada.”	“Não aponto aspectos positivos.”	“Carência alimentar, a saúde e as dificuldades económicas.”	“Costumo ir para a horta, cavar a terra, assim queimo calorias e de vez em quando limpo a casa nas horas vagas.”	“Aperfeiçoava a minha escrita, o meu português, e a minha leitura, porque perdi as bases devido à falta de treino e falta de prática.”	“Piorou e bastante, eu fiquei muito doente, o meu marido ficou desempregado há 2 anos e só começou a trabalhar à pouco, não sabe se fica ou se vem embora, começou mesmo à pouco tempo, coisa de dias.”	“Aqui porque gosto do bairro e sinto-me bem aqui. Gostava de continuar a viver aqui mas com melhores condições, gostava de arranjar a casa para que tivesse melhores condições, principalmente as paredes devido à humidade que as paredes têm.”	“Onde eles conseguirem ter uma vida melhor e serem felizes.”	“Vou vivendo um dia de cada vez, vivendo aos poucos e logo se vê, a vida não está boa para fazer planos para o futuro, não há dinheiro, tem que se pensar muito bem antes de fazer as coisas.”
Entrevistado 7 (E7)	-	-	“O desemprego, a carência alimentar, a saúde (esgotamento), as dificuldades económicas, e preocupa-me bastante a falta dos meus medicamentos por não ter dinheiro para os comprar muitas vezes.”	“Tratar da horta, cavar a terra, gosto muito de estar ocupada para não pensar nos problemas. Costumo também limpar a minha casa de vez em quando para me ocupar.”	“Costureira porque é o meu sonho, gostava muito de costurar e criar roupa costurada por mim. Faço pequenos trapos como batas mas o que eu gostava mesmo era de fazer e aprender a fazer roupa.”	“Acho que estagnou, está tudo muito mal, tudo na mesma, dinheiro não há e o comer falta.”	“Aqui porque é um bairro sossegado, sem barulho e sem conflitos, eu gosto de viver aqui.”	“O meu filho faleceu há 9 anos, mataram-no, mas não foi ninguém do bairro. Vieram de muito longe para o matar e mataram-no.”	“Eu vivo um dia de cada vez, devagar e com calma, um dia de cada vez.”
Entrevistado 8 (E8)	-	-	“O facto da casa ter mais condições e ter um trabalho melhor.”	“Ouvir música africana, brincar com o meu filho e limpar a casa.”	“Hotelaria porque gosto e tem mais trabalho nesta área em Portugal, penso eu.”	“Melhorou, porque fui mãe mas de resto não piorou nem melhorou. Queria estudar, tirar um curso e ganhar mais, mas não consegui nenhuma destas coisas.”	“Aqui, porque gosto de viver aqui, mas gostava que a casa tivesse melhores condições.”	“Onde eles estiverem e com melhores condições de vida que as minhas, mas em Portugal.”	“Sim, talvez encontrando um trabalho onde ganhe mais para poder arranjar a minha casa e dar estudos ao meu filho.”

CATEGORIAS	REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS		PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES		ANÁLISE AO PASSADO E PROJECTOS PARA O FUTURO			
	Aspectos negativos ao técnico de intervenção	Aspectos positivos ao técnico de intervenção	Maiores Preocupações	Tempos Livres	Áreas de estudo preferenciais	Avaliação da sua trajectória de vida nos últimos 2 anos	Perspectiva para o futuro: onde gostaria de viver daqui a 2 anos	Perspectiva para o futuro dos filhos	Concretização das perspectivas
Entrevistado 9 (E9)	-	-	“Tenho medo de ficar sem esta casa, não tenho dinheiro para pagar renda de outra casa porque são muito caras.”	“Ouço música Africana; e para receber o subsídio tenho que trabalhar a fazer limpezas em Lisboa, faço 8 horas por dia, senão cortam-me o subsídio. Para além disso limpo a minha casa.	“Cozinha, porque gosto muito e já trabalhei 30 anos como ajudante de cozinha.”	“Não evoluiu nem piorou, porque antes tinha trabalho com contrato, e agora tenho de trabalhar para receber o subsídio de desemprego, que termina já em Agosto, e depois volto a ficar sem trabalho.”	“Em Cabo-verde, porque tenho lá os meus pais, filhos e netos. Quero muito voltar para lá.”	“Gostava que os meus filhos vivessem em Portugal para ficarmos unidos e todos juntos, caso não consiga voltar para Cabo-verde.”	“Não, porque com o dinheiro que ganhamos não dá para voltar para Cabo-verde nem para ter os meus filhos por cá sem trabalho.”
Entrevistado 10 (E10)	-	-	“O desemprego e as dificuldades económicas.”	“Jogo futsal, desenho roupas, ouço música (de tudo um pouco), arrumo e limpo a casa, frequento a catequese, vou à missa, tenho ensaios de música e costumo vender roupas na feira com os meus pais.”	“Estilista, porque gosto muito de roupas e de criar roupas.”	“Piorou, porque o meu pai ficou desempregado e isso dificultou muito as coisas.”	“Noutro sítio com mais condições, mas não desgosto de todo de estar aqui.”	“Não tenho filhos.”	“Não, porque as dificuldades económicas não o permitem.”
Entrevistado 11 (E11)	-	-	“Nenhumas!”	“Ouvir música Africana, Brasileira e Rock, e passear, porque gosto de ver as paisagens e gosto de andar.”	“Desporto, porque gosto e já joguei futebol.”	“Piorou mas não está mal, não quero falar sobre os motivos pelos quais piorou.”	“Em Lisboa porque há mais pessoas e mais movimento, mas aqui não.”	“Onde ela quiser, e desde que seja feliz.”	“Neste momento aguardo a vinda dos meus pais do Luxemburgo para me mudar e logo se vê. Agora não tenho objectivos a concretizar.”

CATEGORIAS	REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS		PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES		ANÁLISE AO PASSADO E PROJECTOS PARA O FUTURO			
	Aspectos negativos ao técnico de intervenção	Aspectos positivos ao técnico de intervenção	Maiores Preocupações	Tempos Livres	Áreas de estudo preferenciais	Avaliação da sua trajectória de vida nos últimos 2 anos	Perspectiva para o futuro: onde gostaria de viver daqui a 2 anos	Perspectiva para o futuro dos filhos	Concretização das perspectivas
Entrevistado 12 (E12)	“O meu processo de realojamento tem sido muito demorado e já estou em lista de espera há muito tempo, por isso considero negativo o tempo de resposta e o tempo que demoram para realizarem as coisas.”	“Dão conselhos, explicam claramente os procedimentos a fazer para termos as coisas.”	“A minha preocupação é ter uma casa com mais condições para os meus filhos.”	“Ouço fado, música clássica e africana, trato da horta, tenho galinhas, cabras e porcos para sobreviver às necessidades. Além disso faço a limpeza à minha casa de vez em quando.”	“Educadora de Infância porque gosto muito de crianças e gosto de percebê-las, ou então Informática para perceber e mexer num computador com facilidade, porque hoje em dia é preciso informática para tudo.”	“Piorou muito quanto à estabilidade económica porque o meu marido ficou desempregado de há 2 anos para cá. Fui-me muito a baixo, antes era alegre, e agora, sinto que estou mais fechada e mais triste.”	“Numa casa dada pela Câmara de Loures, que aguardo até hoje uma resposta. Não importa onde, na Apelação ou onde for, não me importo.”	“Onde eles quiserem e forem felizes.”	“Não porque ando desorientada com os problemas de vizinhança que tenho e o facto de querer proteger os meus filhos destes conflitos. Tento ao máximo que os meus filhos falem Português por achar ser o melhor para eles mas os meus vizinhos não vêem isso a bem, e por isto descriminam-me a mim e aos meus filhos por tentar falar mais português do que «crioulo». Penso ser o melhor para eles, para não piorarem a escola, mas a vizinhança pensa que quero que os meus filhos esqueçam as suas origens, o que não é verdade.”
Entrevistado 13 (E13)	-	-	“O facto da minha casa poder ser demolida.”	“Ouço música africana e gosto de passear e descansar. De vez em quando limpo a minha casa.”	“Não escolheria nenhum curso porque a minha cabeça já não dá para estudar.”	“Piorou porque fiquei desempregada e as dificuldades económicas agravaram-se.”	“Aqui porque gosto de viver aqui, é a única casa que tive e tenho desde que cheguei a Portugal.”	“Desde que sejam felizes e onde quiserem, eles é que sabem.”	“Neste momento vivo um dia de cada vez e espero que a Câmara de Loures seja solidária quanto ao assunto da minha casa.”

ANEXO D

DADOS ESTATÍSTICOS DA INVESTIGAÇÃO

1. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Gráfico 1 e 2 – População residente segundo faixa etária em 2013 e 2015, respetivamente.

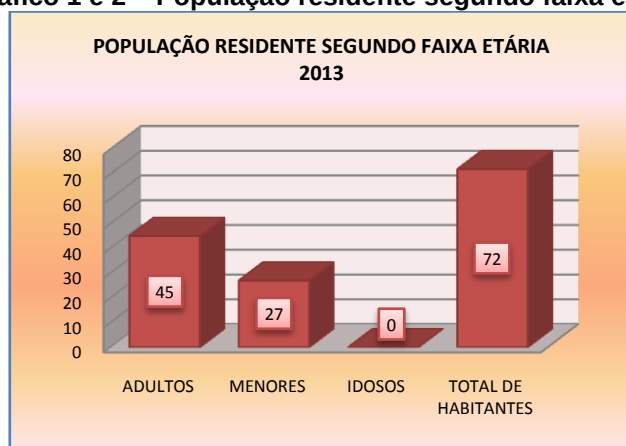


Gráfico 1

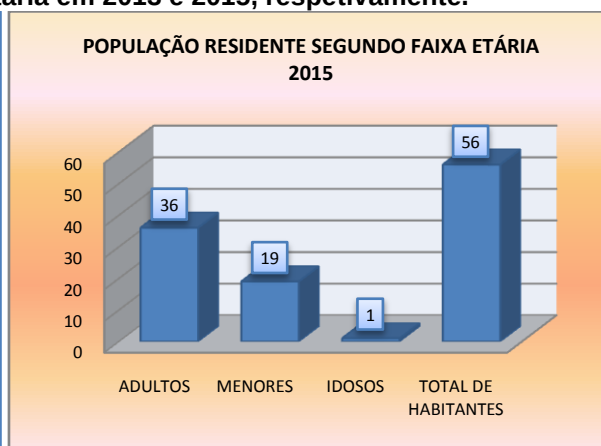


Gráfico 2

Gráfico 3 e 4 – População residente segundo o sexo em 2013 e 2015, respetivamente.

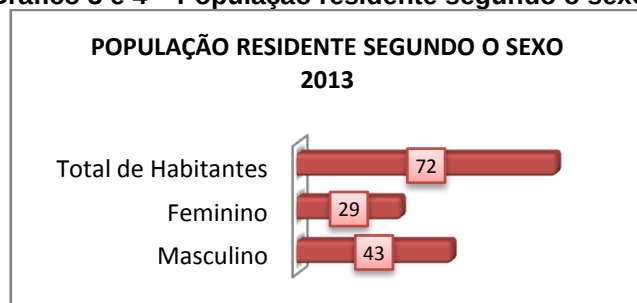


Gráfico 3

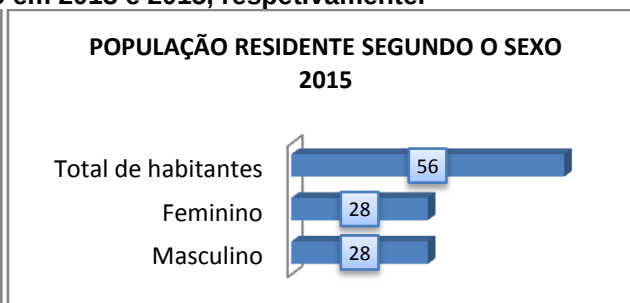


Gráfico 4

Gráfico 5 – Relação de parentesco entre os habitantes (2015)

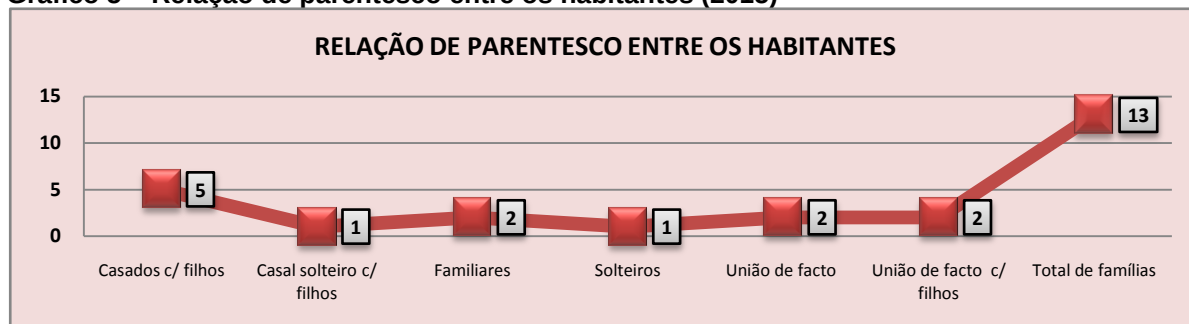


Gráfico 6 e 7 – Escolaridade dos Menores e dos Adultos, respetivamente.

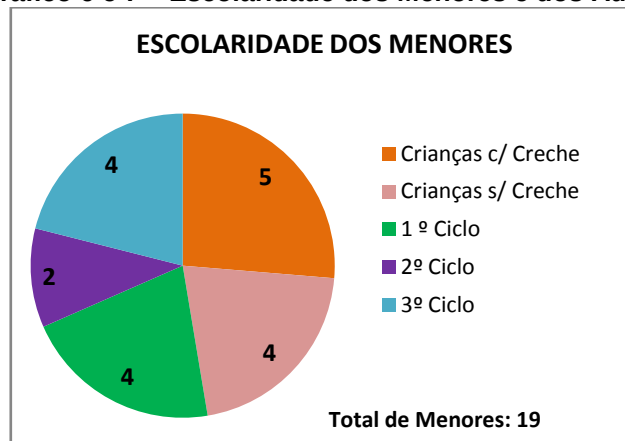


Gráfico 6

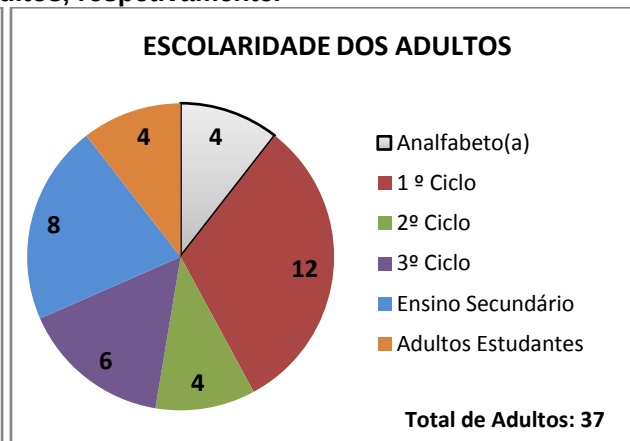


Gráfico 7

Gráfico 8 e 9 – Naturalidade e Nacionalidade, e Matriz Cultural dos residentes, respetivamente.

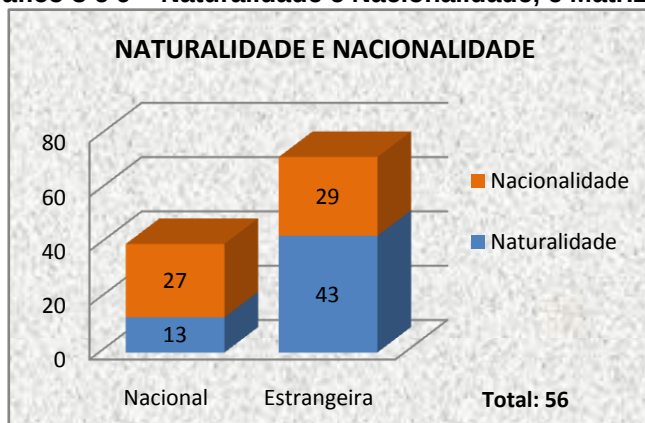


Gráfico 7

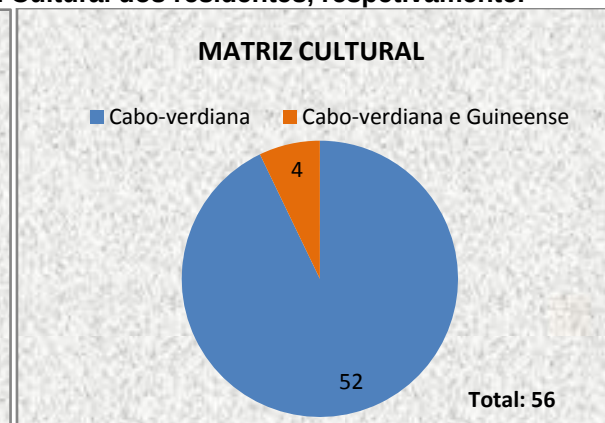
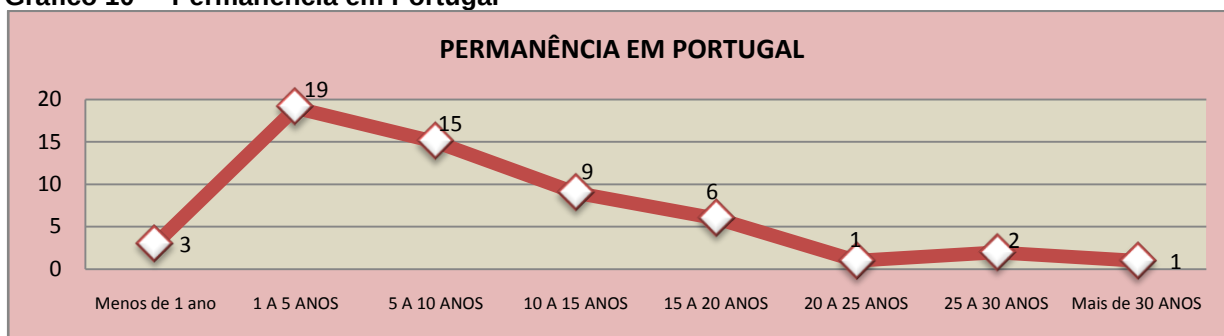


Gráfico 8

Gráfico 10 – Permanência em Portugal



2. CARATERIZAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E ECONÓMICA

Gráfico 11 e 12 – Condição perante o trabalho em 2013 e 2015, respetivamente.

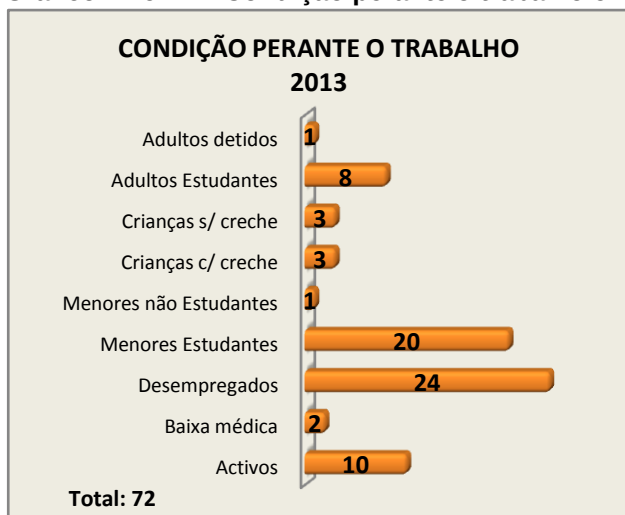


Gráfico 11

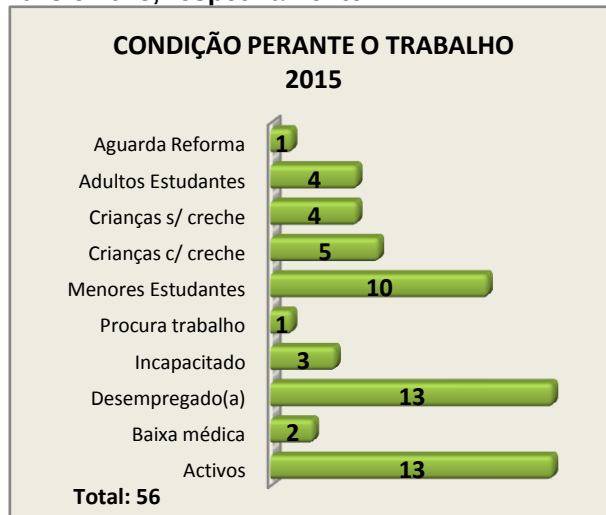


Gráfico 12

Gráfico 13 – Local de estudo dos menores e adultos estudantes

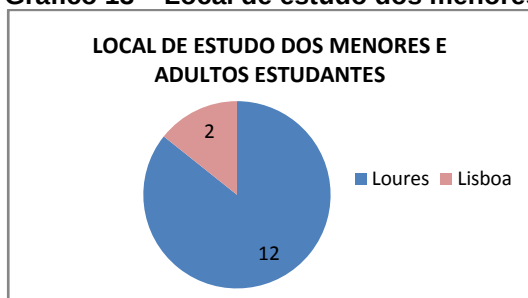


Gráfico 14 – Duração do desemprego

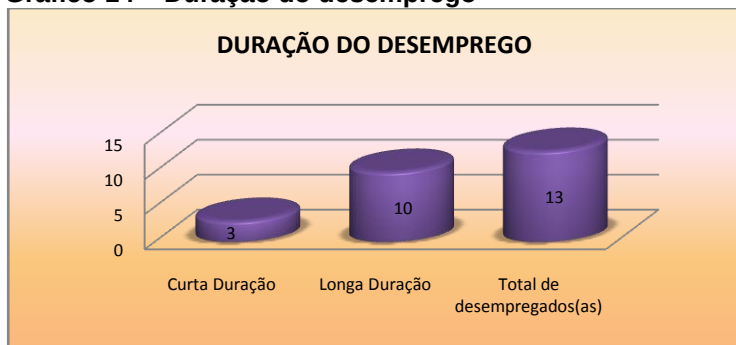


Gráfico 15 – Profissões dos Ativos e Últimas profissões dos Desempregados

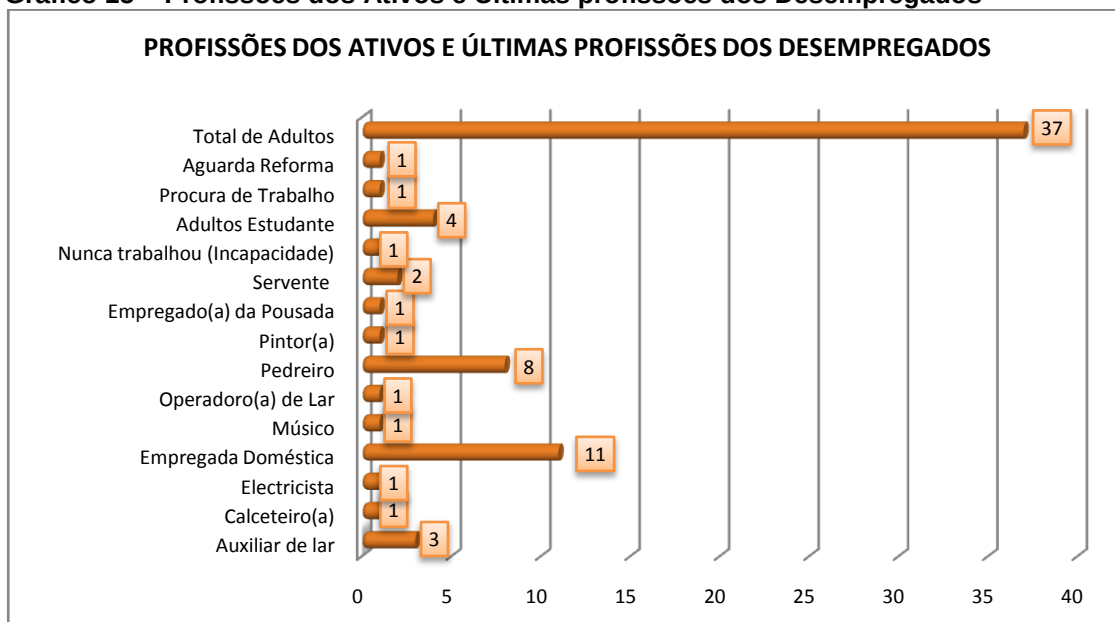


Gráfico 16 – Carga Horária dos Ativos

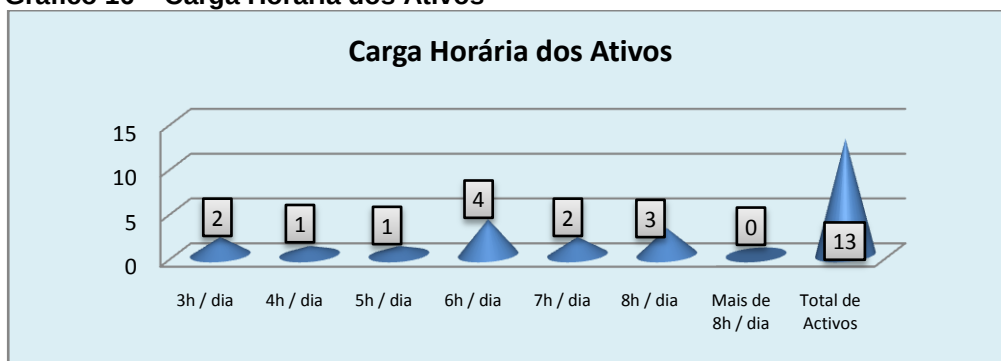


Gráfico 17 – Vínculo Profissional dos Ativos

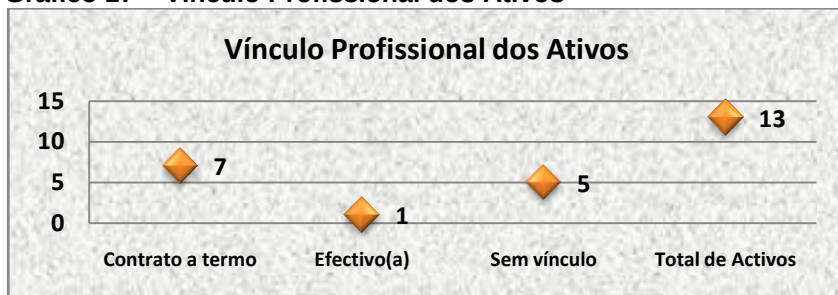


Gráfico 18 e 19 – PER CAPITA do Agregado Familiar segundo a formula matemática conhecida e aprovada no país, e PER CAPITA segundo o valor estabelecido pelo limiar da pobreza em Portugal em 2015 (201,53€), respetivamente.

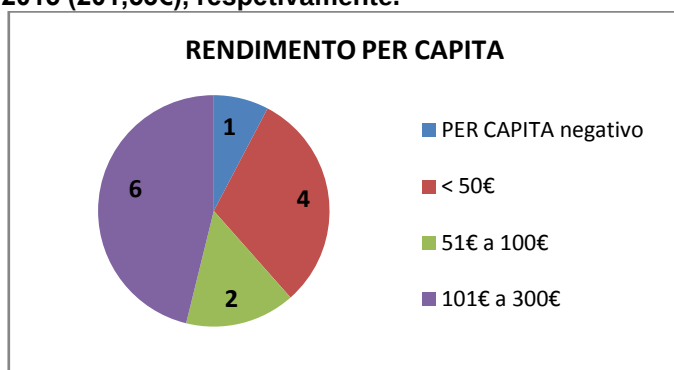


Gráfico 18

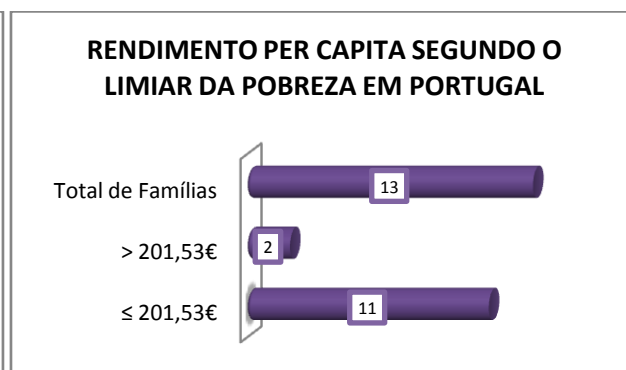


Gráfico 19

Gráfico 21 e 22 – Valores comparativos entre 2013 e 2015, respetivamente, sobre o PER CAPITA das famílias em estudo

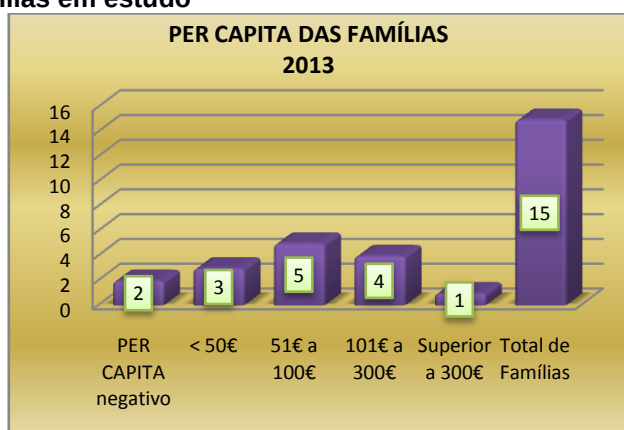


Gráfico 21

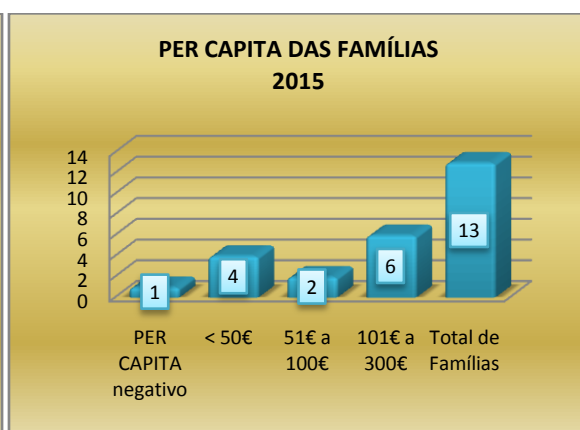


Gráfico 22

3. MOBILIDADE GEOGRÁFICA E PERCURSOS RESIDENCIAIS

Gráfico 23 – Mobilidade Habitacional

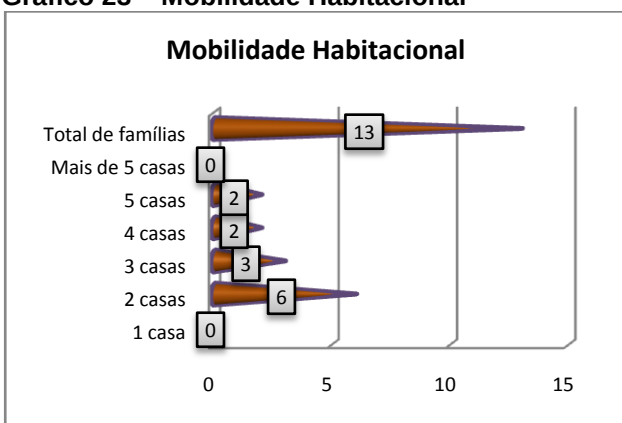
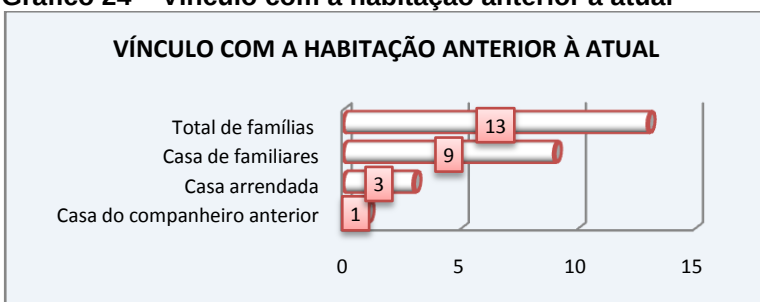


Gráfico 24 – Vínculo com a habitação anterior à atual



4. SITUAÇÃO HABITACIONAL

Gráfico 25 – Definição do Bairro segundo os residentes



Gráfico 25

Gráfico 26 – Motivo da mudança para o bairro

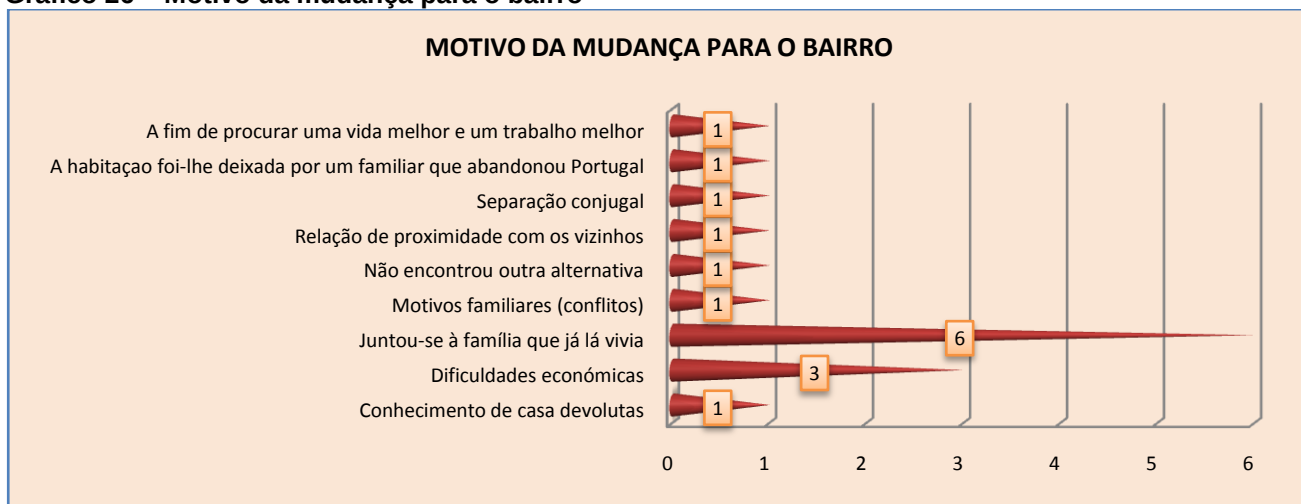


Gráfico 27 e 28 – Procura de uma habitação legal e de baixo custo e local/freguesia da procura

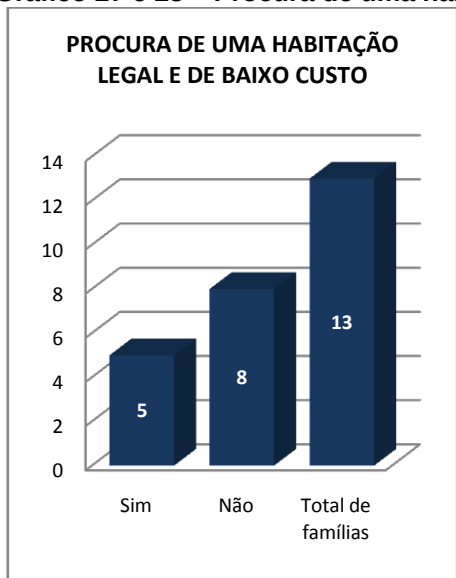


Gráfico 27

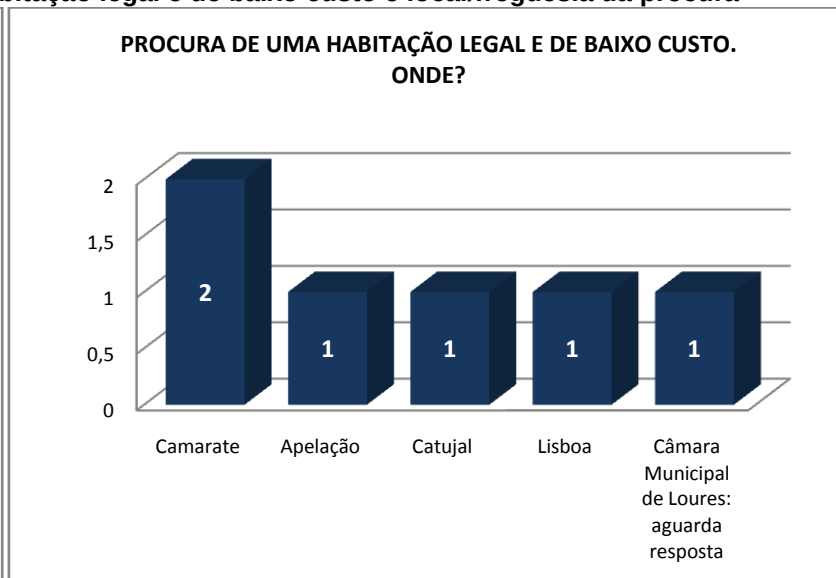


Gráfico 28

Gráfico 29 – Montante que conseguiriam assegurar de renda em caso de uma habitação legal e de baixo custo

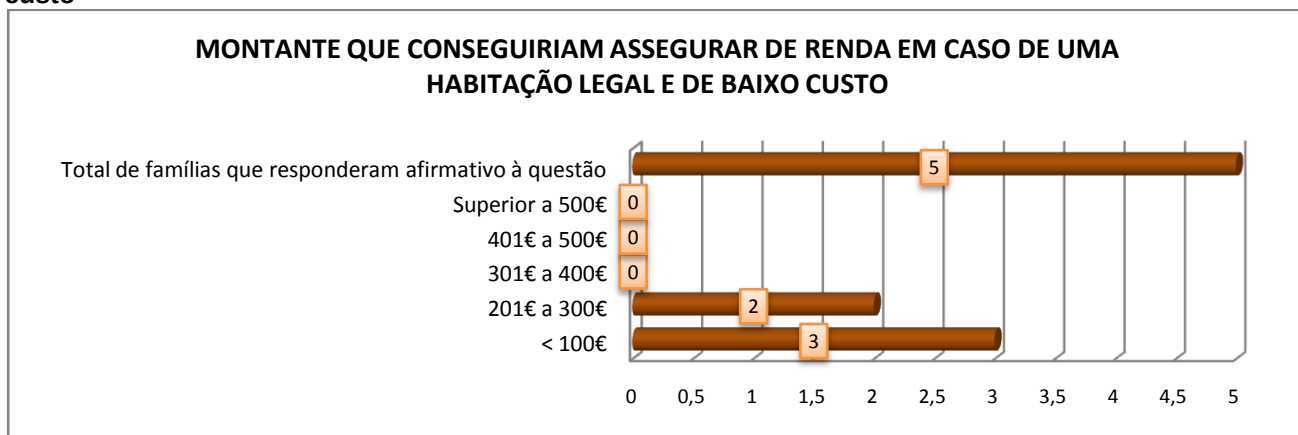
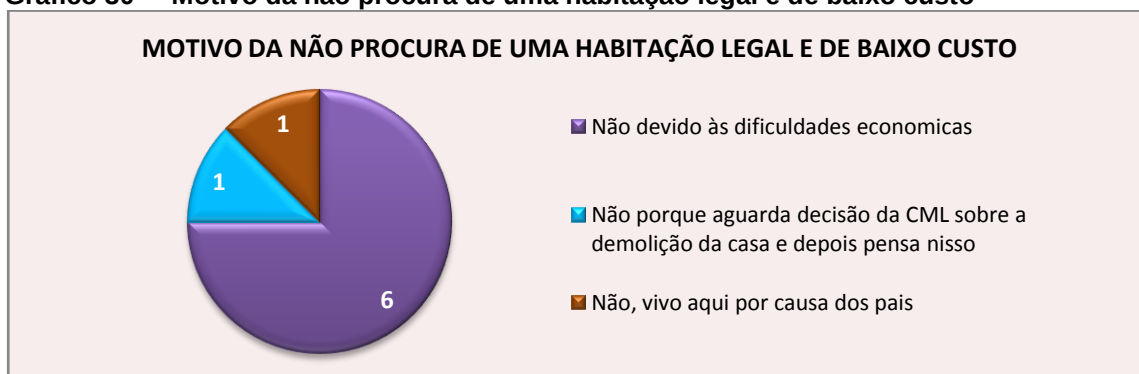


Gráfico 30 – Motivo da não procura de uma habitação legal e de baixo custo



5. REDES E APOIOS FORMAIS E INFORMAIS

Gráfico 31 – Apoios Sociais dos quais os residentes são beneficiários

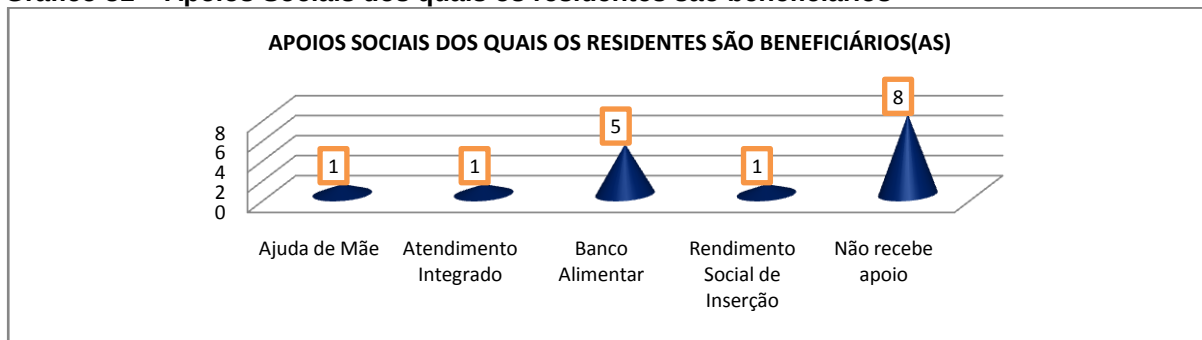


Gráfico 32 – Perspetiva dos beneficiários(as) face à suficiência dos apoios sociais de que beneficiam

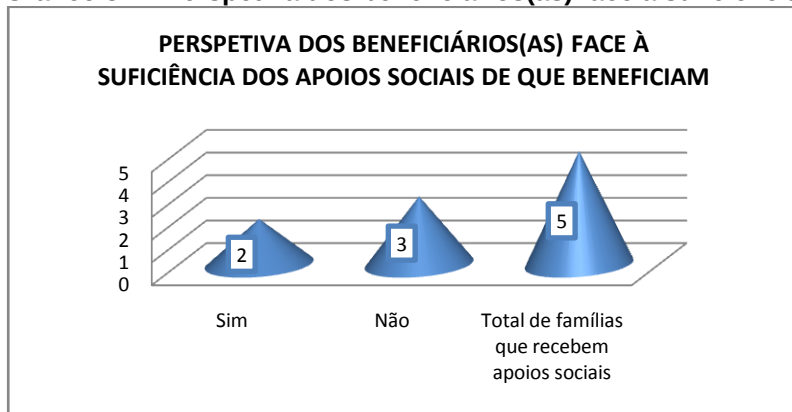


Gráfico 33 e 34 – Apoio dos vizinhos e dos familiares

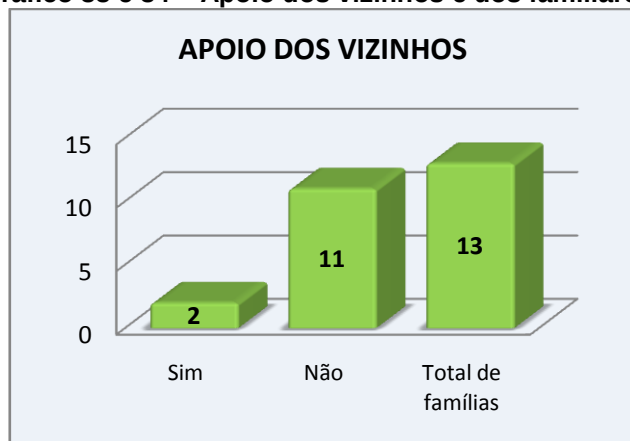


Gráfico 32

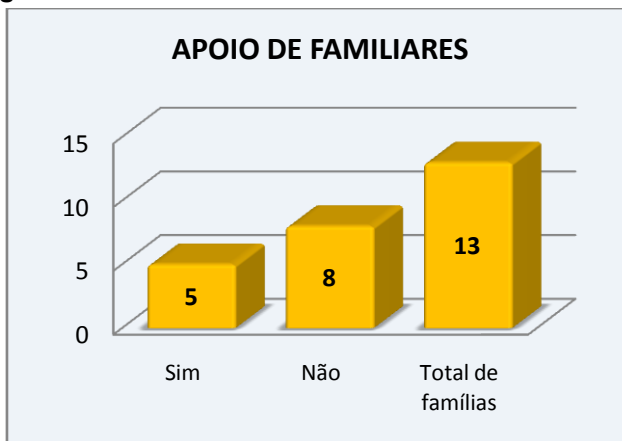


Gráfico 33

Gráfico 35 e 36 - Apoio dos vizinhos e dos familiares, que tipo de apoio

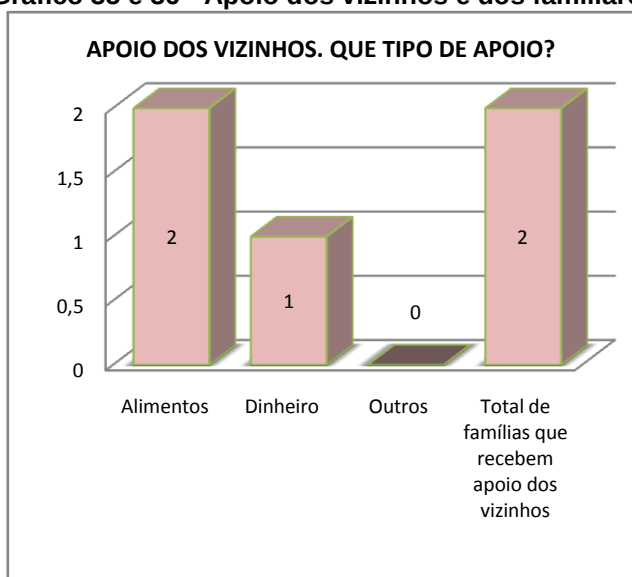


Gráfico 35

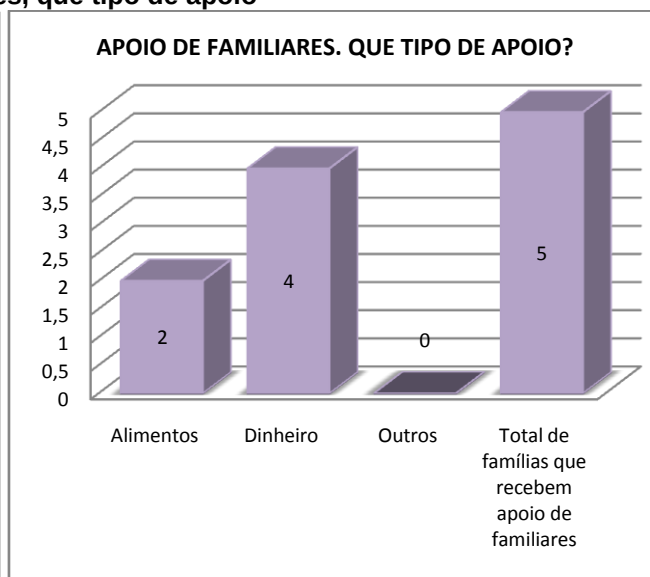


Gráfico 36

Gráfico 37 e 38 – Exposição da situação habitacional a algum(a) assistente social e motivo da não exposição, respetivamente

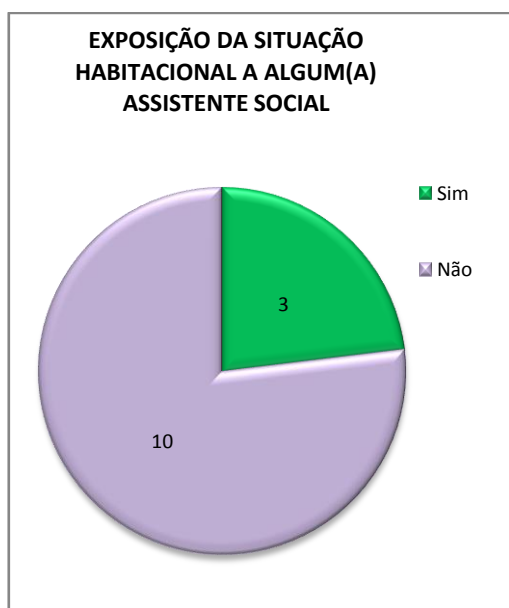


Gráfico 37

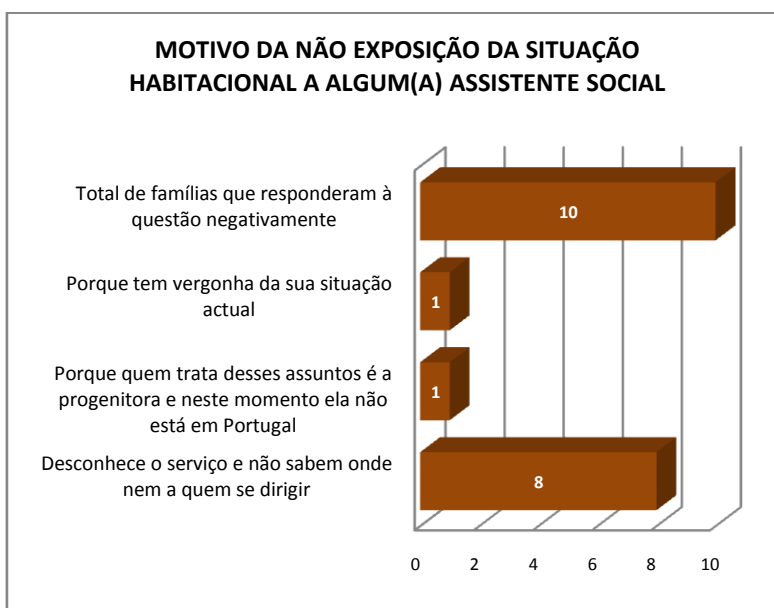


Gráfico 38

Gráfico 39 e 40 – Contato com os(as) Assistentes Sociais de onde, e avaliação dos mesmos face ao acompanhamento e resolução das necessidades e problemas

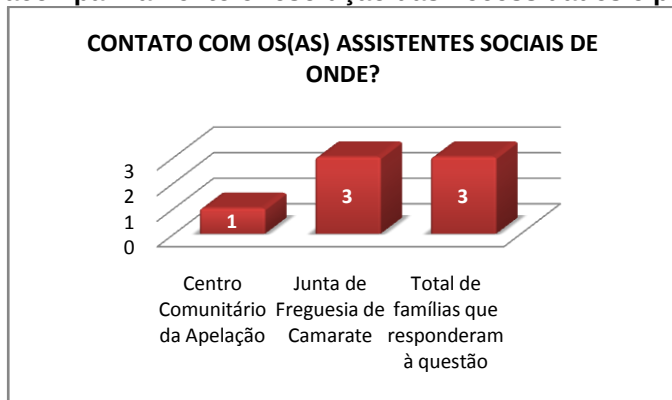


Gráfico 39

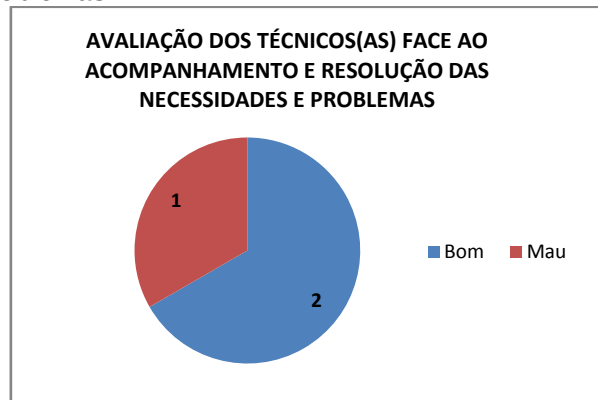


Gráfico 40

6. PROBLEMAS E VULNERABILIDADES

Gráfico 41 – Maiores preocupações dos(as) entrevistados(as)

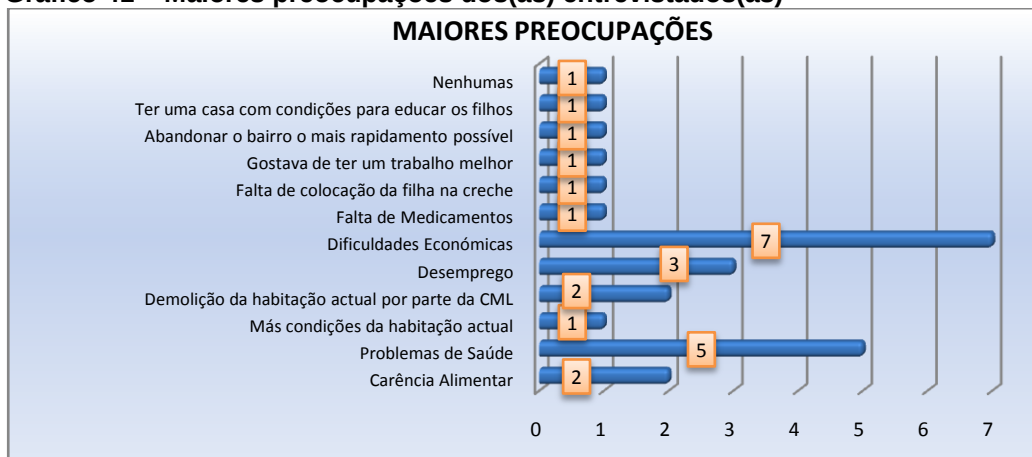


Gráfico 41

Gráfico 42 – Avaliação da Resiliência dos(as) entrevistados(as)

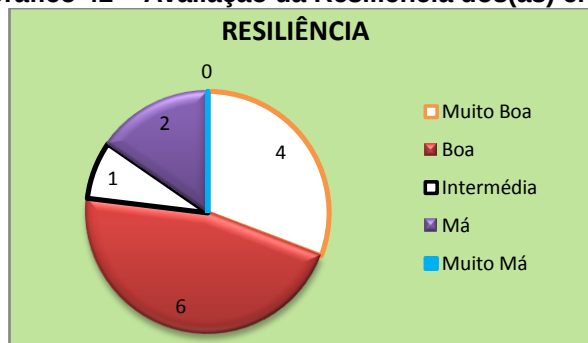


Gráfico 43 – Avaliação da AutoEstima / AutoConfiança dos residentes do núcleo 900

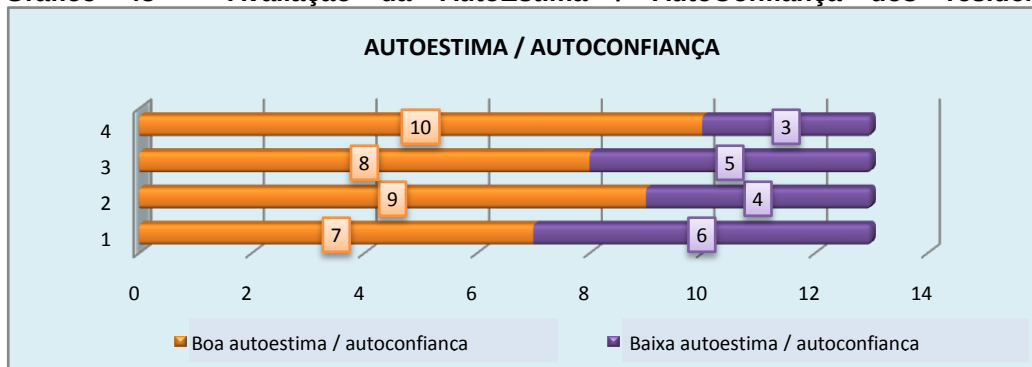
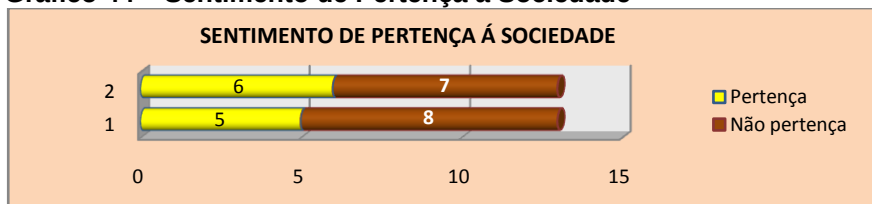


Gráfico 44 – Sentimento de Pertença à Sociedade



7. COMPETÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Gráfico 45 – Agricultura de Subsistência

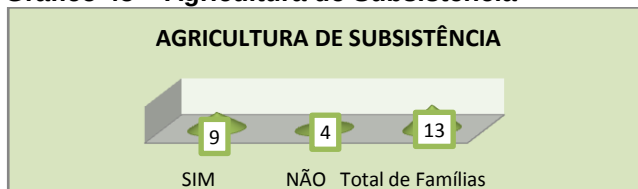


Gráfico 46 – Tempos Livres

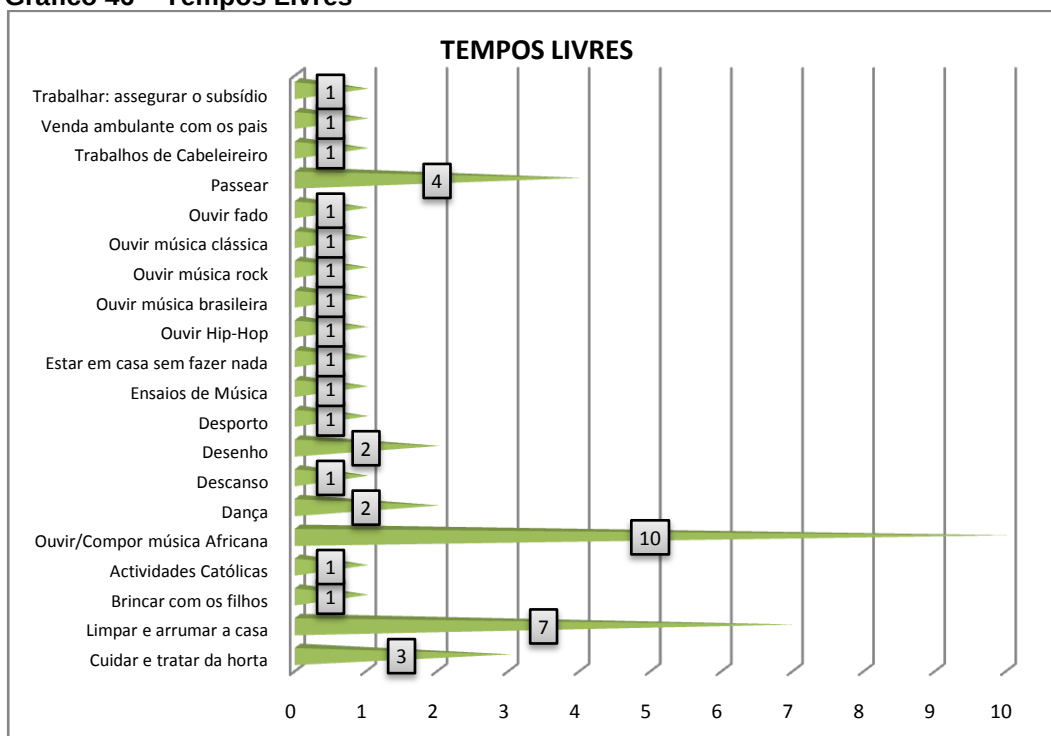
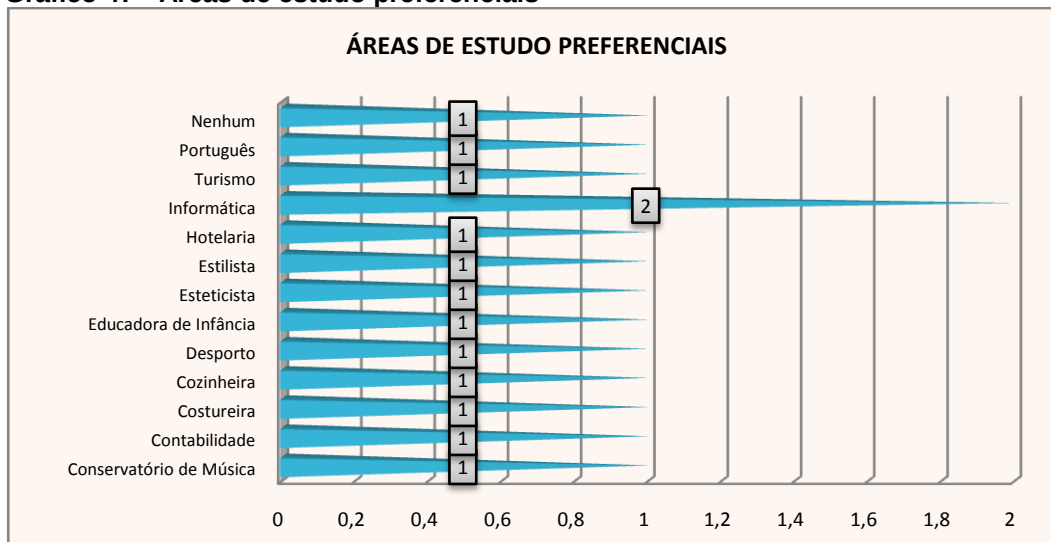


Gráfico 47 - Áreas de estudo preferenciais



8. ANÁLISES AO PASSADO E PROJETOS PARA O FUTURO

Gráfico 48 – Trajetória/Evolução da vida nos últimos 2 anos

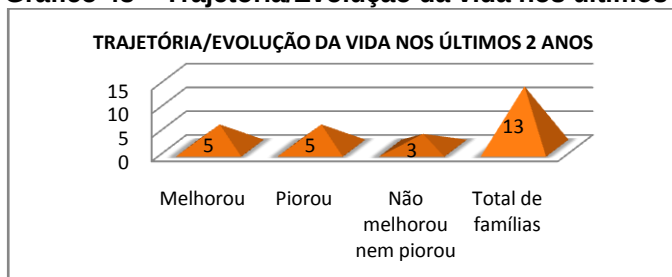


Gráfico 49 – Perspetiva daqui a 2 anos

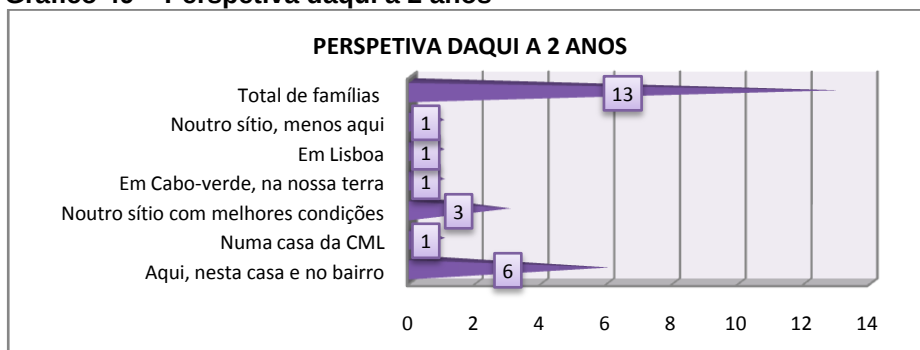


Gráfico 50 – Perspetiva daqui a 2 anos para os filhos

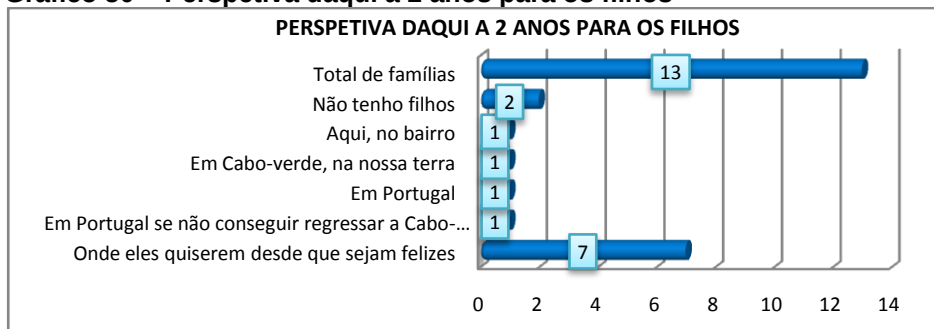
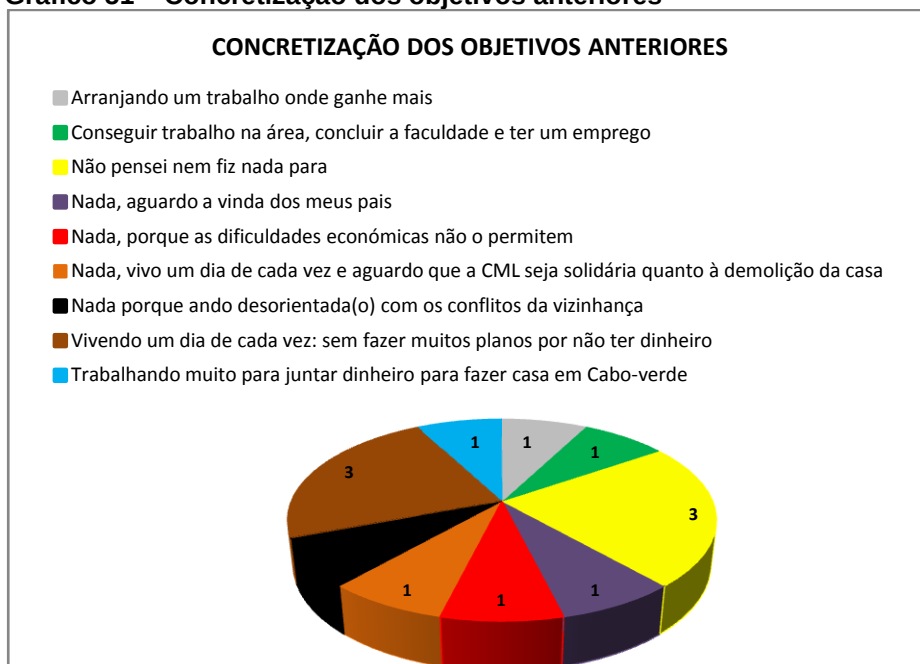


Gráfico 51 – Concretização dos objetivos anteriores



ANEXO E

CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL



Patrícia Rodrigues Lourenço

 Estrada Nacional 115-5, Lote 173 - 1º Andar, 2690-295 Santa Iria de Azóia (Portugal)

 91 107 60 93

 p.lourenco.1991@hotmail.com

Sexo Feminino | **Data de nascimento** 04/03/1991 | **Nacionalidade** Portuguesa

PROFISSÃO

ASSISTENTE SOCIAL

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

12/2013–12/2014

ASSISTENTE SOCIAL(Estágio Profissional)

Centro Social e Paroquial São João de Brito
Largo Frei Heitor Pinto nº 3, 1700-204 Alvalade (Portugal)

Experiência obtida nas seguintes respostas sociais: Serviço de Apoio Domiciliário, Banco Alimentar, Centro de Dia, Centro de Convívio, Estrutura Residencial Temporária para Idosos (Lar) e Jardim de Infância, sob a orientação da Dra. Andreia Vilhena (Assistente Social).

Tipo de empresa ou setor de atividade Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)

10/2011–05/2013

ASSISTENTE SOCIAL (Estágio Curricular)

Câmara Municipal de Loures / Divisão de Habitação
Casa da Cultura da Apelação, Rua Henrique Barbosa, 2680-271 Loures Apelação (Portugal)

O primeiro ano de estágio, de 25 de Outubro de 2011 a 31 de Maio de 2012, baseou-se na observação/intervenção (323h30min), e o segundo ano, de 26 de Setembro de 2012 a 31 de Maio de 2013, centrou-se nas vertentes intervenção/investigação (580h45min). Ao longo de todo o processo de estágio curricular foram desempenhadas funções que visaram a caracterização social das famílias com carências habitacionais residentes no concelho de Loures, tendo concluído esta etapa académica com a classificação final de **18 (dezoito) valores**.

Tipo de empresa ou setor de atividade Autarquia

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

09/2013–07/2015

MESTRADO SERVIÇO SOCIAL

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa Lisboa (Portugal)

Nível de Ensino Superior

10/2010–06/2013

LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Campo Grande nº 376, 1749-024 Lisboa Lisboa (Portugal)

Nível de Ensino Superior

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna

Português

Outras línguas	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
	B1	B1	B1	B1	B1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Competências de comunicação Boa capacidade de comunicação interpessoal e de escuta ativa.

Competências de organização Sentido de organização elevado; Boa capacidade de comunicação interpessoal; Compreensão e facilidade de resolução de problemas; Espírito de equipa; e Boa capacidade de trabalhar em rede.

Competências relacionadas com o trabalho Competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas no âmbito da Licenciatura em Serviço Social.

Competência digital	AUTOAVALIAÇÃO				
	Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
	Utilizador avançado	Utilizador avançado	Utilizador avançado	Utilizador avançado	Utilizador avançado

Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

Carta de Condução B1, B